



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria das Cidades

Relatório de Desempenho Setorial 2021



Junho/2022



Expediente

Secretário de Estado das Cidades

Marcos César Cals de Oliveira

Secretário Executivo de Saneamento

Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa

Secretário Executivo de Habitação e Desenvolvimento Urbano

Cláudio Ricardo Gomes

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Carlos Edilson Araújo

Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento

Lilian Martins Nina Romcy



Responsáveis pelas informações

Coordenadoria de Desenvolvimento e Mobilidade Urbanos - CODUR

Sávio Aguiar Bastos Lira

Coordenadoria de Obras Urbanas - COURB

Juarez Fabrício de Medeiros

Coordenadoria de Saneamento

Marcella Facó Soares

Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social

Waldemar Augusto da Silva Cardoso Pereira

Coordenadoria de Regularização Fundiária

Ricardo Durval Eduardo de Lima

Coordenadoria de Revitalização de Áreas Degradadas e Drenagem da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) - COREV

Lana Aguiar de Araújo

Unidade de Gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano dos Polos Regionais Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II)

João Paulo Saraiva Cavalcante

Unidade de Gerenciamento do Programa de Saneamento Básico em Localidades Rurais do Estado do Ceará: Adaptação a Mudanças Climáticas - Programa Águas do Sertão (UGP PAS)

Antonio Negreiros Bastos Neto

Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento

Lilian Martins Nina Romcy

Sumário

Apresentação.....	6
RESULTADOS E INDICADORES TEMÁTICOS E PROGRAMÁTICOS	10
Eixo Ceará Acolhedor.....	10
1. Tema Acesso à terra e moradia	12
1.1. Indicador Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana (%).....	12
1.2. Programa 111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana	12
1.2.1. Indicador Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado (%)	12
1.2.2. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana.....	13
1.2.3. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana.....	14
1.3. Programa 113 - Habitação de interesse social na área rural.....	16
1.3.1. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural	16
1.3.2. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural	16
Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados.....	17
2. Tema Planejamento e Modernização da Gestão.....	18
2.1. Programa 241 - Governança Interfederativa das Regiões.....	18
2.1.1. Indicador Municípios com Plano Diretor	18
2.1.2. Indicador Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana	18
2.1.3. Indicador Municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas.....	19
2.1.4. Indicador Regiões Metropolitanas com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) elaborado.....	19
2.1.5. Indicador Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública	20
Eixo Ceará de Oportunidades.....	21
3. Tema Infraestrutura e Mobilidade	22
3.1. Indicador Municípios com áreas urbanas requalificada (%).....	22
3.2. Programa 341 - Promoção da Requalificação Urbana.....	23
3.2.1. Indicador Área urbana requalificada (m ²)	23
Eixo Ceará Saudável.....	25
4. Tema Saneamento Básico.....	26
4.1. Programa 621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana.....	26

4.1.1. Indicador População urbana coberta por sistema de abastecimento de água tratada	26
4.1.2. Indicador População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário	27
4.2. Programa 622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural.....	28
4.2.1. Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR).....	28
4.2.2. Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR).....	29
Eixo Ceará Sustentável	30
5. Tema Meio Ambiente	31
5.1. Programa: 722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas.....	31
5.1.1. Indicador Área de risco eliminada (%).....	31
CONTRIBUIÇÃO DAS ENTREGAS PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS ESTRATÉGICOS SETORIAIS DE GOVERNO	32
1. Programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana (111).....	34
1.1. Iniciativa 111.1.01 - Promoção do trabalho social nos conjuntos habitacionais. Entrega 1652-Serviço socioeducativo promovido (número absoluto)	35
1.2. Iniciativa 111.1.02 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área urbana integrada com serviços públicos.....	36
1.2.1. Entrega 1337 - Equipamento social construído (número absoluto)	36
1.2.2. Entrega 1646 - Unidade habitacional implantada (número absoluto).....	38
1.3. Iniciativa 111.1.03 - Qualificação das condições físicas de unidades habitacionais. Entrega 1651- Unidade habitacional qualificada (número absoluto)	39
1.4. Iniciativa 111.1.04 - Expansão da regularização fundiária urbana. Entrega 1335-Título entregue (número absoluto).....	40
1.5. Iniciativa 111.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de habitação de interesse social. Entrega 467-Projeto apoiado (número absoluto)	42
1.6. Iniciativa 111.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.	42
1.6.1. Entrega 1318-Unidade habitacional entregue (número absoluto)	42
1.6.2. Entrega 1651-Unidade habitacional qualificada (número absoluto)	43
2. Programa Habitação de Interesse Social na área rural (113)	44
2.1. Iniciativa 113.1.01 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área rural. Entrega 1646-Unidade habitacional implantada (número absoluto)	44
2.2. Iniciativa 113.1.02 - Promoção da melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural. Entrega 1334-Fogão sustentável instalado (número absoluto).....	45
3. Programa Gestão Administrativa do Ceará (211).....	47
4. Programa Encargos gerais do estado (212)	52
4.1. Iniciativa 212.1.01 - Cumprimento das obrigações legais e constitucionais imputadas ao Estado.	52

5.1.	Iniciativa 222.1.03 - Expansão da força de trabalho para a implementação das políticas públicas no estado do Ceará. Entrega 132-Concurso público realizado.....	55
6.	Programa Governança Interfederativa das Regiões (241)	56
6.1.	Iniciativa 241.1.01 - Promoção do planejamento urbano integrado das regiões metropolitanas. Entrega 1650-Plano publicado (número absoluto)	56
6.3.	Iniciativa 241.1.02 - Promoção do planejamento municipal. Entrega 1650-Plano publicado (número absoluto).....	58
6.4.	Iniciativa 241.1.03 - Promoção da qualificação da gestão fiscal e tributária dos municípios. Entrega 102-Capacitação realizada (número absoluto).....	58
6.5.	Iniciativa 241.1.04 - Promoção do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano nos municípios.....	59
6.5.1.	Entrega 137-Conselho mantido (número absoluto).....	59
6.5.2.	Entrega 1509-Assessoria realizada (número absoluto).....	60
7.	Programa Atração e desenvolvimento industrial (331).....	61
7.1.	Iniciativa 331.1.04 - Expansão de cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento econômico do Estado consideradas prioritárias no âmbito da Plataforma Ceará 2050. Entrega 184-Empreendimento implantado (número absoluto)	61
8.	Programa Promoção da requalificação urbana (341).....	63
8.1.	Iniciativa 341.1.01 - Expansão da requalificação de espaços públicos urbanos. Entrega 1593-Espaço urbano requalificado (metro quadrado)	63
8.2.	Iniciativa 341.1.02 - Expansão da requalificação viária em espaços urbanos.	64
8.2.1.	Entrega 1332-Via implantada (metro quadrado)	64
8.2.2.	Entrega 1361-Via pavimentada (metro quadrado)	65
9.	Programa Mobilidade, trânsito e transporte (343)	67
9.1.	Iniciativa 343.1.10 - Promoção da integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros - Entrega 1469-Passageiro de transporte público beneficiado (número absoluto).....	67
10.	Programa Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana (621).....	69
10.4.	Iniciativa 621.1.04 - Qualificação do serviço de esgotamento sanitário.....	77
10.4.1.	Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	77
10.4.2.	Entrega 543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado (número absoluto)	78
10.5.	Iniciativa 621.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de Saneamento Urbano.....	78
10.5.1.	Entrega 1024-Estudos e projetos realizados (número absoluto).....	78
10.5.2.	Entrega 137-Conselho mantido (número absoluto).....	79
10.5.3.	Entrega 467-Projeto apoiado (número absoluto)	79
10.6.	Iniciativa 621.1.06 - Promoção da educação e da responsabilidade socioambiental em saneamento. Entrega 237-Evento realizado (número absoluto)	80

10.7.	Iniciativa 621.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso.	80
10.7.1.	Entrega 1339-Sistema de reuso de água implantado (número absoluto)	80
10.7.2.	Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	81
10.8.	Iniciativa 621.1.08 - Promoção do planejamento das ações municipais de saneamento. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	81
10.9.	Iniciativa 621.1.09 - Promoção do planejamento estadual do abastecimento de água e esgotamento sanitário no Ceará.....	82
10.9.1.	Entrega 1709-Sistema de informação desenvolvido (número absoluto).....	82
10.9.2.	Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	83
10.10.	Iniciativa 621.1.10 - Expansão da infraestrutura para o adequado manejo de águas pluviais. Entrega 934-Sistema de drenagem implantado (número absoluto)	83
11.	Programa Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural (622).....	84
11.1.	Iniciativa 622.1.01 - Expansão do acesso a abastecimento de água no meio rural.	85
11.1.1.	Entrega 537-Sistema de abastecimento de água implantado (unidade)	85
11.1.2.	Entrega 1073-Sistema de abastecimento de água ampliado (unidade)	86
11.2.	Iniciativa 622.1.02 - Qualificação do acesso a abastecimento de água. Entrega 538-Sistema de abastecimento de água melhorado (unidade)	86
11.3.	Iniciativa 622.1.03 - Expansão do acesso a esgotamento sanitário.	87
11.3.1.	Entrega 542-Sistema de esgotamento sanitário implantado (unidade)	87
11.3.2.	Entrega 1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado (unidade).....	88
11.3.3.	Entrega 1595-Módulo sanitário implantado (unidade).....	89
11.4.	Iniciativa 622.1.04 - Qualificação do acesso a esgotamento sanitário no meio rural.	89
11.4.1.	Entrega 543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado (unidade)	89
11.4.2.	Entrega 1596-Módulo sanitário melhorado (unidade)	90
11.5.	Iniciativa 622.1.05 - Promoção do Sistema Integrado de Saneamento Rural. Entrega 193-Entidade apoiada (unidade).....	90
11.6.	Iniciativa 622.1.06 - Promoção do gerenciamento da política pública de saneamento no meio rural.	91
11.6.1.	Entrega 467-Projeto apoiado (unidade).....	91
11.6.2.	Entrega 1024-Estudos e projetos realizados (unidade).....	92
11.7.	Iniciativa 622.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso para produção agrícola. Entrega 1339-Sistema de reuso de água implantado (unidade)	93
12.	Programa Matriz energética do estado do Ceará (711)	94
12.1.	Iniciativa 711.1.04 - Implantação de tecnologias de energias renováveis no meio rural. Entrega 1566-Projeto de energia renovável implantado (unidade)	94
13.	Programa Revitalização de áreas urbanas degradadas (722).....	95

13.4. Iniciativa 722.1.04 - Expansão do conhecimento técnico-científico sobre a degradação de áreas urbanas. Entrega 425-Plano elaborado (unidade).....	100
13.6. Iniciativa 722.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de revitalização das áreas degradadas. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade).	101
13.7. Iniciativa 722.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).	101
14. Programa Resíduos Sólidos (726)	103
14.1. Iniciativa 726.1.01 - Qualificação da gestão de resíduos sólidos no âmbito regional e municipal.	103
14.1.1. Entrega 1509-Assessoria realizada (unidade)	103
14.1.2. Entrega 1721-Manual técnico disponibilizado (unidade).....	104
14.2. Iniciativa 726.1.02 - Expansão dos serviços de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos.	105
14.2.1. Entrega 1496-Central de Tratamento Implantada (unidade).....	105
14.2.2. Entrega 1722-Unidade de Tratamento Implantada (unidade).....	106
14.2.3. Entrega 475-Projeto elaborado (unidade).....	107
14.3. Iniciativa 726.1.03 - Expansão da atividade econômica da reciclagem. Entrega 1725-Catador beneficiado (unidade).....	107
14.4. Iniciativa 726.1.04 - Promoção dos serviços de apoio técnico e operacional para o desenvolvimento urbano. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade)	108

Apresentação

A proposta de governo 7 Ceará – pactuada junto a sociedade cearense integra 7 eixos de articulação que compõem o Plano Plurianual 2020-2023, conforme estabelece a Lei Estadual Nº17.160, de 27 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Nº17.327, de 23 de outubro de 2020:

- 1 - Ceará Acolhedor
- 2 - Ceará da Gestão Democrática por Resultados
- 3 - Ceará de Oportunidades
- 4 - Ceará do Conhecimento
- 5 - Ceará Pacífico
- 6 - Ceará Saudável e
- 7 - Ceará Sustentável

A Secretaria das Cidades, cuja missão institucional é “Promover o desenvolvimento equilibrado das cidades e regiões do Ceará por meio de ações de planejamento urbano e metropolitano, estruturação e requalificação urbana, habitação, saneamento, mobilidade, fortalecimento institucional dos municípios e regularização fundiária; bem como obras de infraestrutura rodoviária, aeroportuária e de edificações” está inserida em 5 eixos de articulação: Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável e Ceará Saudável.

No Eixo **Ceará Acolhedor**, a Secretaria está relacionada ao tema Acesso à terra e moradia, no Resultado temático de Governo “Proporcionar moradia digna à população, com segurança jurídica, para o enfrentamento do déficit habitacional urbano” e acompanhou o indicador temático de governo **Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana**.

Nesse mesmo tema, em nível programático, é responsável pelo programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana no Resultado “Famílias em situação de vulnerabilidade social com moradia integrada aos serviços e equipamentos públicos”, cuja evolução é acompanhada por meio de 3 (três) indicadores programáticos:

Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado;

Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana; e

Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana.

Ainda no tema, é responsável pelo programa Habitação de Interesse Social na Área Rural no resultado “Famílias em situação de vulnerabilidade social residentes em domicílios considerados precários ou que não possuem moradia na área rural” e acompanha os indicadores:

Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural;

Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural.

No Eixo **Ceará da Gestão Democrática por Resultados** a Secretaria das Cidades está relacionada ao tema Planejamento e Modernização da Gestão, no Resultado temático “Planejamento e gestão pública estadual inovadora, eficiente e efetiva, respeitando os compromissos pactuados para o atendimento das necessidades e demandas sociais das regiões do estado”. É gestora do Programa Governança Interfederativa das Regiões cujo objetivo é ampliar a capacidade da gestão dos municípios do Estado do Ceará em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum. Acompanha os indicadores programáticos:

Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana;

Municípios com Plano Diretor;

Municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas;

Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública;

Regiões Metropolitanas com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) elaborado

No Eixo **Ceará de Oportunidades**, a Secretaria está relacionada ao tema Infraestrutura e Mobilidade, no Resultado temático “Infraestrutura e mobilidade asseguradas para o desenvolvimento sustentável, nos espaços rurais e urbanos de todas as regiões do estado”. Acompanhou a evolução desse resultado por meio do indicador temáticos: **Municípios com áreas urbanas requalificadas.**

Nesse mesmo tema, é gestora do programa Promoção da Requalificação Urbana, no Resultado “Requalificar espaços públicos para a melhoria da convivência social, desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos, com foco em áreas de maior vulnerabilidade”. Acompanha o indicador **Área urbana requalificada.**

No Eixo **Ceará Saudável**, a Secretaria das Cidades está relacionada ao tema Saneamento Básico no Resultado temático “População com garantia de saneamento básico de qualidade, nos espaços urbanos e rurais”. É gestora do programa Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana cujo objetivo é ampliar o acesso da população cearense aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem em condições adequadas. Acompanha a evolução desse resultado por meio de 2 (dois) indicadores programáticos:

População urbana coberta por Sistema de Abastecimento de Água Tratada;

População urbana coberta por Sistema de Esgotamento Sanitário.

Ressalte-se que o esforço de trabalho da entidade vinculada do órgão Secretaria das Cidades, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), assim como dos demais prestadores de serviços, contribuem para a evolução dos indicadores de saneamento básico, notadamente de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A Secretaria também passa a ser gestora do programa Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural cujo objetivo é ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Acompanha a evolução desse resultado por meio dos seguintes indicadores programáticos:

Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)

Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)

No Eixo **Ceará Sustentável**, a Secretaria está relacionada ao tema Meio Ambiente, no Resultado temático “Recursos ambientais com uso racional e sustentável”. Nesse tema é responsável pelo programa Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas cujo objetivo é “Melhorar as condições socioambientais da população nas áreas urbanas degradadas”, cujo acompanhamento é realizado por meio do Indicador: **Área de risco eliminada.**

A Secretaria das Cidades atuou em 2021 no papel de Órgão Executor de iniciativas-Entregas do PPA 2020-2023 em 14 (quatorze) Programas de Governo:

Quadro 1 – Programas de Governo – Órgão Executor – Secretaria das Cidades – 2021.

Ord	Programa	Tema
1.	111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana	1.1 - Acesso à terra e moradia
2.	113 - Habitação de Interesse Social na área rural	
3.	211 - Gestão Administrativa do Ceará	2.1 - Administração geral
4.	212 - Encargos Gerais do Estado	
5.	222 - Gestão e Desenvolvimento estratégico de pessoas	2.2 - Gestão e desenvolvimento de pessoas
6.	241 - Governança Interfederativa das Regiões	2.4 - Planejamento e modernização da gestão
7.	331 - Atração e Desenvolvimento Industrial	3.3 - Indústria
8.	341 - Promoção da Requalificação Urbana	3.4 - Infraestrutura e mobilidade
9.	343 - Mobilidade, Trânsito e Transporte	
10.	621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana	6.2 - Saneamento básico
11.	622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural	
12.	711 - Matriz Energética do Estado do Ceará	7.1 - Energias
13.	722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas	7.2 - Meio ambiente
14.	726 - Resíduos Sólidos	

Dos 14 (quatorze) Programas, 13 (treze) são objeto do Monitoramento do Plano Plurianual (PPA), processo coordenado pela Seplag que, em síntese, consiste no acompanhamento de Entregas, monitoramento de iniciativas priorizadas e no monitoramento de Programas de Governo. É executado por meio da ferramenta informatizada Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

Vale informar que o Programa Encargos Gerais do Estado (212) é de suporte/apoio e que, por esse motivo, não faz parte do escopo do processo de Monitoramento do PPA.

A Secretaria das Cidades desempenhou, ainda, o papel de Órgão Gestor de 7 (sete) Programas de Governo do PPA: 111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana; 113 - Habitação de Interesse Social na área rural; 241 - Governança Interfederativa das Regiões; 341 - Promoção da Requalificação Urbana; 621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana; 622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural e 722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas.

No esforço de trabalho de monitorar o PPA 2020-2023, que inclui o acompanhamento dos resultados temáticos e programáticos citados neste documento, a Secretaria das Cidades articulou em 2021 junto a 25 (vinte e cinco) atores, dos quais 11 (onze) áreas do órgão Secretaria das Cidades, 2 (duas) entidades vinculadas, 1(um) Fundo estadual e 11 (onze) órgãos do poder executivo.

As 11 (onze) áreas do órgão Secretaria das Cidades são:

1. Coordenadoria de Saneamento – Cosan;



2. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – Cdhis;
3. Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento – Codip;
4. Coordenadoria Administrativo-financeira – Coafi;
5. Unidade de Gerenciamento do Programa Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú – UGP II;
6. Unidade de Gerenciamento do Programa Águas do Sertão – UGP PAS;
7. Coordenadoria de Revitalização de áreas degradadas e drenagem – RMF – COREV;
8. Coordenadoria de Obras Urbanas – Courb;
9. Coordenadoria de Regularização Fundiária – COREF;
10. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano – Codur; e
11. Conselho Estadual das Cidades – ConCidades-CE.

As 2 (duas) entidades vinculadas ao órgão Secretaria das Cidades são a Companhia de Água e Esgoto do Ceará–Cagece e a Superintendência de Obras Públicas–SOP. O Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB).

Os outros 11 (onze) órgãos do Poder Executivo são a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA); a Secretaria da Infraestrutura (Seinfra); a Secretaria do Meio Ambiente (Sema); a Secretaria do Turismo (Setur); a Secretaria da Fazenda (Sefaz); a Secretaria da Saúde (SESA); a Secretaria de Planejamento e Gestão (Sepalg); a Secretaria do Desenvolvimento Econômico (Sedet); o Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN-CE; a Companhia de Habitação do Ceará – Em Liquidação (Cohab-Em liquidação); e a Central de Abastecimento do Ceara S.A. (Ceasa).

RESULTADOS E INDICADORES TEMÁTICOS E PROGRAMÁTICOS

Eixo Ceará Acolhedor

Tabela 1 – Indicadores Temáticos de Governo – Tema: Acesso à terra e moradia

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021 ²
Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana (%) ¹	SCIDADES e COHAB	-	-	-	-	0,17%	0,17%

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ O indicador está sendo calculado pela primeira vez neste PPA

² Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em fevereiro de 2022.

Tabela 2 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021 ²
Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado (%) ¹	SCIDADES	-	-	-	-	14,28	32,99
Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana ³	SCIDADES	7.178	11.892	22.947	26.961	27.171	27.190
Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana	SCIDADES	0	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ O indicador está sendo calculado pela primeira vez neste PPA

² Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em fevereiro de 2022.

³ Houve uma atualização dos valores do indicador nos anos de 2018 e 2019, ficando em 22.947 e 26.961 famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área urbana.

Tabela 3 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 113 - Habitação de interesse social na área rural

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021 ²
Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural	SCIDADES	3.139	4.624	7.027	8.875	11.465	14.055
Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural ³	SCIDADES	518	662	943	969	969	969

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ O indicador está sendo calculado pela primeira vez neste PPA

² Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em fevereiro de 2022.

³ Os quantitativos de 2018 e 2019 foram atualizados, ficando em 943 e 969 famílias beneficiadas, respectivamente.

1. Tema Acesso à terra e moradia

Resultado Temático: Famílias com moradia digna, legal e integrada aos serviços e equipamentos públicos, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade social

1.1. Indicador Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana (%)

O indicador mostra o percentual acumulado de famílias beneficiadas com título de propriedade urbana no período. Os imóveis são oriundos dos programas habitacionais do Estado e Federal com passivo de regularização fundiária. Os títulos serão entregues através da Companhia de Habitação do Estado do Ceará (Cohab-em liquidação) e por meio da Coordenadoria de Regularização Fundiária da Secretaria das Cidades. Há quase 75.000 títulos a serem entregues no âmbito do Ceará, sendo 66.700 referentes ao passivo da Cohab.

Após a escolha da área a ser regularizada, o papel da Secretaria das Cidades no processo de regularização começa no cadastro dos imóveis a ser regularizados, o georreferenciamento, a composição das peças técnicas e finaliza com a solicitação ao cartório. A partir daí os cartórios devolvem os títulos a Secretaria das Cidades ou Cohab para entrega dos mesmos aos beneficiários. O programa pretende garantir a segurança jurídica a 19.362 famílias, reduzindo o passivo em torno de 25% nos 4 anos do atual PPA.

A meta do indicador para o ano foi projetada para alcançar 15,55%, mas não foi entregue nenhum título. A Cohab-CE produziu 615 títulos no período, somando aos 813 títulos referentes a 2019 e aos 895 títulos produzidos em 2020, totalizam 2.323 títulos prontos para entrega, aguardando decisão do Governo do Estado, uma data para entrega no evento Papel da Casa em parceria o Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Fortaleza e Tribunal de Justiça. No entanto, devido à pandemia não foi possível fazer a entrega. O baixo desempenho se deu pela ocorrência da pandemia que paralisou as atividades e também pela dificuldade em negociar com os cartórios para a emissão dos títulos.

Para 2022 há possibilidade de entrega de títulos nos municípios de Sobral e Crato devido à convênios entre as prefeituras e os cartórios locais. Além disso, há a possibilidade da Cohab entregar os títulos produzidos, uma vez que muitas atividades já têm sido retomadas depois do início da pandemia.

1.2. Programa 111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana

Objetivo: proporcionar moradia digna à população, com segurança jurídica, para o enfrentamento do déficit habitacional urbano

1.2.1. Indicador Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado (%)

O indicador Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado é a relação entre o número de imóveis com cadastro georreferenciado pelo total de imóveis cadastrados para recebimento do título de propriedade urbana.

Após a escolha da área a ser regularizada, o papel da Secretaria das Cidades começa no cadastro dos imóveis, em seguida passa pelo georreferenciamento dos imóveis, a composição das peças técnicas

e finaliza com a solicitação ao cartório. O georreferenciamento é o esforço da Secretaria das Cidades e é realizado através de contrato de gestão. Os imóveis a serem titulados são oriundos dos programas habitacionais do Estado e Federal com passivo de regularização fundiária. Para os quatro anos de PPA, o programa pretende garantir a segurança jurídica a 19.362 famílias, reduzindo o passivo em torno de 25%.

No ano de 2020 o indicador chegou a 14,28% e a meta para 2021 era alcançar 60%. No entanto, na assinatura do Acordo de Resultados essa meta foi pactuada em 63,24% decorrente da previsão de entrega de 9.489 imóveis georreferenciados.

De janeiro a dezembro foram realizados os georreferenciamentos de 3.628 imóveis sendo 1.074 nos Bairros Gisélia Pinheiro e Mirandão e 1.725 na localidade Alto da Penha no município Crato; 702 imóveis pelo Projeto Rio Maranguapinho (178 no residencial Aldemir Martins, 107 imóveis no Blanchard Girão e 417 no residencial Miguel Arraes). Além desses, foram realizados o georreferenciamento de 127 imóveis nos residenciais Manoel Dias Branco e Joana D'Arc pelo Projeto Farol Novo, em Fortaleza.

Sendo assim, o percentual acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado chegou a 32,99%. O valor é bem abaixo da meta. As principais dificuldades do período foi o atraso da autorização do voo de drone para realização do georreferenciamento e a indefinição de novas áreas a serem regularizadas. Além disso, há ainda a dificuldade em localizar o dono dos imóveis para realização dos cadastros.

1.2.2. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana

O indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana mostra o número acumulado de famílias contempladas com a entrega de unidades habitacionais (UH) por meio do apoio do Estado ao Programa Casa Verde e Amarela que veio substituir o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Também contribuem no período algumas iniciativas do Governo do Estado através dos projetos de Revitalização de áreas degradadas que entregam unidades habitacionais pelos Projetos Rio Maranguapinho e Projeto Dendê, unidades habitacionais entregues em convênio com os municípios e por meio do Projeto do Distrito de Inovação em Saúde do Porangabussu pela SESA.

A meta do PPA para o ano de 2020 é de 26.004 UH. No entanto, pelo fato da meta ser prevista em meados de 2019, a mesma foi ultrapassada ainda naquele ano, sendo necessária uma reprogramação nos anos seguintes. Conforme pactuação do Acordo de Resultados, a meta para o indicador em 2020 é de 28.723 UH, considerando a entrega de 1.286 UH. O indicador foi repactuado em julho/2020 já contando com os efeitos da pandemia.

A meta do PPA para o ano de 2021 era de chegar a 30.547 famílias beneficiadas com Unidades Habitacionais. No entanto, conforme pactuação do Acordo de Resultados, a meta para o indicador em 2021 é de 27.904 famílias beneficiadas, considerando a entrega de 733 UH pela Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social, uma vez que o cenário não se encontrava favorável para entrega das unidades do Residencial Santo Sátiro e nem do Distrito de Inovação.

No período em análise foram entregues 19 unidades habitacionais por meio de convênio com o município de Massapê. Sendo assim, o indicador chegou a 27.190 famílias beneficiadas com unidade habitacional.

O Residencial Alto da Paz teve suas unidades concluídas, mas não foi possível a entrega devido a dificuldades junto aos Cartórios de Imóveis. Já em relação ao Residencial Cidade Jardim as principais dificuldades enfrentadas foram em virtude do período de pandemia que provocou o isolamento social e consequente paralisação de atividades, além dos problemas referentes ao contingenciamento de recursos. As obras foram retomadas, mas a previsão de entrega ficou para março e abril/2022.

Em relação ao Residencial Santo Sátiro, no Bairro Acaracuzinho, no Município de Maracanaú, ligado ao componente de habitação do Projeto Rio Maranguapinho, estava prevista a entrega 128 unidades habitacionais. A obra de construção do Residencial Santo Sátiro encontrava-se, em dezembro/2017, com 47% dos serviços executados. Além disso, a Construtora desistiu da obra, alegando dificuldades financeiras, a obra foi paralisada, o contrato venceu em março de 2017. O Residencial Santo Sátiro estava invadido desde novembro de 2017.

Foi realizado o levantamento dos serviços restantes para conclusão da obra e respectivo orçamento encaminhado para CAIXA para aprovação e posterior licitação. Em Agosto/18 foi encaminhado à Caixa as respostas às últimas pendências apontadas e em 2019 a licitação. Previsão de entrega em 2021.

Em janeiro de 2022 foi publicado, através da Lei Complementar nº 276, o Programa Moradia Ceará, do Governo do Estado, destinado a ampliar e melhorar a oferta de moradia de interesse social. Tendo como objetivo, dentre outros, destinar recursos para a construção/produção de unidades habitacionais no âmbito do Estado e estimular a construção de habitação de interesse social por agentes privados, associações e/ou cooperativas.

1.2.3. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana

O indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana mostra o número de famílias acumulado em vulnerabilidade social que foram beneficiadas pelo Estado por meio de reformas e construção/melhoria de unidades sanitárias domiciliar.

Contribuem para o indicador as famílias que serão beneficiadas pelo Projeto Dendê, pelas melhorias das unidades do PMCMV e pelas melhorias das condições físicas das unidades habitacionais do assentamento precário Beco do Samasa, à beira da Lagoa de Porangabussu por meio do Projeto do Distrito de Inovação em Saúde do Porangabussu.

A meta para o ano de 2021 está prevista em 100 famílias beneficiadas. No período em análise não foi feita nenhuma entrega. A SCidades planejou a construção de unidades sanitárias por meio do Projeto Dendê e está aguardando a entrega da estação elevatória necessária para captação de esgotos pela Cagece. A construção dos banheiros só será possível quando concluída a estação elevatória.



A meta para o ano de 2021 está prevista em 70 famílias beneficiadas por meio do Projeto do Distrito de Inovação. No entanto, no período em análise não foi feita nenhuma entrega e considerando o agravamento da pandemia por Covid-19 no primeiro semestre de 2021 e que alguns projetos não houve deliberação de recursos financeiros e orçamentário para a execução, as metas serão reprogramadas para o exercício de 2022, tendo em vista, a demora nas execuções dos processos iniciais, bem como na liberação de recursos financeiros

A SCidades planejou a construção de unidades sanitárias por meio do Projeto Dendê e está aguardando a entrega da estação elevatória necessária para captação de esgotos pela Cagece. A construção dos banheiros só será possível quando concluída a estação elevatória.

Não houve ainda divulgação do Programa Cartão Reforma por parte do Governo Federal.

Em janeiro de 2022 foi publicado, através da Lei Complementar nº 276, o Programa Moradia Ceará, do Governo do Estado, destinado a ampliar e melhorar a oferta de moradia de interesse social. Tendo como objetivo, dentre outros, destinar recursos para a construção/produção de unidades habitacionais no âmbito do Estado e estimular a construção de habitação de interesse social por agentes privados, associações e/ou cooperativas.

1.3. Programa 113 - Habitação de interesse social na área rural

Objetivo: Proporcionar moradia digna à população para o enfrentamento do déficit habitacional rural

1.3.1. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural

O indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural mostra a quantidade acumulada de famílias atendidas com a entrega de fogão sustentável no meio rural.

A meta de entrega do PPA era entregar 2.990 fogões, sendo ajustado no Acordo de Resultados para 2.590 unidades. A entrega dos fogões ocorreu no mês de dezembro, totalizando 14.055 famílias beneficiadas.

As dificuldades enfrentadas no ano foram em decorrência da pandemia que atrasou as atividades. Também houve demora na aprovação de recursos para a atividade.

1.3.2. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural

O indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural mostra o número acumulado de famílias em vulnerabilidade social que foram beneficiadas pelo Estado com unidades habitacionais através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e de outros similares. Por meio do Governo do Estado, o Programa Mais Infância prevê a substituição de casas de taipa para as famílias beneficiadas em outras modalidades do mesmo programa.

No período em análise não foi entregue nenhuma unidade habitacional no meio rural, devido à pandemia e à indefinição da nova política de habitação do Governo Federal. Em relação ao Programa Mais Infância, havia a previsão de substituição de 200 casas de taipa, mas ficou apenas para 2022. Além desses, a secretaria se inscreveu em um programa da Funasa - Fundação Nacional de Saúde, para substituição de 1000 casas de taipa em 10 municípios, todavia ainda não houve andamento no processo.

Em janeiro de 2022 foi publicado, através da Lei Complementar nº 276, o Programa Moradia Ceará, do Governo do Estado, destinado a ampliar e melhorar a oferta de moradia de interesse social. Tendo como objetivo, dentre outros, destinar recursos para a construção/produção de unidades habitacionais no âmbito do Estado e estimular a construção de habitação de interesse social por agentes privados, associações e/ou cooperativas.

Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados

Tabela 4 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 241 - Governança Interfederativa das Regiões

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021 ¹
Municípios com Plano Diretor	SCIDADES	-	-	15,76%	15,76%	15,76%	15,76%
Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana	SCIDADES	-	-	14,67%	14,67%	14,67%	14,67%
Municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas	SCIDADES	-	-	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Regiões Metropolitanas com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) elaborado	SCIDADES	-	-	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%
Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública	SCIDADES	-	-	35,71%	35,71%	35,71%	35,71%

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em março de 2022.

2. Tema Planejamento e Modernização da Gestão

Resultado temático: Planejamento e gestão pública estadual inovadora, eficiente e efetiva, respeitando os compromissos pactuados para o atendimento das necessidades e demandas sociais das regiões do estado.

2.1. Programa 241 - Governança Interfederativa das Regiões

Objetivo: Ampliar a capacidade da gestão dos municípios do Estado do Ceará em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

2.1.1. Indicador Municípios com Plano Diretor

O indicador "Municípios com Plano Diretor" mostra o número de municípios que elaboraram Plano Diretor em relação ao total de municípios cearenses. De acordo com dados levantados para 2018, são apenas 29 municípios com Plano Diretor no Estado. Serão priorizados os municípios que constituem as Regiões Metropolitanas do Estado do Ceará, seguido dos municípios que possuam mais de 20 mil habitantes.

Havia perspectiva de entregar 1(um) Plano Diretor aumentando o indicador para 16,30% no ano de 2021. Entretanto, não foi entregue nenhum plano permanecendo o valor em 15,76% municípios beneficiados

O Planejamento Urbano exige uma equipe Técnica multidisciplinar para ser realizado, como também exige a participação popular/representativa no processo de elaboração por meio de audiências e seminários públicos. Para realizá-lo é preciso que seja aprovado um novo contrato de gestão para dar continuidade aos trabalhos relacionados a Governança Interfederativa no Estado do Ceará, tal fato que ainda não foi realizado. Além desses fatores, a adesão da Gestão municipal à proposta do Plano Diretor Participativo faz-se imprescindível para o desenvolvimento do mesmo.

2.1.2. Indicador Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana

O indicador Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana mostra a proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática.

As cidades promovem a participação cidadã direta da sociedade civil, por meio de conselhos cidades ou outros instrumentos, nos processos de planejamento e gestão urbana em relação ao total de 184 cidades no estado. Até 2020, 14,67% dos municípios cearenses contavam com conselhos municipais.

Não havia perspectiva de aumentar o indicador no ano de 2021 pois não estava previstas entregas relacionadas aos conselhos municipais. A manutenção do Conselho Estadual é fundamental na execução das atividades que contribuem para o indicador. Entretanto, devido a não inclusão das ações de execução das iniciativas/entregas no contrato de gestão 2020/2021; falta de equipe técnica de recursos financeiros suficientes para ações planejadas; e ao surgimento da pandemia, as atividades não têm sido realizadas, podendo impactar o indicador nos próximos ciclos.

2.1.3. Indicador Municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas

O indicador Municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas mostra o número de municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas em relação ao número de municípios que receberam consultoria. De acordo com informações, foram 8 municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária até 2018 e 6 municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas.

Havia previsão de entrega para 1(um) município em 2021 chegando ao percentual de 77,78%.

O Planejamento Urbano exige uma equipe Técnica multidisciplinar para ser realizado. Para realizá-lo é preciso que seja aprovado um novos valores e novo MAPP para a Contratação por meio de Consultoria para elaborar um Plano de Gestão Fiscal e tributária e Municipal para ser aplicado nos municípios.

Torna-se imprescindível a colaboração das gestões municipais para o acesso aos dados necessários para composição do indicador e cooperação dos mesmos para a elaboração de políticas relacionadas à gestão fiscal e tributária.

2.1.4. Indicador Regiões Metropolitanas com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) elaborado

O indicador Regiões Metropolitanas com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) elaborado mostra o número de Regiões Metropolitanas que possuem o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) elaborado em relação ao total de Regiões Metropolitanas cearenses. Apenas a Região Metropolitana de Sobral apresentou PDUI elaborado no ano de 2018.

A meta para 2021 era alcançar 66,67% entregando o PDUI da Região do Cariri, com previsão de entrega em 2022.

De janeiro a setembro de 2021 foram apresentadas algumas propostas para Contratação de Consultoria ou Contratação por meio de contrato de Gestão para dar continuidade aos trabalhos referentes ao PDUI. Em outubro teve início as reuniões e a contratação de uma Consultoria para dar continuidade ao projeto que estava paralisado. Já foram previstos seminários temáticos, audiências públicas, reuniões com as Instâncias Colegiadas e aprovação do plano de trabalho e macrozoneamento. Além disso, também está prevista a revisão do PDUI produzido para Região Metropolitana de Sobral.

2.1.6. Indicador Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública

O indicador Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública mostra o número de Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública em relação ao número de Regiões de Planejamento do Estado do Ceará. Até 2018 foram contempladas 5 Regiões de Planejamento.

Não havia perspectiva de aumentar o indicador no ano de 2021 pois não estava previstas entregas relacionadas à capacitação em gestão pública.

O Planejamento Urbano exige uma equipe Técnica multidisciplinar para ser realizado, como também exige a participação popular/representativa no processo de elaboração por meio de audiências e seminários públicos. Para realizá-lo é preciso que seja aprovado um novo contrato de gestão para dar continuidade aos trabalhos relacionados a Governança Interfederativa no Estado do Ceará, tal fato que ainda não foi realizado. Contudo, devido ao problema de disseminação do Covid-19 no estado, bem como os decretos que foram publicados pelo Governo do estado do Ceará, que restringem a circulação de pessoas, as aglomerações bem como a celebração de novos contratos, surge como um impedimento para dar continuidade ainda esse ano aos trabalhos de planejamentos urbanos realizados por secretaria.

Eixo Ceará de Oportunidades

Tabela 5 – Indicadores Temáticos de Governo – Tema: Infraestrutura e Mobilidade

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período ²					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021 ³
Municípios com áreas urbanas requalificada (%) ¹	SCIDADES/ SEINFRA/ DETRAN	25,00%	51,09%	58,15%	59,78%	67,93%	75,00%

Fonte: Secretaria das Cidades.

Notas:

¹ O indicador está sendo calculado pela primeira vez neste PPA

² Até 2019 foram utilizadas apenas as informações das entregas realizadas pela Secretaria das Cidades. A partir de 2020 passa a contar com as informações dos demais órgãos

³ Dados finais.

Tabela 6 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 341 - Promoção da Requalificação Urbana

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período ¹					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021 ²
Área urbana requalificada (metros quadrados)	SCIDADES/ SEINFRA/ DETRAN	385.282,96	1.027.393,32	381.934,04	760.004,65	827.840,50	776.178,58

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ Até 2019, o indicador foi calculado apenas com informações da SCidades. A partir de 2020 passa a contar com as informações dos demais órgãos.

² Dados finais.

3. Tema Infraestrutura e Mobilidade

Resultado temático: Infraestrutura e mobilidade asseguradas para o desenvolvimento sustentável, nos espaços rurais e urbanos de todas as regiões do estado.

3.1. Indicador Municípios com áreas urbanas requalificada (%)

O indicador **Municípios com áreas urbanas requalificadas (%)** representa o percentual de municípios com áreas urbanas requalificadas em relação ao total de municípios do Estado do Ceará. Os municípios são beneficiados com obras requalificação de espaços públicos urbanos e requalificação viária.

Contribuem para o indicador as entregas realizadas pela SCidades, por meio da Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb) e da Unidade de Gerenciamento do Projeto Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II). Além da secretaria, contribuem as entregas realizadas pela Secretaria de Infraestrutura – Seinfra e pelo Departamento Estadual de Trânsito – Detran. No entanto, os valores da série histórica de 2016 a 2019 foram calculados apenas com as informações da Secretaria das Cidades. Apenas em 2020 passou a utilizar as informações dos demais órgãos (Tabela 5).

Vale ressaltar que os municípios não recebem obras de requalificação apenas em um determinado ano, o mesmo pode ser contemplado em diversos anos. O objetivo do indicador é identificar a abrangência em todas as regiões do Estado.

No período de janeiro a dezembro foi registrada a entrega em 63 municípios, sendo que destes, 13 ainda não haviam sido beneficiados nos anos anteriores, alcançando assim um total de 138 municípios. O indicador atinge um percentual de 75% dos municípios beneficiados com obras de requalificação urbana, superando a meta anual.

Mesmo tendo superado a metas, as principais dificuldades estão relacionadas à situação de adimplência dos municípios convenientes e à liberação de limites financeiros reduzidos.

Compõem o indicador as entregas relacionadas à requalificação viária e requalificação de espaços públicos. No período de janeiro a dezembro foram beneficiados 64 municípios com obras de requalificação urbana, sendo 44 municípios com obras de requalificação viária e 26 municípios com obras em espaços públicos (Tabela 7).

Tabela 7 – Áreas Urbanas Requalificadas – 2021.

	TIPO	Quantidade	Municípios*	Total (m ²)
Requalificação Viária	Pedra tosca	41	28	278.058,23
	Paralelepípedo	16	12	168.397,72
	Asfáltica	5	5	180.036,03
	Intertravado	2	2	27.441,29
	Total	64	44	653.933,37
Requalificação dos Espaços públicos	Praça	21	18	62.853,31
	Prédio	4	4	5.511,9
	Sinalização/Iluminação	3	3	23.063,12
	Outros	4	4	30.816,88
	Total	32	26	156.155,57
Total		96	64	776.178,58

Fonte: Secretaria das Cidades/Courb e UGP II. Secretaria da Infraestrutura.

Nota:

*municípios beneficiados com mais de uma obra são contados uma única vez. Não corresponde à soma da coluna.

3.2. Programa 341 - Promoção da Requalificação Urbana

Objetivo: Requalificar espaços públicos para a melhoria da convivência social, desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

3.2.1. Indicador Área urbana requalificada (m²)

O indicador representa o somatório de áreas urbanas requalificadas através do programa Promoção da Requalificação Urbana. Os valores da série histórica de 2016 a 2019 foi calculado apenas com as informações da Secretaria das Cidades.

O indicador é obtido pela soma das entregas Via Pavimentada, Via Implantada e Espaço Urbano Requalificado. A meta para 2021 é chegar a 1.430.071,32 metros quadrados de área urbana requalificada, sendo que 87% provenientes de entregas da SCidades, 6,2% de entregas da Seinfra e 6,9% de entregas do Detran.

No período de janeiro a dezembro foi registrada a entrega de 776.178,58 metros quadrado, sendo 760.810,58 metros quadrados pela SCidades, 15.368 metros quadrados pela Seinfra e não houve entrega pelo Detran. O total entregue no ano corresponde a 54,3% da meta. A SCidades alcançou 61,2% da sua meta proposta, a Seinfra alcançou 17,5% da sua meta e o Detran não entregou.

As principais dificuldades para o alcance da meta estão relacionadas à falta de visitas dos fiscais ao campo a fim de atestarem a conclusão das obras, inadimplências dos convenientes que impedem o repasse por consequência o término das obras. Em relação à Obra de internalização da rede elétrica do Sítio Histórico de Sobral, mais testes tiveram de ser realizados no centro satélite e foi necessário a contratação de uma empresa especializada para a realização das provas. O equipamento ainda está em São Paulo para a realização dos testes. Além dos testes em São Paulo, será necessário realizar os testes no local da instalação do equipamento, o que dilata o tempo acordado para a finalização desta obra. Em relação ao Detran, o órgão não realizará as entregas previstas devido às resoluções governamentais de contingenciamento de gastos em virtude da pandemia de coronavírus.

Eixo Ceará Saudável

Tabela 8 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa 621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período					
		2016	2017	2018	2019 ¹	2020 ¹	2021 ²
População urbana coberta por sistema de abastecimento de água tratada	SCIDADES	92,05	89,98	92,00	92,26	90,79	...
População urbana coberta por sistema de esgotamento sanitário	SCIDADES	38,24	37,60	39,60	41,22	41,85	...

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ Dados de 2019 e 2020 atualizados em 07/06/2021 com base nas informações do SNIS, dos prestadores de serviço de saneamento e das prefeituras municipais, que têm seu resultado final consolidado bienalmente.

² O resultado de 2021 só deverá ser conhecido no primeiro semestre de 2023.

Tabela 9 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa 622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021 ¹
Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)	SCIDADES	117.141	132.163	145.347	161.771	176.870	186.994
Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)	SCIDADES	143.124	162.743	180.909	200.342	215.034	228.791

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em março de 2022.

4. Tema Saneamento Básico

Resultado Temático: População com garantia de saneamento básico de qualidade, nos espaços urbanos e rurais.

4.1. Programa 621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana

Objetivo: Ampliar o acesso da população cearense aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem em condições adequadas.

4.1.1. Indicador População urbana coberta por sistema de abastecimento de água tratada

O indicador População urbana coberta com Sistema de Abastecimento de Água tratada refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede de distribuição de água no Estado do Ceará.

A política de saneamento urbano é coordenada pela Secretaria das Cidades (SCidades) por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), de acordo com a Lei Complementar nº 162/2016.

Os municípios podem atribuir a regulação dos serviços de saneamento à Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Ceará (Arce). No caso dos municípios operados pela Cagece, a Lei nº 14.394/2009 define a Agência como regulador até que o poder público municipal delibere em contrário.

No município de Fortaleza, essa atividade é realizada por meio da Autarquia de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR).

Em referência ao abastecimento de água, os serviços de saneamento em áreas urbanas do Estado foram ofertados pela Cagece em 152 municípios; pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE) em 29 municípios; e pelas prefeituras municipais em quatro municípios, contabilizando a cobertura total de água no estado em 91,88% no ano de 2019. Observando-se que o município de Sobral, apresenta os serviços de abastecimento de água urbano do SAAE na sede municipal e CAGECE na sede urbana de alguns distritos, justificando-se, 1 número a mais além dos 184 municípios (SNIS, 2019).

A meta para 2021 era chegar a 91,92% da população coberta com água tratada. No entanto, com a redução do indicador no ano de 2020 e com as paralisações das obras causadas pela pandemia, o indicador deverá ter um crescimento inferior ao esperado e a meta não deverá ser alcançada. Vale ressaltar que o indicador apresenta uma redução em relação ao ano anterior em virtude do crescimento populacional ser superior ao número de população beneficiada com a entrega. Em virtude desse panorama, a meta para 2022 foi readequada para 91,62%.

Relacionado ao Estado, a demora nos repasses e nas aprovações dos projetos por parte do agente financiador, os entraves próprios dos licenciamentos ambientais, processos licitatórios e a pandemia

foram os principais problemas relacionados à entrega dos sistemas e conseqüentemente do indicador.

Outro problema relacionado ao acompanhamento do indicador, é causado pelos municípios não operados pela Cagece, cita-se a imprecisão e a falta de repasse das informações.

O resultado final de 2021 só deverá ser conhecido no segundo semestre de 2023.

Em 2020, o percentual da população urbana coberta com abastecimento de água é de 90,79% e beneficiou aproximadamente 6.467.229 habitantes do Estado. Esse desempenho considera principalmente os investimentos da Cagece para o setor.

Analisando somente os municípios atendidos pela companhia em 2020, o percentual da população coberta com abastecimento de água é de 98,44%, e beneficiou aproximadamente 5.550.900 habitantes em 337 localidades (SEI NOVO – CAGECE, 2020). Para o ano de 2021, a informação percentual de 98,50%, a quantidade de habitantes é de 5.592.083, e de localidades é 340 (SEI NOVO – CAGECE, 2021).

No período de 2016-2020 o indicador apresentou uma queda de 1,4%. Um dos problemas no acompanhamento do indicador, causado pelos municípios não operados pela Cagece, cita-se a imprecisão e a falta de repasse das informações, podendo-se atribuir, em parte, a esses fatores, a redução do valor do indicador no período 2016-2020.

Considerando somente os municípios operados pela Cagece, registra-se, nesse mesmo período, um crescimento de 0,1% do indicador de cobertura de água, evoluindo de 98,36% para 98,44%. Neste período, muitos investimentos realizados no setor foram voltados à convivência com a seca, o que quer dizer a implantação de novos mananciais a sistemas já existentes.

4.1.2. Indicador População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário

O indicador População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede coletora de esgoto no Estado do Ceará.

A política de saneamento urbano é coordenada pela Secretaria das Cidades (Scidades) por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), de acordo com a Lei Complementar nº 162/2016.

Os municípios podem atribuir a regulação dos serviços de saneamento à Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Ceará (Arce). No caso dos municípios operados pela Cagece, a Lei nº 14.394/2009 define a Agência como regulador até que o poder público municipal delibere em contrário. No município de Fortaleza, essa atividade é realizada por meio da Autarquia de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR).

Até o ano de 2020, os serviços foram ofertados pela Cagece em 74 municípios; pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), em 20 municípios; e pelas das prefeituras municipais em dois municípios. Os demais municípios ou não possuem informação, ou não possuem sistema de esgotamento sanitário.

Em 2020, o percentual da população urbana coberta com esgotamento sanitário é de 41,85% beneficiando aproximadamente 2.981.149 habitantes do Estado.

A meta para 2021 era chegar a 40,60% da população coberta com esgotamento sanitário. Ao atualizar os dados de 2019/2020 observa-se que a meta foi ultrapassada ainda em 2019. Com as paralisações das obras causadas pela pandemia, esperava-se que o indicador teria um crescimento inferior ao esperado e por conta disso, a meta para 2022 foi alterada para 39,95%.

O problema no acompanhamento do indicador, causado pelos municípios não operados pela Cagece, é a falta de repasse das informações. Os valores deste indicador são calculados a partir de informações fornecidas pelos municípios e prestadores de serviço ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), cujos resultados são divulgados bianualmente pelo Governo Federal. O resultado final de 2021 só deverá ser conhecido no segundo semestre de 2023.

Levando-se em conta somente os 75 municípios atendidos pela Companhia, o percentual da população urbana coberta com esgotamento sanitário, é de 44,69%, e beneficiou aproximadamente 2.633.385 habitantes em 91 localidades (SEI NOVO – CAGECE, 2020). Já no ano de 2021, 78 municípios são atendidos pela Companhia, chegando a um percentual de cobertura de 44,62%, beneficiando uma população de 2.654.229 habitantes, em 95 comunidades (SEI NOVO – CAGECE, 2021).

O indicador apresentou um crescimento de 9,4% no período de 2016-2020, última informação do indicador. Um dos problemas no acompanhamento do indicador, causado pelos municípios não operados pela Cagece, é a falta de repasse das informações de cobertura com rede de distribuição de água. Como alternativa, a Secretaria das Cidades utiliza as informações do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS).

Considerando somente os municípios operados pela Cagece, registra-se, nesse mesmo período, um crescimento de 10,3% do indicador de cobertura de água, evoluindo de 40,51% para 44,69%.

4.2. Programa 622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural

Objetivo: Ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

4.2.1. Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)

O indicador Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) representa o número de ligações ativas de um sistema de abastecimento de água após a sua entrega, considerando somente as redes geridas pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR). A ligação de água é a canalização entre o distribuidor público e o hidrômetro, limitador de consumo. Convencionalmente, as ligações podem ser classificadas como ativas (usuários interligados à rede), suspensas (usuários interligados que não tem contribuído para

o faturamento), factíveis (usuários que possuem rede disponível, mas não fizeram a ligação), tamponadas (possuem ligação e interligação, mas a ligação foi desativada). O indicador é alterado conforme iniciativas da SCidades por meio dos Programas Águas do Sertão (PAS) e do Programa de Integração do São Francisco (PISF), da SDA e do próprio Instituto SISAR. No final de 2020 o indicador alcançou 176.870 ligações ativas.

A meta prevista para o ano de 2021 era alcançar 185.000 ligações ativas. Todavia foram ativadas mais 10.124 ligações, totalizando um número de 186.994 ligações, superando em 1% o previsto para o ano.

O indicador sofreu um impacto nos primeiros meses do ano devido à pandemia e a perspectiva seria que houvesse ainda mais desligamentos devido à crise financeira. No entanto, com a medida tomada pelo Governo do Estado, de subsidiar as tarifas de água no meio rural, o indicador voltou a crescer.

Por meio do Programa Águas do Sertão não houve nenhuma entrega em 2021 pois os dois sistemas previstos (São José/Palhano e Capim Grosso/Russas) para serem entregues encontram-se na Procuradoria Geral do Estado (PGE) com vistas à divulgação do resultado final da licitação.

Por meio do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), foi entregue o Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Barra de Santana no município de Jati. Encontram-se em execução fora do prazo ou paralisados os Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) de SAA Complexo Beleza (97,96%); SAA de Gentil (95,42%); SAA de Cipó (94,52%); SAA de Malhada (18,22%). As principais dificuldades foram relacionadas à demora na ampliação da rede trifásica.

4.2.2. Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)

O indicador Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) representa o número de ligações totais de um sistema de abastecimento de água após a sua entrega, considerando somente as redes geridas pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR). A ligação de água é a canalização entre o distribuidor público e o hidrômetro, limitador de consumo. Convencionalmente, as ligações podem ser classificadas como ativas (usuários interligados à rede), suspensas (usuários interligados que não tem contribuído para o faturamento), factíveis (usuários que possuem rede disponível, mas não fizeram a ligação), tamponadas (possuem ligação e interligação, mas a ligação foi desativada). O indicador é alterado conforme iniciativas da SCidades por meio dos Programas Águas do Sertão (PAS) e do Programa de Integração do São Francisco (PISF), da SDA e do próprio Instituto SISAR.

A meta prevista para o ano de 2021 era alcançar 203.000 ligações totais. Todavia foram entregues 13.757 ligações chegando ao total de 228.791 ligações totais, superando a meta em 12%.

No âmbito do PISF, houve a entrega do Sistema de Abastecimento de Água de Barra de Santana no município de Jati disponibilizando 98 ligações. Por meio do Programa Águas do Sertão não houve nenhuma entrega em 2021 pois os dois sistemas previstos (São José/Palhano e Capim Grosso/Russas) para serem entregues encontravam-se na Procuradoria Geral do Estado (PGE) com vistas à divulgação do resultado final da licitação.

Eixo Ceará Sustentável

Tabela 10 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021 ¹
Áreas de risco eliminadas (%)	SCIDADES	59,38	68,75	84,38	84,38	87,50	90,63

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em março de 2022.

5. Tema Meio Ambiente

Resultado Temático: Recursos ambientais com uso racional e sustentável

5.1. Programa: 722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas

Objetivo: Melhorar as condições socioambientais da população nas áreas urbanas degradadas.

5.1.1. Indicador Área de risco eliminada (%)

O indicador Área de risco eliminada (%) refere-se à eliminação de 32 (trinta e duas) áreas de risco situadas na abrangência do Projeto Rio Maranguapinho (22), Projeto Rio Cocó (9) e Projeto Dendê (1). A fonte da informação é o Relatório da Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Fortaleza, de 2010.

No período do PPA 2016-2019 foi programado eliminar 15 (dezoito) áreas de risco existentes no Projeto Rio Maranguapinho (5), Rio Cocó (9) e Dendê (1). No entanto, ao final do período registrou a eliminação de um total de 10 (dez) áreas de risco, sendo 2 (duas) no Projeto Maranguapinho, 7 (sete) Rio Cocó e a prevista no Projeto Dendê. O percentual corresponde a 31,25% do total de áreas mapeadas.

Em 2018, foi registrada a eliminação de cinco áreas de risco, sendo uma do Projeto Rio Maranguapinho (Lumes), três áreas do Projeto Rio Cocó (Novo Barroso, Santa Maria Gorete e Do Cal) e uma área do Projeto Dendê (Área da Baixada). Em 2019 não foi registrada a eliminação nenhuma área de risco.

Para 2021 estavam previstas a eliminação de 2 áreas (Conjunto Ceará e Belém). No entanto, após a revisão do Acordo de Resultados, ficou definido que só seria eliminada a área Belém, devido às paralisações decorrentes da pandemia e as dificuldades de desapropriação junto às famílias.

A área de risco Belém foi eliminada em Agosto/21. O percentual atingiu 90,63%. Restando 3 áreas a serem eliminadas: Conjunto Ceará (Maranguapinho) e Parque Santa Maria e Ocupação 24 de Setembro (Cocó) para 2022.

As principais dificuldades do indicador estão relacionadas a demora no processo de desapropriação, que compreende desde a atualização e/ou elaboração de Laudos, negociação com o beneficiário, juntada de documentos, análise e homologação de acordo pela PGE, somado a isso, as dificuldades desde 2020 provocada pela pandemia do Coronavírus.

CONTRIBUIÇÃO DAS ENTREGAS PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS ESTRATÉGICOS SETORIAIS DE GOVERNO

Em 2021, a Secretaria das Cidades, no papel de Órgão Executor do Plano Plurianual 2020-2023, atuou na execução de 75 entregas de 52 iniciativas, em 14 Programas de Governo:

Programa	Nº de iniciativas	Nº entregas
111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana	06	08
113 - Habitação de Interesse Social na área rural	02	02
211 - Gestão Administrativa do Ceará	04	04
212 - Encargos gerais do estado	03	NA
222 - Gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas	01	01
241 - Governança Interfederativa das Regiões	04	05
331 - Atração e desenvolvimento industrial	01	01
341 - Promoção da requalificação urbana	02	03
343 - Mobilidade, trânsito e transporte	01	01
621 - Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana	10	22
622 - Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural	07	12
711 - Matriz energética do estado do Ceará	01	01
722 - Revitalização de áreas urbanas degradadas	06	08
726 - Resíduos Sólidos	04	07
Total	52	75

Dos Entregas do PPA executados pelo órgão Secretaria das Cidades em 2021, por meio das suas áreas de negócio:

DESEMPENHO	Nº DE ENTREGAS	%
Execução ≥ 100%	11	14,7%
75 ≤ execução < 100%	04	5,3%
50 ≤ execução < 75%	04	5,3%
0 < execução < 50%	04	5,3%
0% de execução	18	24,0%
Sem programação	34	45,4%
Total	75	100,0%

- 11 Entregas (14,7%) alcançaram ou superaram a meta 2021 programada no PPA.
- 04 Entregas (5,3%) apresentou desempenho entre 75% e 99% da meta 2021 programada no PPA.
- 04 Entregas (5,3%) apresentaram desempenho entre 50% e 74% da meta 2021 programada no PPA.
- 04 Entregas (5,3%) apresentaram desempenho entre 0,1% e 50% da meta 2021 programada no PPA.
- 18 Entregas (24,0%) não executaram a meta programada do PPA - exercício 2021.
- 34 Entregas (45,4%) não tiveram programações para 2021.

Algumas das causas para esse nível de desempenho podem ser atribuídas a:

- O impacto em todas as atividades da secretaria causado pela pandemia de Covid-19, com a perda

de pessoas, necessidade de isolamento social, paralisação de obras, lentidão na retomada dos processos e contingenciamento financeiro para suprir os gastos com saúde (fatores exógenos).

- A instabilidade econômica e política na qual se encontra o país (ambiente externo).
- Um grande número de projetos sem priorização (escopo e gestão).
- Reduzido número de pessoas para executar um grande número de projetos (recursos).
- Demora na execução do ciclo de vida dos projetos - iniciação, planejamento, execução e encerramento (tempo de projeto).
- Demora na execução do ciclo de vida dos processos – planejamento, análise, desenho, implementação, monitoramento e controle e refinamento (tempo de processos).
- Grande número de controles por meio de um grande número de ferramentas e bases informatizadas (recursos de tecnologia da informação e comunicação).
- Ausência de tratamento dos riscos em algumas das atividades de processos críticos, cuja ocorrência de falhas podem comprometer o desempenho das ações e provocar efeito sobre o que direciona o sucesso dessas ações - Ex: licitações, licenciamento ambiental, indenizações e medições de obras (riscos em processos)

Como efeitos, percebe-se:

- Contingenciamento dos recursos federais.
- Perda de foco das ações do Governo.
- Disputa por recursos humanos, orçamentários, financeiros, materiais, tecnológicos etc.
- Falta de integração de bases informatizadas (processos).
- Redundância de informações nas diversas bases informatizadas (recursos).
- Ineficiente gestão dos instrumentos (gestão).
- Prejuízos financeiros para o Estado com excesso de aditivos, replanilhamentos, realinhamentos e repactuações nos instrumentos (recursos).
- Ineficiência dos processos de negócio nos órgãos (finalísticos, de suporte e gerenciais).
- Risco de não atingir as metas do PPA 2020-2023.
- Risco de não atender às necessidades e expectativas da Sociedade Cearense.
- Desgaste da imagem do governo perante a Sociedade Cearense.

Considerando a necessidade de orientar a ação governamental para atender os diversos segmentos organizados da sociedade e os cidadãos em geral, objetivando ofertar bens (Entregas e serviços), o Governo do Estado vem executando desde 2016, em trabalho coordenado pela Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), o Projeto de Fortalecimento do Modelo de Gestão Pública por Resultados (GPR).

Em uma das etapas do referido projeto foram identificadas as oportunidades ou fragilidades as quais foram transformadas em desafios, que foram devidamente alinhados ao PPA, com estabelecimento de premissas, entregas para o período 2017-2020 e os indicadores por meio dos quais será aferido o desempenho.

Na etapa de implantação a Casa Civil acompanha a execução dos projetos estratégicos de obras prioritárias com o objetivo de atingir as metas propostas no Acordo de Resultado.

Ressalte-se que as metas das entregas pactuadas no Acordo foram alinhadas ao PPA 2020-2023 e às prioridades do documento 7 Ceará.

Ressalte-se, ainda, a manutenção dos investimentos já realizados pelas gestões anteriores, a continuidade de projetos e das negociações junto a financiadores para captar recursos externos e internos com vistas à execução de programas e projetos; e a observância do ambiente regulatório, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A seguir apresenta-se, por Programa de Governo, com base na programação de 2021, o desempenho das Entregas do PPA sob a responsabilidade do órgão Secretaria das Cidades, executados por meio das áreas de negócio.

1. Programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana (111)

O Programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana (111) tem como Órgão Gestor a Secretaria das Cidades. Tem por objetivo proporcionar moradia digna à população, com segurança jurídica, para o enfrentamento do déficit habitacional urbano. É composto por 6 (seis) iniciativas que foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social (CDHIS), Coordenadoria de Revitalização de áreas degradadas – RMF (COREV) e Coordenadoria de Regularização Fundiária (COREF). A Companhia de Habitação do Estado do Ceará (COHAB em liquidação) e Secretaria da Saúde (SESA) também colaboram com as execuções do programa.

Tabela 11 – Iniciativas e Entregas do Programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
111.1.01 - Promoção do trabalho social nos conjuntos habitacionais.	1652-Serviço socioeducativo promovido	CDHIS/ COREV	200	131	65,5%
111.1.02 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área urbana integrada com serviços públicos.	1337-Equipamento social construído	CDHIS/ COREV	6	3	50,0%
	1646-Unidade habitacional implantada	CDHIS/ COREV	3236	19	0,6%
111.1.03 - Qualificação das condições físicas de unidades habitacionais.	1651-Unidade habitacional qualificada	CDHIS/ COREV	-	-	Sem programação
111.1.04 - Expansão da regularização fundiária urbana.	1335-Título entregue	COREF	3840	0	0,0%
111.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de habitação de interesse social.	467-Projeto apoiado	CDHIS	1	1	100,0%
111.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em	1318-Unidade habitacional entregue	CDHIS/ SESA	140	0	0,0%

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
Saúde de Porangabussu.	1651-Unidade habitacional qualificada	CDHIS/ SESA	70	0	0,0%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

1.1. Iniciativa 111.1.01 - Promoção do trabalho social nos conjuntos habitacionais. Entrega 1652-Serviço socioeducativo promovido (número absoluto)

A promoção do Trabalho Social consiste em atender famílias de baixa renda através de campanhas, mobilizações, oficinas, palestras socioeducativas, capacitando-as e garantindo o acesso aos diversos serviços públicos nos conjuntos habitacionais entregues através do programa de habitação de interesse social operados pela Secretaria das Cidades do Estado do Ceará.

A entrega Serviço Socioeducativo promovido refere-se à promoção de campanhas, mobilizações, oficinas, palestras socioeducativas e tem como objetivo atender as famílias dos conjuntos habitacionais entregues através do programa de habitação de interesse social, capacitando-as e promovendo o acesso às diversas políticas públicas.

A referida entrega é executada pelo órgão Secretaria das Cidades, por meio da CDHIS e COREV e está relacionada ao Trabalho Técnico Social desenvolvido nos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e nas áreas urbanizadas pelos programas de desenvolvimento urbano, com a população a ser reassentadas e a população remanescente das áreas.

Em 2021 foram programadas 200 atividades, mas foram realizadas apenas 131 atividades, correspondendo a 65,5% do planejado.

No âmbito do Projeto Maranguapinho foram realizadas 75 atividades do tipo: oficinas educativas e recreativas, escolinhas de futebol e dança, curso de cabelo, curso de assistente administrativo, e a primeira feira do Empreendedor. Para Os Projetos Cocó e Dendê não houve execução devido a pandemia tendo em vista que se trata de trabalho social realizado em residenciais com muitas famílias.

Nos empreendimentos do PMCMV: Castro Alves, Machado de Assis, José de Alencar, Carlos Drummond e Independência II foram realizadas 56 atividades, entre estas: campanhas de cadastro solidário/vacinação contra a COVID19, cursos (informática, hidráulica, culinária, corte e costura), entregas de certificados e itens, acompanhamento de famílias, oferecimento de apoio técnico em feiras comunitárias e distribuições de informativos através de mensagens e telefonemas, ações sociais e acompanhamentos técnicos.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Fecop, Convênios com órgãos federais e operações de crédito internas. A entrega teve uma execução financeira de 5,10% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
10 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	423.806,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS FEDERAIS	5.650.000,00	360.910,01	345.864,16	6,40	6,10
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	95.000,00	18.634,59	18.634,59	19,60	19,60
46 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.700.000,00	21.840,72	21.840,72	1,30	1,30
Total	7.868.806,00	401.385,32	386.339,47	5,10	4,91

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram:

Em relação aos Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Comunidade do Dendê, a paralisação das atividades do Trabalho Técnico Social (TTS) no Riacho verde I e II no novo período da Pandemia, não permitiu a execução financeira da fonte 82, conforme previsto no orçamento. Devido a continuação da pandemia não foi possível iniciar o TTS no Residencial Jose Euclides, como estava previsto, como também não foi possível executar o TTS no Residencial Dendê, impossibilitando a aplicação dos recursos do OGU (82), da fonte Tesouro e fonte 46-FGTS. Não foi necessária a utilização da fonte Fecop nesta iniciativa para estes 3 Projetos.

Em relação à promoção de serviço socioeducativo nos residenciais do programa minha casa minha vida as atividades da iniciativa foram afetadas pelas restrições impostas pela pandemia da Covid-19, uma vez que a mobilização das famílias beneficiadas enfrentou dificuldades no processo de reunião de pessoas. Foram utilizados equipamentos de proteção e todos os cuidados necessários nas atividades coletivas, com o objetivo de aumentar o número de comparecimentos e diminuir o impacto no resultado. Em relação à Fonte Tesouro, no ano de 2021 o recurso não foi utilizado devido não ter ocorrido novas contratações com a Caixa Econômica. O recurso não foi anulado tendo em vista que existiam propostas de novas contratações. No tocante à fonte 10-Fecop, a ação estava destinada ao pagamento do Contrato de Gestão Apoio à Gestão das Políticas de Habitação e desenvolvimento urbano. No entanto, durante o desenvolvimento das atividades foi identificado que se tratavam de atividades relacionadas à regularização fundiária e por isso foi paga pela ação 10998 vinculada à iniciativa 111.1.04.

1.2. Iniciativa 111.1.02 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área urbana integrada com serviços públicos.

1.2.1. Entrega 1337 - Equipamento social construído (número absoluto)

A Expansão da oferta de habitação de interesse social na área urbana, integrada com serviços públicos, corresponde à construção de Unidades Habitacionais e equipamentos públicos para atender famílias de baixa renda, através de Projetos e Programas no âmbito estadual e federal, sendo estes dos Projetos Rio Maranguapinho e Dendê, e do Programa Minha Casa Minha Vida ou outros Programas que venham a substituí-lo.

A entrega Equipamento Social Construído se refere a construção de equipamentos públicos, sejam

eles de: assistência social como Cras/Creas; educação com entrega de creches/escolas; saúde com construção de unidades básicas de saúde; e/ou segurança pública com entrega de postos policiais no entorno dos Residenciais. Devendo estes, serem construídos, no âmbito dos Projetos Rio Maranguapinho, Projeto Dendê, do Programa Minha Casa Minha Vida ou outros Programas que venham a substituí-lo, a serem disponibilizados às famílias atendidas com habitação no meio urbano.

A referida entrega é executada pela Secretaria das Cidades, por meio por meio da CDHIS e COREV.

Em 2021 foi programada a entrega de 6 equipamentos sociais, sendo entregue apenas 3.

Foram entregues à Prefeitura de Fortaleza dois equipamentos sociais (Centro de Educação Infantil-CEI e Unidade Básica de Saude-UBS) para atender as famílias do Residencial Miguel Arraes, do Projeto Rio Maranguapinho e um Centro de Educação Infantil-CEI para atender as famílias do Residencial Yolanda Queiroz do Projeto Dendê.

Encontra-se em processo de elaboração do projeto junto à SOP, a construção de 03 equipamentos: 01 CEI, 01 CRAS e 01 UBS no empreendimento ORGULHO DO CEARÁ II, em Pacatuba, que depende da Instituição Financeira Banco do Brasil promover a transmissão da propriedade da área onde vão ser construídos, para o Estado.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Convênios com órgãos federais e operações de crédito internas. A entrega teve uma execução financeira de 92,82% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	650.000,00	535.867,70	535.867,70	82,40	82,40
82 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	2.026.223,70	2.024.643,37	2.024.643,37	99,90	99,90
46 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	354.776,00	252.811,39	252.811,39	71,30	71,30
Total	3.030.999,70	2.813.322,46	2.813.322,46	92,82	92,82

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram:

No âmbito do PMCMV, os 03 equipamentos sociais planejados para serem construídos pelo Estado no Residencial Orgulho do Ceará II, foram impactados pela necessidade da Instituição Financeira Banco do Brasil precisar transferir a titularidade da área que vai receber os equipamentos, ao Estado, o que não ocorreu. O banco foi notificado por ofício da necessidade. Foi realizada, no dia 30/07/2021, uma reunião virtual com a DIEMP - Diretoria Soluções em Empréstimos e Financiamentos do Banco do Brasil e representantes locais, onde foram tratados os encaminhamentos para a retomada das ações paralisadas na execução do PMCMV no Ceará. As providências foram afetadas pelo impacto geral da pandemia de COVID-19 e, sendo assim, não houve desembolso da fonte tesouro.

No âmbito do Projeto Rio Maranguapinho e Dendê não houve dificuldade de execução financeira no período para as fontes 00-Tesouro, 82-Convênios com órgãos federais e 46-operações de crédito internas.

1.2.2. Entrega 1646 - Unidade habitacional implantada (número absoluto)

A entrega Unidade habitacional implantada corresponde à construção das unidades habitacionais, disponibilizadas à população urbana de baixa renda.

A entrega é executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Cdis com as unidades habitacionais do PMCMV/Casa Verde Amarela e da Corev com as unidades referentes ao Residencial Santo Sátiro.

As unidades são construídas por meio dos programas federais de habitação, a exemplo do antigo Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV e do Programa Casa Verde e Amarela, em parceria com o Governo Estadual, mediante subsídio. As unidades habitacionais são entregues às famílias oriundas do Cadastro Único do Governo Federal - CADUNICO.

Também são construídas, unidades habitacionais por meio da celebração de convênios e congêneres entre Estado e Municípios.

Em 2021 foram entregues 19 unidades habitacionais no município de Massapê, por meio de convênio com o município.

O Residencial Alto da Paz II, com 317 unidades habitacionais, teve suas unidades concluídas, mas não foi possível a entrega devido às dificuldades junto aos Cartórios de Imóveis. A retomada da construção dos módulos III, IV e V do Residencial Cidade Jardim I, com, respectivamente, 416, 1.296 e 880 unidades, cujas obras estavam paralisadas, foi autorizada pelo MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional e a assinatura simbólica do contrato ocorreu no dia 25/06/2020, no Palácio da Abolição. No entanto, em virtude do período de pandemia que provocou o isolamento social e conseqüente paralisação de atividades, além dos problemas referentes ao contingenciamento de recursos atrasaram o andamento das obras. A previsão de entrega ficou para o ano de 2022.

Ainda estava prevista a entrega 128 unidades habitacionais do Residencial Santo Sátiro, no Bairro Acaracuzinho, no Município de Maracanaú, ligado ao componente de habitação do Projeto Rio Maranguapinho. A obra de construção do Residencial Santo Sátiro encontrava-se, em dezembro/2017, com 47% dos serviços executados. Além disso, a Construtora desistiu da obra, alegando dificuldades financeiras, a obra foi paralisada, o contrato venceu em março de 2017. O Residencial Santo Sátiro estava invadido desde novembro de 2017.

Realizado o levantamento dos serviços restantes para a conclusão da obra e respectivo orçamento foi encaminhado para CAIXA para aprovação e posterior licitação. Em agosto/18 foi encaminhado à Caixa as respostas às últimas pendências apontadas e em 2019 os ajustes foram aprovados e orçamento atualizado. A licitação ocorreu em 27/12/2019. Com a invasão e desocupação para conclusão das obras, surgiram muitos problemas ao longo da execução, o que demandou tempo e necessidade de ajustes gerando aditivo de serviços, conseqüentemente inviabilizando a entrega em 2021. Até o mês dezembro, foi executado 53,93% da obra com previsão de entrega em 2022.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Convênios com órgãos federais e operações de crédito internas. A entrega teve uma execução financeira de 7,73% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.428.128,64	3.823.512,76	3.520.206,93	40,60	37,30
82 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	2.200.000,00	1.002.936,67	828.630,02	45,60	37,70
10 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	145.141,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	12.473.269,64	4.826.449,43	4.348.836,95	38,69	34,87

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram:

Em relação ao Projeto Rio Maranguapinho, a obra do Residencial Santo Sátiro apresentou problemas ao longo da execução como já foi dito acima, o que impediu a execução financeira como previsto para a fonte 82 e 00.

Em relação à oferta de Moradia de Interesse Social na Área Urbana por meio de Convênios e Termos de Ajuste com os municípios houveram dois instrumentos MAPP aprovados e formalizados com os municípios de Irauçuba e Massapê, apresentaram baixa execução financeira, pois seus termos de convênios foram assinados e cadastrados no Sistema SACC – CGE em dezembro/2021 no prazo limite para inclusão de novos Instrumentos, não sendo possível o repasse de recurso da fonte FECOP no ano corrente.

Em relação aos recursos destinados por meio de emendas parlamentares, no valor de R\$ 4.647.594,39 não houve a criação de MAPP nem a apresentação de projetos.

1.3. Iniciativa 111.1.03 - Qualificação das condições físicas de unidades habitacionais. Entrega 1651-Unidade habitacional qualificada (número absoluto)

Trata-se de construção de banheiros e da recuperação de unidades habitacionais que serão parcialmente atingidas pelas obras de Urbanização, na área de intervenção do Projeto Dendê, em Fortaleza.

Consiste na construção de banheiros em unidades habitacionais na área da Comunidade Dendê, as quais não dispõem desse equipamento ou onde esse equipamento é precário. As famílias serão selecionadas de acordo com o perfil definido pela Equipe Social do Projeto Dendê. Consiste, ainda, em medidas reparatórias que serão realizadas pela empresa contratada para a execução da Urbanização, à medida que houver imóveis parcialmente atingidos com o avanço das obras.

A entrega é executada pela Secretaria das Cidades, por meio da CDHIS e COREV, que contempla as melhorias mediante Programa Cartão Reforma do Governo Federal e Projeto Dendê.

Não houve meta programada para 2021.

Para a execução dos serviços, a Secretaria das Cidades está em campo recadastrando os imóveis e fazendo o levantamento das necessidades na área do Projeto Dendê para construir 200 banheiros. Já foram feitas 377 visitas e identificados 114 imóveis que irão receber as melhorias habitacionais. A CAGECE está executando o sistema de esgotamento sanitário, na fase de bombeamento para rebaixamento do lençol freático para possibilitar a construção da Estação Elevatória, necessária para a captação de esgoto da região.

Não houve ainda divulgação do Programa Cartão Reforma por parte do Governo Federal.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e operações de crédito internas. A entrega não teve uma execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	221.630,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.221.630,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram:

No âmbito do Projeto Dendê como não ocorreu execução física, conforme descrito acima, não houve também execução financeira da fonte 46-Operações de Crédito Internas.

Em relação ao Programa Habitacional, no ano de 2021, não foi divulgado nenhum programa federal em substituição ao Cartão Reforma, para a execução de melhorias habitacionais e por isso não foi possível a execução do recurso. O recurso não foi disponibilizado pois existiam tratativas de contratação com a Caixa Econômica Federal, de liberação do recurso. Salientamos que a fonte CPAC só pode ser utilizada para habitação, pois o mesmo é um contrato de financiamento.

Além disso, foram acrescentados R\$ 27.874,00 em emendas dos parlamentares que não houve execução e nem podem ser remanejados para o orçamento da Secretaria.

1.4. Iniciativa 111.1.04 - Expansão da regularização fundiária urbana. Entrega 1335-Título entregue (número absoluto)

A iniciativa consiste na regularização dos imóveis urbanos das famílias beneficiadas com unidade habitacional de interesse social, garantindo-se a propriedade da respectiva moradia à família em questão.

O Título entregue refere-se ao documento (registrado no cartório de imóveis competente) entregue à família beneficiada com unidade habitacional de interesse social e é executado pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Regularização Fundiária (COREF) e por meio da Cohab-CE.

Em 2021 não houve entrega de nenhum título.

As entregas dos títulos não ocorreram ainda porque dependem de Acordo de Cooperação Técnicos com a Prefeituras e a Scidades, além de acordos entre os cartórios no que se refere aos valores que são cobrados na confecção dos títulos. A parte de cabe à Secretaria das Cidades é o Cadastro Georreferenciado dos imóveis deixando-os aptos para receberem o título por parte dos cartórios.

De janeiro a dezembro foram realizados o georreferenciamento de 3.628 imóveis sendo 1.074 nos Bairros Gisélia Pinheiro e Mirandão e 1.725 na localidade Alto da Penha no município Crato; 702 imóveis pelo Projeto Rio Maranguapinho (178 no residencial Aldemir Martins, 107 imóveis no Blanchard Girão e 417 no residencial Miguel Arraes). Além desses, foram realizados o georreferenciamento de 127 imóveis nos residenciais Manoel Dias Branco e Joana D'Arc pelo Projeto Farol Novo, em Fortaleza.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Fecop, Convênios com órgãos federais e operações de crédito internas. A entrega teve uma execução financeira de 60,27%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.401.957,42	3.633.081,40	3.561.132,05	82,53	80,90
10 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	5.661.196,00	3.110.899,55	3.110.899,55	54,95	54,95
46 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.097.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	200.000,00	102.759,67	83.259,99	51,38	41,63
Total	11.360.153,42	6.846.740,62	6.755.291,59	60,27	59,46

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram ainda referentes à pandemia conforme detalhado abaixo:

A fonte FECOP utilizada nos contatos para execução das atividades de regularização fundiária nos municípios de Crato e Barbalha ficou aguardando providências da Prefeitura do Crato para publicação do Decreto de Utilidade Pública, com a unificação da área que possibilitará os desmembramentos individuais atendendo os beneficiários com o papel da casa.

Para pagamento do Projeto Pró-moradia – Farol Novo estavam programadas as fontes 00 – Tesouro e 46 – Caixa. Está sendo executado pela empresa Global Engenharia, informamos que houve a paralisação nas atividades por meio do Decreto nº 35.510 de, 16 de março de 2020. Informamos ainda que houve mudança da fonte de recurso 46 para 00, considerando que a Caixa Econômica Federal não aditou o convênio com o FGTS em tempo hábil.

O Projeto Maranguapinho está sendo executado pela empresa KME TOPOGRAFIA por meios das fontes 00-Tesouro e 82-OGU, houve uma desaceleração nas atividades que são executadas em campo e com necessidade de entrevista "in loco" com os beneficiários, sobretudo, o Projeto encontra-se em fase final de execução das atividades de campo e em seguidas serão encaminhados para apreciação da SEUMA e do Cartório de Registro de Imóvel.

1.5. Iniciativa 111.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de habitação de interesse social. Entrega 467-Projeto apoiado (número absoluto)

A iniciativa promoção do gerenciamento da política pública de habitação de interesse social permitirá a execução dos serviços de apoio técnico e operacional ao desenvolvimento da política.

O projeto apoiado refere-se aos contratos de serviços prestados aos projetos por meio de Terceirização e de Contrato de Gestão.

Em 2021 houve a execução dos serviços de apoio técnico operacional, mediante a contratação de colaboradores terceirizados.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. A entrega teve uma execução financeira de 99,58%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	4.762.683,02	4.742.588,10	4.742.588,10	99,58	99,58
Total	4.762.683,02	4.742.588,10	4.742.588,10	99,58	99,58

Fonte: SIMA

Além dos recursos utilizados para promoção do gerenciamento, houve a alocação de R\$ 18.970,00 de emendas dos parlamentares que não podem ser remanejados para o orçamento secretaria.

1.6. Iniciativa 111.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.

1.6.1. Entrega 1318-Unidade habitacional entregue (número absoluto)

A iniciativa consiste na implementação da primeira etapa do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de novas tecnologias e práticas mais efetivas na promoção e atenção à saúde, estruturar campo de experimentação em saúde integrado a ações de inovação urbana, econômica e social, promover o desenvolvimento socioeconômico inclusivo da população.

A entrega consiste em implantação (obras e instalações) de Edifício de Habitação de Interesse Social para população excedente de assentamento precário à beira da Lagoa de Porangabussu, em terreno do município.

O projeto é de responsabilidade da Secretaria da Saúde do Estado e deverá ser executado pela Secretaria das Cidades, por meio da CDHIS.

Não houve entrega no ano de 2021 e ainda não foram iniciados os trabalhos para a realização do mesmo conforme demanda da SESA.

A entrega será executada por meio da fonte de recursos Tesouro. A entrega não teve uma execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

1.6.2. Entrega 1651-Unidade habitacional qualificada (número absoluto)

A entrega refere-se à requalificação das moradias do assentamento precário Beco do Samasa, à beira da Lagoa de Porangabussu.

O projeto é de responsabilidade da Secretaria da Saúde do Estado e deverá ser executado pela Secretaria das Cidades, por meio da CDHIS.

Não houve programação para essa entrega no ano de 2020 e ainda não foram iniciados os trabalhos para a realização do mesmo conforme demanda da SESA.

A entrega será executada por meio da fonte de recursos Tesouro através de Descentralização orçamentária por parte da SESA. No ano de 2020 não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

2. Programa Habitação de Interesse Social na área rural (113)

O Programa Habitação de Interesse Social na área rural (113) tem como Órgão Gestor a Secretaria das Cidades. O objetivo do programa é proporcionar moradia digna à população para o enfrentamento do déficit habitacional rural. É composto por 2 (dez) iniciativas executadas pela própria secretaria, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social (CDHIS).

Tabela 12 – Iniciativas e Entregas do Programa Habitação de Interesse Social na área rural – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado PPA	Realizado PPA	
113.1.01 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área rural.	1646-Unidade habitacional implantada	CDHIS	2.500	0	0,0%
113.1.02 - Promoção da melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural.	1334-Fogão sustentável instalado	CDHIS	2.990	2.590	86,6%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

2.1. Iniciativa 113.1.01 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área rural. Entrega 1646-Unidade habitacional implantada (número absoluto)

A iniciativa corresponde à construção de Unidades Habitacionais, para beneficiar famílias de baixa renda do meio rural, através do Programa do Governo Federal, Minha Casa Minha Vida ou outros Programas que venham a substituí-lo.

A entrega Unidade habitacional implantada corresponde a unidades habitacionais a serem construídas no meio rural e disponibilizadas à população rural de baixa renda. A entrega é realizada pela Secretaria das Cidades por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

Foram programadas 2.500 unidades habitacionais, no entanto não houve entrega no ano de 2021.

Não houve entrega de unidades do PMCMV na modalidade PNHHR – Programa Nacional de Habitação Rural no ano de 2021. Além disso, ainda não foi lançada pelo Governo Federal a operação que substitua esta modalidade, no novo programa Casa Verde e Amarela.

A secretaria se inscreveu em uma seleção da FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, um projeto para a construção de 1.000 casas populares, distribuídas em 10 municípios do estado, para substituição de casas de taipa. As unidades a substituir se localizam tanto na área urbana, quanto rural, dos municípios. No entanto, até o final do ano não saiu resultado da seleção.

Por meio do Governo Estadual, o Programa Mais Infância prevê a substituição de casas de taipa para

famílias de baixa. Havia a previsão de substituição de 200 casas de taipa, mas ficou apenas para 2022.

Em janeiro de 2022 foi publicado, através da Lei Complementar nº 276, o Programa Moradia Ceará, do Governo do Estado, destinado a ampliar e melhorar a oferta de moradia de interesse social. Tendo como objetivo, dentre outros, destinar recursos para a construção/produção de unidades habitacionais no âmbito do Estado e estimular a construção de habitação de interesse social por agentes privados, associações e/ou cooperativas.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Fecop. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
10 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira no período se deve ao fato de que o Governo Federal não divulgou a modalidade do programa Casa Verde e Amarela que substituirá o PNH – Plano Nacional de Habitação Rural e o Governo do Estado não alocou recursos para substituição das casas de taipa pelo Programa Mais Infância.

2.2. Iniciativa 113.1.02 - Promoção da melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural. Entrega 1334-Fogão sustentável instalado (número absoluto)

A iniciativa refere-se à melhoria das condições de habitabilidade por meio da oferta de fogões sustentáveis, os quais possuem tecnologia mais avançada quando o assunto é impacto ao meio ambiente e saúde das famílias, pois necessitam de menos lenha para a combustão (colaborando para a conservação da caatinga) e produzem menos fumaça para o interior das casas, diminuindo assim o risco de problemas respiratórios.

A entrega Fogão Sustentável instalado consiste na doação e instalação do equipamento para famílias de baixa renda que residem nas áreas urbanizadas e/ou agrárias do meio rural, através de seleção realizada pela Secretaria das Cidades, no CADIB - Cadastro Individual de Beneficiários. É executada por meio da CDHIS.

Em 2021 foram beneficiadas 2.590 famílias com fogões sustentáveis, alcançando uma execução de 86,6%.

Conforme relatório do Acordo de Resultados e o Acompanhamento trimestral do SIMA, a seleção dos beneficiários foi concluída e foram realizadas 602 atividades, sendo elas 591 oficinas e 11 capacitações às famílias selecionadas. As dificuldades enfrentadas no ano foram em decorrência da pandemia que atrasou as atividades de licitação e contratação. Também houve demora na aprovação

de recursos para a atividade. No mês de dezembro foram entregues 2.590 fogões totalizando 14.055 famílias beneficiadas desde 2016.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Fecop. A execução financeira foi de 92,23% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	2.529.540,00	2.425.327,80	2.425.327,80	95,90	95,90
Total	2.629.540,00	2.425.327,80	2.425.327,80	92,23	92,23

Fonte: SIMA

Apesar de ter tido uma boa execução da fonte FECOP, não foi possível realizar o desembolso da fonte Tesouro, pois o projeto teve parcela cadastrada em 30/12/21 que não foi paga em virtude do encerramento do exercício.

3. Programa Gestão Administrativa do Ceará (211)

O Programa Gestão Administrativa do Ceará (211) tem como órgão Gestor a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag). O objetivo do programa é promover com eficiência a gestão administrativa dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta, de todos os Poderes. A Secretaria das Cidades executa 4 iniciativas do programa por meio da Coordenadoria Administrativo-Financeira (COAFI) e Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (CODIP).

Tabela 13 – Iniciativas e Entregas do Programa Gestão Administrativa do Ceará – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
211.1.01 - Qualificação física e tecnológica da prestação dos serviços públicos administrativos.	1500-Unidade pública administrativa estruturada	COAFI	1	1	100,0%
211.1.02 - Qualificação do quadro profissional voltado aos serviços públicos administrativos	1498-Servidor público qualificado	COAFI	30	27	90,0%
211.1.03 - Promoção do desenvolvimento institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.	1501-Ação de desenvolvimento institucional implementada	CODIP	1	5	500,0%
211.1.04 - Promoção dos serviços públicos administrativos.	1502-Unidade pública administrativa mantida	COAFI	1	1	100,0%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

3.1. Iniciativa 211.1.01 - Qualificação física e tecnológica da prestação dos serviços públicos administrativos. Entrega 1500-Unidade pública administrativa estruturada (número absoluto)

A iniciativa consiste na qualificação física e tecnológica envolve um conjunto de medidas voltadas à melhoria da prestação dos serviços públicos administrativos, ou seja, para a melhoria na prestação das atividades-meio, tanto no que tange à estrutura, quanto à modernização tecnológica.

A entrega Unidade pública administrativa estruturada se caracteriza por uma estruturação, quer seja física, reforma ou ampliação, quer seja tecnológica, como a melhoria do parque tecnológico, contemplando ainda a aquisição de material permanente, como mobiliário, veículos ou outros equipamentos que ampliam o patrimônio material da instituição.

No ano de 2021 houve a estruturação tecnológica da Secretaria das Cidades, na Grande Fortaleza, por meio da aquisição de 28 computadores e 10 (dez) computadores portáteis (notebooks).

Os recursos utilizados são provenientes de Contrato de Empréstimo com KfW por meio do Programa Águas do Sertão - UGP PAS, cujos valores orçamentários são executados no programa 622.

Para estruturação das Centrais Municipais de Reciclagem dos Polos Regionais - Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe foram adquiridos:

- a) 06 (seis) extintores sobre rodas, tipo carreta, pó líquido com capacidade de 20kg;
- b) 06 (seis) geláguas de coluna de 20 litros, 06 (seis) refrigeradores de uma porta com 245L a 300L e 06 (seis) fogões de quatro bocas entre 50 e 60 litros;
- c) 12 (doze) mesas de escritório com três gavetas, 12 (doze) cadeiras de escritório com base giratória, 06 (seis) mesas para refeitório de oito lugares e 06 (seis) armários de aço (tipo vestuário) com 24 portas;
- d) 01 (um) purificador de óleos e gorduras residuais, para operação da Central Municipal de Reciclagem, no município de Sobral;
- e) 01 (uma) prensa enfardadeira hidráulica vertical (entre 20 e 25 toneladas), para operação da Central Municipal de Reciclagem no município de Sobral;
- f) 01 (uma) prensa enfardadeira hidráulica vertical (entre 20 e 25 toneladas), para operação da Central Municipal de Reciclagem do Vale do Jaguaribe;
- g) 03 (três) balança eletrônica (capacidade de carga entre 400 e 500kg), para operação no Centro Municipal de Reciclagem do Sertão de Sobral;
- h) 03 (três) balança eletrônica (capacidade de carga entre 400 e 500kg), para operação no Centro Municipal de Reciclagem do Vale do Jaguaribe.

A aquisição foi realizada com recursos do contrato de empréstimo com o BID, cuja execução orçamentária dá-se por meio do Programa 726 - Resíduo Sólidos.

No âmbito da Unidade de Gerenciamento do Programa Águas do Sertão - UGP PAS, foram adquiridos equipamentos e materiais de informática, logística e infraestrutura para os Sistemas Integrados do Saneamento Rural - SISAR, no município de Russas através do programa 622.

Pelo Programa 621, foi entregue a Estação compacta de Tratamento de Esgoto (ETE) para o Mercado de Messejana.

Vale ressaltar que todos os itens acima ampliam o patrimônio da Secretaria das Cidades.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. No ano anterior não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Os equipamentos foram adquiridos com recursos dos programas 621, 622 e 726 para dar suporte na

Supervisão e Fiscalização dos Sistemas de Abastecimento de Água do Projeto de Integração do São Francisco (PISF), do Programa Águas do Sertão (PAS) e do Programa Desenvolvimento do Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe.

3.2. Iniciativa 211.1.02 - Qualificação do quadro profissional voltado aos serviços públicos administrativos. Entrega 1498-Servidor público qualificado (número absoluto)

A iniciativa consiste na qualificação do quadro profissional envolve um conjunto de atividades voltadas à preparação do servidor para a implementação dos serviços públicos nas áreas administrativas, como planejamento, orçamento, controle, auditoria, comunicação, administrativo-financeiro, gestão de programas e projetos, dentre outras.

A entrega consiste no Servidor público que passa por um processo de qualificação, inicial e continuada, para o pleno desenvolvimento de suas atividades nas áreas administrativas. Vale ressaltar que só é caracterizada a capacitação maior ou igual a 20 horas/aula. A entrega é acompanhada pela Célula de Gestão de Pessoas (CEGEP) vinculada à COAFI.

No período, 27 (vinte e sete) servidores da Secretaria das Cidades foram capacitados, executando 90% da meta.

Os cursos voltados para Educação fiscal, licitações públicas, atividades correcionais, orçamento público, Direito Constitucional e outros temas referentes às atividades desenvolvidas no âmbito da administração pública.

As principais dificuldades no início do ano foram relacionadas à demora no início dos cursos oferecidos pela Escola de Gestão Pública e dificuldade na contratação de certificação para servidores do órgão. Durante o período de pandemia as principais dificuldades para a capacitação de servidores na modalidade presencial devido aos decretos de isolamento social e a falta de acesso à internet e equipamentos eletrônicos por parte dos servidores na modalidade EaD.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro e por recursos não orçamentários, uma vez que a Escola de Gestão Pública e outras escolas de Governo, oferece diversos cursos além das capacitações em modalidade EaD, sem custos. Quanto aos recursos programados, não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

3.3. Iniciativa 211.1.03 - Promoção do desenvolvimento institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. Entrega 1501-Ação de desenvolvimento institucional implementada (número absoluto)

A promoção do desenvolvimento institucional corresponde a um conjunto de ações voltadas à melhoria do desempenho institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual,

direta e indireta, dos três Poderes, como a realização de planejamento estratégico organizacional, redesenho de processos administrativos, promoção da governança administrativa, dentre outras ações estratégicas.

A entrega se refere à execução de atividades como desenho ou redesenho de processos, avaliação de desempenho, instalação de comitê executivo da instituição, dentre outras. É executada pelo Núcleo de Desenvolvimento Institucional (Nudin) vinculado à Codip.

No período de janeiro a dezembro/2021 foram concluídas 5 atividades de desenvolvimento institucional, superando a meta em 500%.

As entregas realizadas foram:

- Conclusão do fluxograma interno referente às Solicitações de Informação destinadas à Secretaria das Cidades, melhorando o desempenho das atividades do Comitê Setorial de Acesso à Informação (CSAI).
- Conclusão das atividades da primeira etapa (definição dos assuntos) do Projeto Papel Zero do Programa Governo Digital no âmbito da Secretaria das Cidades.
- Implementação do primeiro ciclo de avaliação do Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-Tr) na Secretaria das Cidades.
- Conclusão do fluxo de desapropriação de imóveis no que se refere a desapropriações referentes aos Projetos Rio Maranguapinho e Rio Cocó.
- Conclusão da Avaliação de Desempenho dos servidores da Carreira Gestão Territorial Urbana, para concessão da Gratificação de Desempenho (GDUT) do ciclo 2021.1

Além destas, estão em andamento, o desdobramento, em processos, da Cadeia de Valor da SCidades; Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório; Avaliação de Desempenho da Ascensão Funcional 2018/2019.

As principais dificuldades estão relacionadas ao período de isolamento social decorrente da Covid-19, onde quase todas as atividades supracitadas foram realizadas remotamente, a falta de recursos humanos para realização das atividades, bem como a capacitação dos mesmos para desenvolvimento das ações e ferramentas de tecnologia apropriadas para o trabalho remoto. No período não houve execução financeira para realização das atividades.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro e também por recursos não orçamentários. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

3.4. Iniciativa 211.1.04 - Promoção dos serviços públicos administrativos. Entrega 1502- Unidade pública administrativa mantida (número absoluto)

A promoção dos serviços públicos administrativos corresponde à manutenção da realização de atividades administrativas de todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Ceará, direta e

indireta, dos três Poderes.

A entrega Unidade pública administrativa mantida tem suas atividades administrativas custeadas para a garantia de seu pleno funcionamento. É executada por meio da COAFI.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. A entrega teve uma execução financeira (empenhado) de 98,80%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	7.660.649,19	7.415.373,20	7.364.032,84	96,80	96,13
Total	7.660.649,19	7.415.373,20	7.364.032,84	96,80	96,13

Fonte: SIMA

4. Programa Encargos gerais do estado (212)

O Programa Encargos gerais do estado (212) tem como órgão Gestor a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag). É composto por 3 (três) iniciativas que são executadas pela Secretaria das Cidades. O objetivo do programa é cumprir os encargos legais e constitucionais sob responsabilidade do Estado. Ao contrário dos demais programas, por sua característica de Programa Especial, não há geração de entregas para a sociedade ou para o governo.

Tabela 14 – Iniciativas do Programa Encargos gerais do estado – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
212.1.01 - Cumprimento das obrigações legais e constitucionais imputadas ao Estado	Não se aplica	SCIDADES	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
212.1.02 - Investimento do Estado nas empresas estatais	Não se aplica	SCIDADES	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
212.1.03 - Promoção de ações voltadas ao enfrentamento à Covid-19.	Não se aplica	SCIDADES	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

4.1. Iniciativa 212.1.01 - Cumprimento das obrigações legais e constitucionais imputadas ao Estado.

A iniciativa corresponde ao pagamento das obrigações legais e constitucionais. Especificamente para o ano de 2021 foram previstos possíveis pagamentos de indenizações provenientes de entregas do PPA anterior e Devolução de Recursos de Convênios e Contratos de Financiamento.

A Secretaria das Cidades previu a possibilidade de pagamento de indenizações referentes ao Programa Cidades I e Devolução de Recursos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social – BNDES. A devolução é referente a glosas e saldos remanescentes do programa de inclusão produtiva dos Arranjos Produtivos Locais, financiado por um contrato de colaboração financeira nº 09.2.0994.1, assinado em 2010, entre a Secretaria das Cidades do Estado do Ceará e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social, no valor de R\$ 8.000.000,00, Fonte BNDES – R\$ 4.000.000,00, Fonte Estado – R\$ 4.000.000,00.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. A entrega teve uma execução financeira (empenhado) de 90,49%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	529.880,00	420.553,40	420.553,40	80,89	80,89
01 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios	1.732.842,14	1.732.842,14	1.732.842,14	100,00	100,00
82 - Convênios com Órgãos Federais	350.000,00	210.822,16	210.822,16	60,23	60,23
Total	2.612.722,14	2.364.217,70	2.364.217,70	90,49	90,49

Fonte: SIMA

A execução financeira foi boa tendo em vista que foi realizada a devolução do recurso do BNDES no ano de 2021. A fonte 82 não obteve execução total devido ao fato de ter sido planejado um recurso superior para devolução do recurso ao banco.

No tocante à fonte tesouro, o pagamento das indenizações referente ao Programa CIDADES I não foi possível ser efetuado o empenho, uma vez que não havia limite necessário no MAPP 2973.

4.2. Iniciativa 212.1.02 - Investimento do Estado nas empresas estatais

A iniciativa corresponde ao pagamento de despesas relativas ao aumento da participação acionária do Estado nas empresas estatais.

Trata-se do contrato que tem como objetivo o Controle e Redução de Perdas na Região Metropolitana de Fortaleza, e a Implantação dos Distritos de Medição e Controle (DMC), será licitado pela SCidades, e executado pela CAGECE. Está em fase de discussões técnicas para construção do Edital. A ação não foi utilizada em 2021, passando a ser executado no programa 621.

A entrega é executada por meio de Operações de crédito externas - IPF/BIRD. Não houve planejamento financeiro no período.

4.3. Iniciativa 212.1.03 - Promoção de ações voltadas ao enfrentamento à Covid - 19.

A iniciativa foi elaborada de forma emergencial em 2020 para o desenvolvimento de ações que não geram, de forma direta, bens ou serviços à sociedade, contudo se configuram uma estratégia importante de enfrentamento à pandemia causada pelo novo coronavírus, sobretudo na minimização de seus efeitos no contexto social e econômico.

No ano de 2021, a Secretaria das Cidades, por meio de um convênio com as prefeituras de Fortaleza e de Juazeiro do Norte para apoiar e subsidiar financeiramente o aumento em 200 ônibus a frota para a circulação nos horários de maior índice de passageiros, no período da 2ª onda de Covid-19.

A entrega é executada por meio da fonte Tesouro. A entrega teve uma execução financeira (empenhado) de 98,80%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	25.052.920,80	24.973.841,60	24.973.841,60	99,68	99,68
Total	25.052.920,80	24.973.841,60	24.973.841,60	99,68	99,68

Fonte: SIMA

5. Programa Gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas (222)

O Programa Gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas (222) tem como órgão Gestor a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag). É composto por 7 (sete) iniciativas das quais apenas 1(uma) foram executadas pela Secretaria das Cidades. O programa tem por objetivo promover o dimensionamento, alocação, reconhecimento e desenvolvimento das pessoas nos órgãos públicos estaduais para uma melhor oferta do serviço público.

Tabela 15 – Iniciativas e Entregas do Programa Gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
222.1.03 - Expansão da força de trabalho para a implementação das políticas públicas no estado do Ceará.	132-Concurso público realizado	COAFI	-	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

5.1. Iniciativa 222.1.03 - Expansão da força de trabalho para a implementação das políticas públicas no estado do Ceará. Entrega 132-Concurso público realizado.

A iniciativa se refere à expansão da força de trabalho por meio da entrega de novos servidores efetivos, temporários e empregados públicos. A entrega representa a realização de concursos e seleções públicas para servidores efetivos, temporários e empregados públicos no âmbito dos Órgãos e Entidades estaduais.

Não houve programação de entrega para o período.

A entrega será executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Tesouro	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

6. Programa Governança Interfederativa das Regiões (241)

O Programa Governança Interfederativa das Regiões (241) tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades (SCidades). Tem como objetivo ampliar a capacidade da gestão dos municípios do Estado do Ceará em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum. É composto por 5 (cinco) iniciativas das quais 4 (quatro) são executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Codur) e pelo Conselho Estadual das Cidades (ConCidades). Além deste, a Secretaria da Fazenda (Sefaz) executa a iniciativa relacionada à Implantação da Governança interfederativa e gestão fiscal cooperada.

Tabela 16 – Iniciativas e Entregas do Programa Governança Interfederativa das Regiões – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
241.1.01 - Promoção do planejamento urbano integrado das regiões metropolitanas	1650-Plano publicado	CODUR	1	0	0,0%
241.1.02 - Promoção do planejamento municipal.	1650-Plano publicado	CODUR	1	0	0,0%
241.1.03 - Promoção da qualificação da gestão fiscal e tributária dos municípios.	102-Capacitação realizada	CODUR	1	0	0,0%
241.1.04 - Promoção do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano nos municípios.	137-Conselho mantido	CODUR/ CONCIDADES	1	0	0,0%
	1509-Assessoria realizada	CODUR/ CONCIDADES	11	0	0,0%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

6.1. Iniciativa 241.1.01 - Promoção do planejamento urbano integrado das regiões metropolitanas. Entrega 1650-Plano publicado (número absoluto)

A iniciativa Promoção do planejamento urbano integrado tem como alvo a gestão dos municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Cariri e de Fortaleza, visando a elaboração e publicação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

O plano publicado refere-se ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado elaborado e entregue à Assembleia Legislativa para aprovação em lei. É executado por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbanos (CODUR).

Não houve entrega do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Cariri.

A execução do plano na Região do Cariri encontra-se paralisada, com um percentual de 85%, que foi realizado no contrato anterior. Para sua conclusão, há a necessidade de aprovação, de forma participativa, do Plano de Ação que foi elaborado e a apresentação da minuta de Lei e possíveis

modificações. E, por conta das medidas de segurança para enfrentamento à Covid -19, ainda não foi possível realizar. Quanto ao plano na Região Metropolitana de Fortaleza, as atividades ficaram comprometidas, devido a paralisação e encerramento do contrato, com um percentual de 10% dos trabalhos realizados. A partir de outubro foi contratada uma consultoria por meio de contrato de Gestão para dar continuidades aos trabalhos referentes ao PDUI. Teve a retomada dos trabalhos da organização das instâncias colegiada, a revisão de todo material elaborado, com seminários, audiência pública para aprovação e validação do plano.

As principais dificuldades se referem ao recente problema de disseminação do Covid-19, no Estado, bem como os decretos publicados pelo Governo do Ceará, que restringem a circulação de pessoas e aglomerações, bem como a celebração de novos Contratos, surge como um impedimento para que as atividades sejam realizadas ou retomadas. Após analisar a atual situação, foi verificado a impossibilidade de cumprir as entregas que foram programadas e o andamento da entrega foi reprogramada para o ano de 2022.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram:

As principais dificuldades para execução financeira foram: Falta de Recursos no Orçamento para concluir a execução dos Planos. Além das dificuldades no Processo, por causa do Covid 19, que prejudicou o processo participativo.

Contudo, no início de outubro de 2021, foram aprovados valores para cumprir uma das metas que envolve essa ação, os recursos aprovados foram estabelecidos através do Credenciamento nº 034/2021 que atendia nas Normas de Aquisição de Materiais e Bens de Serviços do Instituto Agropolos conforme Contrato de Gestão nº 01/CIDADES/2021 celebrado ente o Instituto Agropolos e a Secretaria das Cidades. A consultoria foi celebrada por meio desse Contrato de Gestão (056/2021), entre a Capta Consultoria e o instituto Agropolos, cujo objetivo era revisão e atualização dos Planos de Desenvolvimento Urbano integrado das Regiões Metropolitanas do Cariri e Sobral. O contrato teve duração de 06 meses, findando-se em 31 de março de 2022. O valor importado para essa Consultoria foi de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para a entrega dos produtos contratados, ficando estabelecidos que estariam inclusos nesse valor os custos fixos e variáveis, diretos e indiretos para execução dos serviços, que foram estabelecidos no instrumento celebrado.

Importa ressaltar que o Contrato de Gestão em questão foi executado na ação orçamentária 10998- Apoio ao Processo Regularização Fundiária do Programa 111. Uma das metas do Contrato de Gestão Nº 001/CIDADES/2021 previa atender a Governança Interfederativa das Regiões Metropolitanas.

6.3. Iniciativa 241.1.02 - Promoção do planejamento municipal. Entrega 1650-Plano publicado (número absoluto)

A Promoção do planejamento municipal tem como alvo as gestões dos municípios com mais de 20 mil habitantes e, prioritariamente, os que compõem as Regiões Metropolitanas do Estado, estreitando relações por meio de articulações com os municípios envolvidos, objetivando a elaboração e/ou revisão dos Planos Diretores Participativos (PDP).

O plano publicado refere-se à elaboração e/ou revisão dos Planos Diretores Participativos (PDP) nas regiões do Cariri e Grande Fortaleza e os demais planos urbanísticos ambientais. É executado por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbanos (CODUR).

Não foi concluído nenhum Plano Diretor Participativo (PDP) no ano de 2021.

Havia a previsão de entregar um plano diretor na região do Cariri, possivelmente no município de Missão Velha. No entanto, devido a dificuldade de contratação de pessoal e do problema de disseminação do COVID-19, no Estado, dos decretos publicados pelo Governo do Ceará, que restringem a circulação de pessoas e aglomerações, bem como a celebração de novos Contratos, impediram que as atividades para a elaboração do plano sejam realizadas ou retomadas. Embora tenha sido apresentado propostas de Termo de Referência (TR) para contratações de consultorias, ao longo desse período, de janeiro a dezembro de 2021, não houve nenhuma contratação.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram a não houve aprovação de MAPP específico para realizar a contratação de Consultoria na elaboração dos Planos diretores. Além da disseminação do COVID-19 e dos vários decretos publicados que restringia a celebração e contratação de novos contratos por esse período.

6.4. Iniciativa 241.1.03 - Promoção da qualificação da gestão fiscal e tributária dos municípios. Entrega 102-Capacitação realizada (número absoluto)

A promoção da qualificação da gestão fiscal e tributária dos municípios tem como alvo as gestões municipais, por meio da contratação de consultoria especializada para realização de estudos e reestruturação da gestão fiscal, econômica e financeira do município por meio de capacitação dos gestores municipais, tendo como fim o desenvolvimento de um programa consistente de autossustentabilidade financeira e fiscal em municípios de porte médio e com população de 30 a 80 mil habitantes.

A capacitação refere-se ao treinamento de gestores e técnicos dos municípios em temas relacionados à gestão fiscal e tributária. É executado por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbanos

(CODUR).

Não houve entrega no ano 2021.

Não houve aprovação de nenhum termo de referência para contratação de Consultoria. Mesmo após a readequação das metas da entrega para 2021, não foi possível contratação de equipe especializada para realização de consultoria e assessoramento.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram a não houve aprovação de MAPP específico para realizar a contratação de Consultoria na elaboração dos Planos diretores. Além da disseminação do COVID-19 e dos vários decretos publicados que restringia a celebração e contratação de novos contratos por esse período.

6.5. Iniciativa 241.1.04 - Promoção do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano nos municípios.

6.5.1. Entrega 137-Conselho mantido (número absoluto)

A ampliação do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano tem como público prioritário os municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Cariri, Fortaleza e Sobral visando a criação e o fortalecimento dos Conselhos Municipais das Cidades, estimulando sua articulação com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano para a elaboração dos Planos Diretores e dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI. O apoio se dá através da mobilização dos municípios em seminários de sensibilização para criação de Conselhos Municipais das Cidades, viagens às regiões, orientação do funcionamento e acompanhamento dos conselhos municipais, finalizando na Conferência Estadual das Cidades.

A entrega refere-se à manutenção do Conselho Estadual das Cidades do Ceará, a fim de possibilitar, em observância às diretrizes estabelecidas em seu Regimento Interno, a realização de reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias do ConCidades, a realização de seminários regionais preparatórios para as conferências, a realização da Conferência estadual, dentre outras ações. A entrega é executada pelo ConCidades.

Não houve nenhuma atividade de manutenção do Conselho das Cidades no ano de 2021.

As principais dificuldades se referem a não inclusão das ações de execução das iniciativas/entregas no contrato de gestão 2020/2021; ainda devido ao Surgimento da pandemia de Covid-19 que impediu o andamento normal das responsabilidades normais planejadas pelo Estado e Secretaria das Cidades.

Internamente, o servidor responsável pelo Conselho das Cidades foi aposentado e as atribuições e

responsabilidades passariam agora para a Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano – CODUR. Aguardando a definição do responsável para fazer a mobilização e retomada do conselho.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

6.5.2. Entrega 1509-Assessoria realizada (número absoluto)

A entrega refere-se ao atendimento ao município por meio da realização de atividades voltadas para sensibilização das gestões municipais e da sociedade civil organizada, visando a criação dos conselhos municipais das cidades, prioritariamente nos municípios que compõem as regiões metropolitanas do Cariri, Fortaleza e Sobral e que ainda não tenham seus conselhos instituídos. As atividades consistem em seminários regionais para sensibilização, visitas às regiões e acompanhamentos à distância dos municípios com objetivo de orientar e tirar dúvidas. A entrega é executada pelo ConCidades.

A meta para 2021 foi a realização de 11 assessorias aos municípios, mas não foi realizada nenhuma assessoria.

As principais dificuldades estão relacionadas ao período de pandemia e à falta de recursos humanos e financeiros. Além disso houve uma mudança organizacional onde as atribuições do CONCIDADES passaram para coordenadoria de desenvolvimento urbano (CODUR) e ainda não definido o responsável pela mobilização do conselho nos próximos meses.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

As principais dificuldades estão relacionadas ao período de pandemia e à falta de recursos humanos e financeiros, para dar continuidade as atividades relacionadas ao Conselho. A coordenadoria de Desenvolvimento urbano ficou responsável pela mobilização e reanimação do Conselho, mas não definiu responsável, pela falta de recursos humanos para coordenar as atribuições do CONCIDADES. Além dos Recursos Financeiros serem insuficientes para retomar suas atividades.

7. Programa Atração e desenvolvimento industrial (331)

O Programa Atração e desenvolvimento industrial (331) tem como órgão Gestor a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET). O objetivo do programa é promover a diversificação e a interiorização da indústria cearense, com ampliação da competitividade. É composto por 6 (seis) iniciativas das quais apenas 1 (uma) é executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II).

Tabela 17 – Iniciativas e Entregas do Programa Atração e desenvolvimento industrial – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado PPA	Realizado PPA	
331.1.04 - Expansão de cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento econômico do Estado consideradas prioritárias no âmbito da Plataforma Ceará 2050.	184-Empreendimento implantado	UGP II	-	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

7.1. Iniciativa 331.1.04 - Expansão de cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento econômico do Estado consideradas prioritárias no âmbito da Plataforma Ceará 2050. Entrega 184-Empreendimento implantado (número absoluto)

Esta iniciativa consiste em atrair empreendimentos industriais, preencher os elos faltantes da cadeia produtiva e incentivar o investimento em inovação e tecnologia nos sistemas produtivos e de gestão, visando à ampliação de sua produtividade e competitividade.

O produto refere-se ao investimento produtivo beneficiado pela Política de Incentivos do Estado do Ceará e materializado mediante Resolução de Implantação expedida pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, considerando também, as ações necessárias (serviço ou infraestrutura) para viabilizar a implantação ou modernização de um parque fabril a fim de garantir a instalação de empreendimentos de médio e grande porte no Estado do Ceará.

Por meio da iniciativa-entrega foi construído o Polo Metalmeccânico de Tabuleiro do Norte. No entanto, a obra após deverá ser entregue pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. (ADECE), não cabendo à Secretaria das Cidades o cômputo da mesma. A obra foi entregue em junho de 2021.

A entrega é executada por meio de Operações de crédito externas, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. No período avaliado, a execução financeira foi de 78,60% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - Operações de crédito externas	3.050.000,00	2.396.854,01	2.396.854,01	78,60	78,60
Total	3.050.000,00	2.396.854,01	2.396.854,01	78,60	78,60

Fonte: SIMA

Apesar da boa execução financeira, o orçamento não foi totalmente executado, na fonte 48 – Operações de Crédito internas – BID foi devido ao encerramento do contrato de empréstimo e a conclusão da obra não necessitando mais de recurso.

8. Programa Promoção da requalificação urbana (341)

O Programa Promoção da requalificação urbana (341) tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades. Tem como objetivo requalificar espaços públicos para a melhoria da convivência social, desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos, com foco em áreas de maior vulnerabilidade. É composto por 3 (três) iniciativas das quais 2 (duas) foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb) e Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II). A Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), Superintendência de Obras Públicas (SOP) e o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-CE) também são órgãos executores do programa.

Tabela 18 – Iniciativas e Entregas do Programa Promoção da requalificação urbana – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
341.1.01 - Expansão da requalificação de espaços públicos urbanos.	1593-Espaço urbano requalificado	COURB/ UGP II	241.295,93	106.877,21	44,3%
341.1.02 - Expansão da requalificação viária em espaços urbanos.	1332-Via implantada	COURB	1.002.749,39	653.933,37	65,2%
	1361-Via pavimentada	COURB	-	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

8.1. Iniciativa 341.1.01 - Expansão da requalificação de espaços públicos urbanos. Entrega 1593-Espaço urbano requalificado (metro quadrado)

A iniciativa expansão da requalificação de espaços públicos urbanos consiste na reforma ou construção de espaços e equipamentos públicos nos municípios cearenses, priorizando as áreas com maior vulnerabilidade social e os municípios com deficiências em espaços e equipamentos urbanos, através de instrumentos de contrato ou convênios e congêneres com as prefeituras municipais.

A entrega Espaço urbano requalificado refere-se às áreas beneficiadas com construção, reforma, melhoria e reestruturação de edificações, a exemplo de mercados, bibliotecas, creches, galpões, centros de comercialização, abrigos, salas de cinema, auditórios, centros de velório, cemitérios, estádios, quadras poliesportivas e praças, como também ao imóvel para desenvolvimento de atividades meio da Administração municipal destinadas à oferta de serviço público, incluindo elementos de paisagismo, acessibilidade, urbanismo, quiosques, playground, caramanchão, academias ao ar livre, entre outros. A entrega é executada por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Courb) e da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II).

Em 2021 foram entregues 31 obras em 25 municípios e 10 regiões de planejamento com um total de 106.877,21 m².

Está sendo executado, por meio do Programa Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais do Estado do Ceará, nos Vale do Jaguaribe e Acaraú, a obra de Urbanização da Lagoa do Pontal no município de Quixeré - Vale do Jaguaribe - com uma extensão total de 97.000 m². A parte de urbanização já se encontra concluída e inaugurada, estando pendente apenas a execução da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE. Até dezembro de 2021, foram executados os serviços de conclusão do reboco do muro do Sistema de Tratamento de Efluentes (STE), com retoques finais e acabamento para a posterior finalização da execução do contrato. Percentual de execução do contrato é de 94,22%.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Operações de crédito externas e Convênios com órgãos federais. No período teve uma execução financeira de 72,54% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.783.815,57	11.585.551,17	10.761.650,47	84,05	78,07
01 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	5.625.962,52	3.658.465,95	3.658.465,95	65,03	65,03
82 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	513.087,46	234.774,80	0,00	45,76	0,00
48 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.377.000,00	1.247.818,97	676.642,43	90,62	49,14
Total	21.299.865,55	16.726.610,89	15.096.758,85	78,53	70,88

Fonte: SIMA

As principais dificuldades na execução financeira foram:

Em relação a Fonte 082 (Convênios com o Governo Federal) sua baixa execução deve-se ao andamento da Entrega do Mapp 3261 referente a construção de uma Praça do Programa Mais Infância (Fortaleza-CE) que se encontra atualmente paralisada. Foi emitida Ordem de reinício nº 038/2021 assinada pelo responsável da empresa Alves Freitas Construções apenas em 21 de junho de 2021. Além disso, a empresa Alves Freitas aguarda o deferimento do Aditivo de Valor (Processo nº 11675550/2021), o qual foi analisado pela SOP e encaminhado à Secretaria das Cidades para Deferimento ou Arquivamento do Gestor responsável.

Em relação à fonte 01 – Cota-parte do fundo de participação o desempenho financeiro dá-se por situações de inadimplência dos municípios convenientes que atrasam o repasse das parcelas posteriores.

Além disso, houve ainda um montante de R\$ 37.400,00 de emendas parlamentares, da fonte 00 – Recursos Ordinários – Tesouro, não utilizadas.

8.2. Iniciativa 341.1.02 - Expansão da requalificação viária em espaços urbanos.

8.2.1. Entrega 1332-Via implantada (metro quadrado)

A expansão da requalificação viária em espaços urbanos consiste implantação e recuperação de vias de acesso no perímetro urbano das cidades, sinalização, recuperação de passeio e implantação de

ciclovias, através de formalização de instrumentos de convênio entre Estado e municípios ou por meio de contratos de financiamentos internacionais, para execução da política pública de urbanização e de desenvolvimento sustentável, em todas as regiões do Estado.

A via implantada refere-se ao caminho ou estrada construído, destinado ao pedestre, transporte de passageiros e/ou cargas. Pode ser construída em: Pedra tosca; Paralelepípedo; Bloquete; Pedras decorativas ou Asfalto. Refere-se também à estruturação de vias em espaços urbanos, envolvendo, dentre outras interferências: pavimentação, sinalização, recuperação de passeio e implantação de ciclovias. A entrega é executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Courb).

Em 2021 não foi programada nenhuma obra pela Secretaria das Cidades.

Para o ano de 2021, a Secretaria das Cidades não programou nenhuma entrega devido a um redirecionamento da política da Setorial, não serão mais realizados convênios com as prefeituras tendo como entrega **Via implantada**, apenas a **Via pavimentada**. No entanto, ainda há expectativa de concluir convênios antigos como por exemplo, a conclusão do calçadão na localidade Volta, no município de Aracati. No período de janeiro a dezembro não houve alteração na obra, cuja entrega já está com 91,00% de execução física acumulada. Aguardando correções na obra para conclusão nesse ano.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro. Não houve execução financeira no período e os recursos remanejados para outras entregas, conforme tabela abaixo. Em virtude da contingência de recursos, foi priorizada a entrega de via pavimentada e detrimento da entrega via implantada.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	98.436,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	98.436,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Apesar de convênio com município de Aracati em fase de conclusão, não houve alteração no cronograma físico da obra cuja a entrega permaneceu com 91% de execução física acumula, em decorrência de uma solicitação da Gestão municipal para análise de readequação do projeto. Fato este, que refletiu na não execução do recurso da fonte tesouro, que somente pode ser repassado após a aprovação do supracitado replanilhamento(readequação) por se tratar da última parcela do Convênio. Em relação ao remanejamento do recurso, como a execução física do objeto encontrava-se superior a execução financeira, aguardou-se a aprovação do citado replanilhamento, com a previsão do repasse da última parcela para conclusão do Convênio.

8.2.2. Entrega 1361-Via pavimentada (metro quadrado)

A via pavimentada refere-se à pavimentação de caminho ou estrada já existentes, destinado ao pedestre, transporte de passageiros e/ou cargas. Pode ser pavimentada em: Pedra tosca; Paralelepípedo; Bloquete; Pedras decorativas ou Asfalto. A entrega é executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Courb).

Em 2019 foram entregues 68 obras em 47 municípios e 12 regiões de planejamento. A área total é de 671.684,93 m² de via pavimentada.

As principais dificuldades no período estiveram relacionadas a dificuldades financeiras no repasse dos recursos; dificuldades por parte das prefeituras e a demora da Prefeitura para regularizar os seus cadastros de proponentes, apresentar planos de trabalho/projetos básicos, licitar a contratação de obras e serviços de engenharia ou a aquisição de bens, apresentar as prestações de contas para comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, regularizar as situações de inadimplência financeira, entre outros.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. A entrega teve uma execução financeira de 88,16% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	50.105.686,38	43.162.788,88	41.075.541,40	86,14	81,98
01 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	21.500.000,00	19.962.307,88	19.272.325,19	92,85	89,64
Total	71.605.686,38	63.125.096,76	60.347.866,59	88,16	84,28

Fonte: SIMA

Apesar da boa execução financeira restou R\$ 102.286,00 de emendas parlamentares, da fonte 00 – Recursos Ordinários – Tesouro, não utilizadas.

9. Programa Mobilidade, trânsito e transporte (343)

O Programa Mobilidade, trânsito e transporte (343) tem como órgão Gestor a Secretaria da Infraestrutura (Seinfra). O objetivo do programa é ampliar o atendimento da necessidade de deslocamento da população cearense, com qualidade e segurança. É composto por 23 iniciativas das quais 1 (uma) foi executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Codur).

Tabela 19 – Iniciativas e Entregas do Programa Mobilidade, trânsito e transporte – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
343.1.10 - Promoção da integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros	1469-Passageiro de transporte público beneficiado	CODUR	39.420	30.624	77,7%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

9.1. Iniciativa 343.1.10 - Promoção da integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros - Entrega 1469-Passageiro de transporte público beneficiado (número absoluto)

A promoção da integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros tem como público-alvo os passageiros de transporte público intermunicipal, visando o repasse dos benefícios para utilização do Bilhete Único Metropolitano (BUM).

A entrega Passageiro de transporte público beneficiado refere-se a pessoa (passageiro) que utiliza, ao menos uma vez, o Serviço Regular de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF fazendo a integração com o Serviço de Transporte Público Coletivo Urbano do Município de Fortaleza e, também, a pessoa (passageiro) que utiliza ao menos uma vez o serviço de transporte público Intermunicipal de passageiros da Região Metropolitana do Cariri - RMC, fazendo a integração com o serviço público de transporte urbanos municipais da RMC, por meio da utilização do Bilhete Único Metropolitano - BUM.

Este Entrega é executado pela Secretaria das Cidades por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Codur). O DETRAN-CE realizava a conferência das informações repassadas pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Ceará (Sindiônibus), por meio do qual é ofertado o serviço à população com o benefício da tarifa integrada, subsidiada pelo Governo do Estado do Ceará.

Conforme Lei nº16.7010 de 21 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo, alterando a estrutura da administração Estadual, em seu Art.46, I, h, é de competência da Agência Reguladora de Serviços Públicos delegados do Estado do Ceará-ARCE, atuando como Interveniente Técnico do Sistema de transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Ceará. Sendo assim desde agosto de 2019, a ARCE, é responsável por operacionalizar, gerar e

encaminhar os Relatórios do Sistema Integrado de Transportes-SIT.

Os relatórios são encaminhados via Processo Físico, com ofício para essa Secretaria, alegando conformidade nos dados que foram gerados e atestando as informações, para que se possa dar continuidade aos processos de pagamentos.

Em 2021 foram beneficiados 30.624 passageiros com o subsídio à tarifa integrada, mediante a utilização do Bilhete Único Metropolitano, sendo 27.893 na Região Metropolitana de Fortaleza e 2.731 na Região Metropolitana do Cariri. O programado para o ano foi de 39.420 passageiros, com execução de 77,7%.

Os passageiros realizaram um total de 1.720.878 integrações em 2021, sendo 1.602.705 integrações na RMF e 118.173 integrações na RMC, utilizando o Bilhete Único Metropolitano, ao se deslocar, pelo menos uma vez, utilizando o serviço de transporte público urbano metropolitano de passageiros, no modal ônibus, integrado com o serviço de transporte urbano de Fortaleza.

Apesar dos riscos, devido aos constantes problemas com a Pandemia, houve um crescimento na quantidade de passageiros beneficiados, principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza, onde a retomada das atividades econômicas vem crescendo e contribuindo para o maior uso nos transportes urbanos e intermunicipais metropolitanas, além disso houve um Convênio com a Prefeitura de Fortaleza para apoiar e subsidiar financeiramente o aumento em 200 ônibus a frota para a circulação nos horários de maior índices de passageiros.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. A entrega teve uma execução financeira de 61,90% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	3.050.000,00	1.888.120,40	1.717.861,00	61,90	56,30
Total	3.050.000,00	1.888.120,40	1.717.861,00	61,90	56,30

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira dos recursos foram relacionadas às incertezas causadas pela pandemia e o seu prolongamento acarretou na redução da quantidade de passageiros pagantes e conseqüentemente prejuízos às empresas de transporte causando falências, o que necessitou ao Governo do Estado subsidiar convênios para suprir a necessidade. Além disso, o uso alternativo de transportes por aplicativos pode ter influenciado.

10. Programa Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana (621)

O Programa Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana (621) tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades. O objetivo ampliar o acesso da população cearense aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem em condições adequadas. É composto por 11 (onze) iniciativas executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II) e da Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb). As ações do programa são realizadas também por meio da Secretaria do Turismo, Cagece e Ceasa. Além dessas, também tem ações executadas por meio do Fundo Estadual de Saneamento Básico-FESB.

Tabela 20 – Iniciativas e Entregas do Programa Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
621.1.01 - Expansão do serviço de abastecimento de água	1073-Sistema de abastecimento de água ampliado	COSAN	-	-	Sem programação
	322-Ligação domiciliar de água realizada	COSAN	-	-	Sem programação
	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
	537-Sistema de abastecimento de água implantado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.02 - Qualificação do serviço de abastecimento de água.	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
	538-Sistema de abastecimento de água melhorado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.03 - Expansão do serviço de esgotamento sanitário.	1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado	COSAN	-	-	Sem programação
	324-Ligação domiciliar de esgoto realizada	COSAN	-	-	Sem programação
	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
	542-Sistema de esgotamento sanitário implantado	COSAN	-	-	Sem programação

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
621.1.04 - Qualificação do serviço de esgotamento sanitário.	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
	543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de Saneamento Urbano.	1024-Estudos e projetos realizados	COSAN	-	-	Sem programação
	137-Conselho mantido	COSAN	1	1	100,0%
	467-Projeto apoiado	COSAN	1	1	100,0%
621.1.06 - Promoção da educação e da responsabilidade socioambiental em saneamento.	237-Evento realizado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso.	1339-Sistema de reuso de água implantado	COSAN	-	-	Sem programação
	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.08 - Promoção do planejamento das ações municipais de saneamento.	475-Projeto elaborado	COSAN/UGP II	8	11	137,5%
621.1.09 - Promoção do planejamento estadual do abastecimento de água e esgotamento sanitário no Ceará.	1709-Sistema de informação desenvolvido	COSAN	-	-	Sem programação
	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.10 - Expansão da infraestrutura para o adequado manejo de águas pluviais.	934-Sistema de drenagem implantado	COSAN/COURB	-	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

10.1. Iniciativa 621.1.01 - Expansão do serviço de abastecimento de água.

10.1.1. Entrega 1073-Sistema de abastecimento de água ampliado (número absoluto)

A iniciativa de expansão do serviço de abastecimento de água inclui a implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água em âmbito local e regional. A entrega se refere à Sistemas de abastecimento de água que se integram a sistemas já existentes. São compostos por manancial, adutora, estação de tratamento de água, rede de distribuição, reservatório, ligação de água, estação

elevatória, entre outros equipamentos. Devem ser enquadradas como ampliação, ações que gerarem novas ligações.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

Deverá ser executada pela Cagece havendo apenas o repasse financeiro para a execução das obras.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos da fonte Dividendos e Convênios com órgãos federais. A entrega teve uma execução financeira de 61,71% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	16.662.440,50	10.522.123,54	10.522.123,54	63,15	63,15
06 - Dividendos	14.689.295,71	8.873.819,07	8.740.195,56	60,41	59,50
Total	31.431.736,21	19.395.942,61	19.262.319,10	61,71	61,28

Fonte: SIMA

Em relação a baixa execução nas fontes 06 e 82, refere-se a dificuldades técnicas ao longo dos processos, dos quais podemos destacar pendências relativas a aprovação dos aditivos de prazo e valor, necessidade de suplementação e/ou remanejamento no MAPP, prestação de contas e vistorias, aprovação de limites Cogerf, dotação orçamentária, publicações no DOE, reprogramações e repasses de recursos dos órgãos financiadores, empreendimento encerrado, dentre outros.

Listamos abaixo alguns pontos que contribuíram negativamente para a inexecução verificada no final de 2021, por empreendimento, considerando análise dos ressarcimentos realizada sistematicamente:

SAA Taquarão: Necessidade de Readequação de Projeto referente ao traçado da adutora, situada na continuação da Av. Castelo de Castro (Trecho do Ancuri), para prosseguimento da reprogramação;

SAA Tauá: Aguardando aprovação de prestação de contas pela SCIDADES, sendo resolvido em 2022;

SAA Jaibaras: Empreendimento encerrado.

SAA Umirim, Oiticica e Caxitoré: Atraso na análise do Aditivo de Valor pela equipe técnica;

SAA Aracati: Atraso na análise do Aditivo de Valor pela equipe técnica, já resolvido em fev/2022;

SAA Açude Mal-Cozinhado: Atraso na análise do Aditivo de Valor pela equipe técnica, já resolvido em abril/2022;

SAA Capuan: Solicitação de ressarcimento à Caixa Econômica Federal referente à medição final;

SAA Caridade: Atraso no repasse do órgão financiador – Funasa e devido ao atraso houve necessidade de ajuste no limite Cogerf.

10.1.2. Entrega 322-Ligação domiciliar de água realizada (número absoluto)

A entrega refere-se à implantação de hidrômetro que efetiva a ligação domiciliar à rede de

abastecimento de água.

Não houve programação para essa entrega.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos do FESB. Não houve execução financeira no período, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

10.1.3. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A entrega se refere a Estudos e projetos voltados para a implantação ou ampliação de sistemas de abastecimento de água.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

Deverá ser executada pela Cagece havendo apenas o repasse financeiro para a execução das obras.

A entrega é executada por meio da fonte de recurso Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
01 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	27.282,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	27.282,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

A não execução da fonte 82 – OGU foi devido ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 4ª Seleção teve um dos seus projetos reclassificado, através de apostilamento, readequando a sua classificação orçamentária.

10.1.4. Entrega 537-Sistema de abastecimento de água implantado (número absoluto)

Sistemas de abastecimento de água que não se integram a sistemas já existentes. São compostos por manancial, adutora, estação de tratamento de água, rede de distribuição, reservatório, ligação de água, estação elevatória, entre outros equipamentos. Sua implantação gera novas ligações.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Convênios com órgãos federais. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - Convênios com órgãos federais	214.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	264.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

A dificuldade para execução financeira no período, especificamente no SAA Mineiro em Jaguaribara, considerando a análise dos ressarcimentos realizada sistematicamente, está aguardando o repasse do Órgão Financiador - FUNASA.

10.2. Iniciativa 621.1.02 - Qualificação do serviço de abastecimento de água.

10.2.1. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A iniciativa se refere a otimização ou manutenção de sistemas de abastecimento de água existentes que não geram ampliação do número de ligações totais. As intervenções visam redução perdas, melhoria da qualidade de água ou da prestação do serviço.

A entrega refere-se a Estudos e projetos voltados para a melhoria de sistemas de abastecimento de água. É executada por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há meta prevista para o ano de 2020, apenas para 2023.

Durante o período foi assinado o contrato cujo objeto é a Elaboração de Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo para o Sistema de Abastecimento de Água de Caucaia e a ordem de serviço emitida em junho/2021. Ainda não iniciado, aguardando liberação do agente financeiro.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro e Convênios com órgãos federais. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

10.2.2. Entrega 538-Sistema de abastecimento de água melhorado (número absoluto)

A entrega consiste no Sistema de abastecimento de água que sofreu intervenção visando redução de perdas, melhoria da qualidade de água ou da prestação de serviço sem incremento de ligações totais.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

A Cagece é a executora das obras e a SCidades apenas repassa os recursos. É executada por meio da fonte de recursos Convênios com órgãos federais. A execução financeira do período foi de 52,36%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	1.072.699,30	1.072.699,30	1.072.699,30	100,0	100,0
00 - Recursos Ordinários	197.913,00	197.913,00	197.913,00	100,0	100,0
48 - Operações de crédito externas	1.155.954,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.426.566,30	1.270.612,30	1.270.612,30	52,36	52,36

Fonte: SIMA

A baixa execução da fonte de recurso 48 - Operações de crédito externas (IPF/BIRD) do contrato que tem como objetivo o Controle e Redução de Perdas na Região Metropolitana de Fortaleza, e a Implantação dos Distritos de Medição e Controle (DMC), será licitado pela SCidades, e executado pela CAGECE. Está em fase de discussões técnicas para construção do Edital.

Além disso, o que contribuiu para a inexecução verificada no final de 2021, especificamente no SAA Adutora de Cascavel, considerando a análise dos ressarcimentos realizada sistematicamente foi o encerramento da obra.

10.3. Iniciativa 621.1.03 - Expansão do serviço de esgotamento sanitário.

10.3.1. Entrega 1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado (número absoluto)

A iniciativa de expansão do serviço de esgotamento sanitário inclui a implantação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em âmbito local e regional.

A entrega Sistema de Esgotamento Sanitário Ampliado consiste na integração a sistemas já existentes. Devem ser enquadradas como ampliação, ações que gerarem novas ligações. São compostos por coletor tronco, estação de tratamento de esgoto, estação elevatória, rede coletora, poços de visita, emissário, interceptor, ligações prediais, entre outros equipamentos. É executada por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há meta prevista para o ano de 2021, apenas para 2022.

Os contratos das obras dos sistemas de esgotamento sanitário de Mauriti e Milagres, foram assinados depois do período em análise, em julho e agosto, respectivamente. No entanto, não tiveram execução pois estão aguardando a liberação do órgão financiador.

O Projeto Farol Novo (PRO-MORADIA) apesar de ter sido informado a 18,31% de execução teve seu contrato rescindido e está em fase de readequação de projeto pela Cagece.

Os recursos já executados na entrega são utilizados para ressarcimento da Cagece, executora das obras.

As principais dificuldades estão relacionadas ao atraso na execução física, rescisão do contrato e readequação do projeto pela Cagece, além da demora no repasse de recursos pelo agente financiador.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Cota-parte do fundo de participação dos estados, Operações de crédito internas e Convênios com órgãos federais. A execução financeira foi de 68,34%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 - Dividendos	4.513.531,39	3.826.115,60	3.826.115,60	84,77	84,77
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	41.469,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46 - Operações de crédito internas	854.059,00	47.339,28	47.339,28	5,54	5,54
82 - Convênios com órgãos federais	7.168.163,37	4.724.657,03	4.724.657,03	65,91	65,91
Total	12.582.222,76	8.598.111,91	8.598.111,91	68,34	68,34

Fonte: SIMA

As principais dificuldades relacionadas à execução financeira nas fontes 06, 46 e 82, refere-se a dificuldades técnicas ao longo dos processos, dos quais podemos destacar pendências relativas a aprovação dos aditivos de prazo e valor, necessidade de suplementação e/ou remanejamento no MAPP, prestação de contas e vistorias, aprovação de limites Cogerf, dotação orçamentária, publicações no DOE e reprogramações junto à Caixa Econômica Federal-CEF, dentre outros.

Listamos abaixo alguns pontos que contribuíram para a inexecução verificada no final de 2021, por empreendimento, considerando análise dos ressarcimentos realizada sistematicamente:

SES Cidade Jardim: A baixa execução do empreendimento Cidade Jardim no ano de 2021 na fonte 46- Operações de crédito, se deu ao fato, que durante a fase de teste da estação de tratamento de esgoto, os rendimentos operacionais foram insatisfatórios, sendo esses corrigidos posteriormente e observados os parâmetros propostos em projeto. A medição final foi emitida em abril de 2022. Além disso, atraso na análise do aditivo de Valor pela equipe técnica, necessidade de Limite Cogerf, necessidade de Suplementação de Recurso no MAPP para a fonte Tesouro.

SES Horizonte: Finalizar cadastro para incluir medição no Sistema interno da CAGECE; Necessidade de Limite Cogerf; Necessidade de Suplementação de Recurso no MAPP.

SES Itaitinga: Reformulação do Aditivo de Valor pela Cagece; Repasse de recursos do OGU (Fonte 82) pelo MDR-Ministério do Desenvolvimento Regional; Prestação de contas em análise pela SCIDADES.

SES CE-06: Contrato foi rescindido em função da incapacidade da empresa contratada em executar a obra, sendo necessária convocação de outras empresas para firmar novo pacto contratual, o que demandou muito tempo, comprometendo os prazos inicialmente previstos.

SES Tauá: Aguardando vistoria pela CEF.

SES Viçosa do Ceará: Prestação de contas em análise pela SCIDADES; Necessidade de Aprovação da

Reprogramação na CEF;

SES de Santana do Cariri: Solicitada a suspensão pela CAGECE, do aditivo de valor requisitado; A Cagece está atualizando o processo, devido à mudança de órgão financiador, e fonte, passando de OGU (Fonte 82) para Dividendos (Fonte 06).

10.3.2. Entrega 324-Ligação domiciliar de esgoto realizada (número absoluto)

A entrega Ligação domiciliar de esgoto realizada consiste na implantação de ramal predial que efetiva a ligação domiciliar à rede de esgotamento sanitário.

Essa entrega deverá ser executada pela Cagece uma vez que o Governador cancelou o Mapp da SCidades e transferiu os recursos para a Companhia.

10.3.3. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A entrega Projeto Elaborado consiste na elaboração de estudos e projetos voltados para a implantação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário.

Não há meta prevista para o ano de 2021, apenas para 2022.

Estão em andamento 4 estudos:

1. Projeto básico e executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário das Praias da Região Oeste, no município de Caucaia, financiado com recursos do PAC (4ª seleção), teve a Ordem de Serviço emitida dia 09/09/2020, e previsão de término 2022. Em novembro de 2020, foi entregue o Plano de Trabalho (Produto 1) e entrega definitiva do Produto 2 (janeiro - dezembro), foi executado 3,03% da entrega.

2. Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo para o Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Fortaleza - Bacias do Rio Siqueira. Em junho de 2021, foi dada a ordem de serviço e entregue o Plano de Trabalho de forma parcial (Produto 1). Previsão de entrega em abril/2023.

3. Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo para o Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Cascavel. Ordem de Serviço emitida dia 24/06/2021 e previsão de entrega em dezembro/2022. Entregue o Plano de Trabalho de forma parcial (Produto 1).

4. Elaboração de projeto básico e executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Pacajus/CE. Ordem de Serviço emitida dia 23/06/2021 e previsão de entrega em janeiro/2023. Entregue o Plano de Trabalho de forma parcial (Produto 1).

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira estão relacionadas à demora do ajuste nas pendências apontadas pela Secretaria das Cidades por parte da empresa contratada e atraso nos repasses feitos pela Caixa.

10.3.4. Entrega 542-Sistema de esgotamento sanitário implantado (número absoluto)

A entrega se refere a Sistemas de esgotamento sanitário que não se integram a sistemas já existentes. São compostos por coletor tronco, estação de tratamento de esgoto, estação elevatória, rede coletora, poços de visita, emissário, interceptor, ligações prediais, entre outros equipamentos. Sua implantação gera novas ligações.

Não havia metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023. No entanto, foi concluída a Estação de Tratamento de Esgoto do Mercado de Messejana em Fortaleza.

As obras serão entregues pela Cagece. É executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Convênios com órgãos federais. A execução financeira do período foi de 83,45% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
06 - Dividendos	143.634,53	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - Convênios com órgãos federais	724.032,37	724.032,37	0,00	100,00	0,00
Total	867.666,90	724.032,37	0,00	83,45	0,00

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira especificamente no SES Massapê, considerando a análise dos ressarcimentos realizada sistematicamente pela Cagece foram: Aditivo de Valor em análise pela equipe técnica; Necessidade de ajuste no limite Cogerf; Aguardando Repasse de recurso pela Funasa; e Análise na prestação de contas pela SCIDADES.

10.4. Iniciativa 621.1.04 - Qualificação do serviço de esgotamento sanitário.

10.4.1. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A iniciativa consiste na otimização ou manutenção de sistemas de esgotamento sanitário existentes que não geram ampliação do número de ligações totais. As intervenções visam melhoria da prestação do serviço e da qualidade do efluente sanitário.

A entrega Projeto Elaborado consiste na elaboração de estudos e projetos voltados para a melhoria de sistemas de esgotamento sanitário. É executada por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há meta prevista para o ano de 2021, apenas para 2023.

Não há previsão para iniciar os processos de licitações.

A entrega é executada por meio da fonte de recurso Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

10.4.2. Entrega 543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado (número absoluto)

A entrega consiste no Sistema de esgotamento sanitário que sofreu intervenção visando melhoria da qualidade do efluente sanitário ou da prestação de serviço, sem incremento de ligações totais.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

As obras serão entregues pela Cagece. A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Convênios com órgãos federais. Não houve execução financeira no período, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
06 - Dividendos	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - Convênios com órgãos federais	883.167,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	887.167,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram:

No âmbito da Secretaria das Cidades não há metas programadas durante o PPA 2020-2023 e as entregas serão realizadas pela Cagece. Os pontos que contribuíram para a inexecução verificada no final de 2021, especificamente no SES Marco, considerando a análise dos ressarcimentos realizada sistematicamente foram a Análise do Aditivo de Valor pela equipe técnica; Necessidade de ajuste no limite Cogerf; Aguardando Repasse de recurso pela Funasa; e Análise da prestação de contas pela SCIDADES.

10.5. Iniciativa 621.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de Saneamento Urbano.

10.5.1. Entrega 1024-Estudos e projetos realizados (número absoluto)

Esta iniciativa consiste em incentivar a melhoria da gestão dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e reuso de águas entre os vários parceiros do sistema de saneamento do estado.

A entrega envolve a elaboração de estudos e projetos voltados para a melhoria da prestação de serviços de saneamento básico urbano.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

A entrega deverá ser entregue pela Cagece e é executada por meio da fonte de recursos Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - Operações de crédito externas	2.537.127,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.537.127,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram:

No âmbito da Secretaria das Cidades não há metas programadas durante o PPA 2020-2023 e as entregas serão realizadas pela Cagece.

A entrega trata dos Serviços de Engenharia Consultiva para Gerenciamento, Fiscalização e Assessoria Técnica da Obra de Controle de Perdas no município de Fortaleza e ao Controle e Redução de Perdas na Região Metropolitana de Fortaleza por Setores Hidráulicos (01 a 06) que estão contemplados na ação 11557 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA MELHORIA DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE ÁGUA (IPF - COMP. II). As licitações das três consultorias de empresas, sob responsabilidade da Cagece, atrasaram ocasionando a baixa execução em 2021.

10.5.2. Entrega 137-Conselho mantido (número absoluto)

A entrega refere-se à manutenção do funcionamento do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Saneamento Básico (CGFESB).

No período houve realização de 2 reuniões deliberativas do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Saneamento Básico-CGFESB.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos diretamente arrecadados pelo FESB. Não houve execução financeira, pois, a reunião do Conselho Gestor foi realizada no formato virtual, de forma que não gerou gastos.

10.5.3. Entrega 467-Projeto apoiado (número absoluto)

O projeto apoiado refere-se aos contratos de serviços prestados pela gerenciadora e/ou supervisora dos projetos.

Em 2021 foi realizado o Apoio institucional à execução de obras e atividades de saneamento urbano e rural, trabalho técnico social, implantação de fogões sustentáveis e regularização fundiária de imóveis urbanos no Estado do Ceará, por meio de Contrato de Gestão.

A entrega é executada por meio da fonte de recurso Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	290.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - Convênios com órgãos federais	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	295.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

A execução financeira do contrato é feita por meio dos programas de Habitação e Revitalização de áreas degradadas, por esse motivo não houve execução na fonte 00 – Recursos ordinários.

10.6. Iniciativa 621.1.06 - Promoção da educação e da responsabilidade socioambiental em saneamento. Entrega 237-Evento realizado (número absoluto)

A iniciativa inclui os programas de responsabilidade social, incluindo ações de educação ambiental, teatro de bonecos, atividades temáticas, iniciativas de ajuda à comunidade, eventos, fóruns, visitas porta a porta, entre outras.

Ações de educação ambiental, teatro de bonecos, atividades temáticas, iniciativas de ajuda à comunidade, eventos, fóruns, visitas porta a porta destinadas ao público das comunidades onde são realizadas as intervenções. A entrega é executada pela Cagece.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos próprio da Cagece e pode ser previsto recursos do Tesouro para execução. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

10.7. Iniciativa 621.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso.

10.7.1. Entrega 1339-Sistema de reuso de água implantado (número absoluto)

A iniciativa visa à implantação de estações de tratamento de água de reuso, aquisição de equipamentos para o reuso de águas servidas, reestruturação de estações de tratamento de água ou esgoto existente para a produção de água de reuso.

Trata-se da adequação de um sistema existente ou construção de um novo sistema para o tratamento da água de reuso, incluindo aquisição de equipamentos, obras, serviços de engenharia, entre outros. É executada por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há meta prevista para o ano de 2020, apenas para 2023.

A entrega será executada por meio da fonte de recurso Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

10.7.2. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A entrega estudos e projetos voltados para a implantação de tecnologias que permitam a produção da água de reuso.

Não havia meta para o ano de 2021, apenas para 2023.

A entrega será executada por meio da fonte de recurso Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

10.8. Iniciativa 621.1.08 - Promoção do planejamento das ações municipais de saneamento. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A promoção do planejamento das ações municipais de saneamento caracteriza-se pelo apoio técnico, institucional e financeiro realizado pelo Estado do Ceará aos municípios a fim de auxiliar o planejamento do setor, ou, até mesmo, sua atuação direta no planejamento, ao que se refere às Regiões Metropolitanas. O principal produto desta iniciativa é o Plano Municipal de Saneamento Básico, ferramenta de gestão prevista pela Lei n. 11.445/2007.

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é o resultado de um conjunto de estudos que objetiva conhecer a situação atual do município e planejar as ações e alternativas para a universalização dos serviços públicos de saneamento, resultando na promoção do saneamento, da saúde pública e do meio ambiente. A entrega é realizada através de esforços da Secretaria das Cidades por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II).

Em 2021 foram entregues 11 Planos Municipais de Saneamento Básico pela SCidades e Cagece.

A Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Saneamento (COSAN) e da Unidade de Gerenciamento do Programa Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe (UGP II), segue apoiando o processo de desenvolvimento de instrumentos de planejamento e gestão dos serviços de saneamento (Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Em fevereiro

de 2021, foi concluída a elaboração de 08 Planos nos municípios de Aracati, Icapuí, Jaguaruana (Região 4 -Litoral Leste) e Jaguaretama, Jaguaribe, Quixeré, Russas e Tabuleiro do Norte (Região 14 - Vale do Jaguaribe).

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE concluiu os PMSB de Itaitinga, São Gonçalo do Amarante e Trairi (Região 3) no ano de 2021.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas. A execução financeira foi de 98,57% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externo	346.061,00	346.061,00	346.061,00	100,0	100,0
Total	351.061,00	346.047,23	346.047,23	98,57	98,57

Fonte: SIMA

Os recursos orçamentários foram praticamente todo executados no período. Os recursos são provenientes de Empréstimo de financiamento do BID por meio do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe.

10.9. Iniciativa 621.1.09 - Promoção do planejamento estadual do abastecimento de água e esgotamento sanitário no Ceará.

10.9.1. Entrega 1709-Sistema de informação desenvolvido (número absoluto)

A iniciativa visa a otimização das ações do Governo do Estado do Ceará, esta iniciativa inclui as atividades de diagnóstico, análise de viabilidade de cenários e prognóstico da situação do saneamento do Estado, estabelecendo as metas necessárias para a universalização em prazo específico a ser definido. Diretrizes aos contratos de programas a serem firmados entre os municípios e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e orientações de atuação para a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce) na regulação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A entrega se trata do desenvolvimento do SISANCE, sistema de informações instituído pela Lei Complementar n. 162/2016 que visa a coleta, tratamento e armazenamento de dados, possibilitando maior transparência das ações e possibilitando a otimização dos investimentos e auxiliando na tomada de decisão. A entrega será executada pela Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há programação de entrega para o ano de 2021, apenas para 2023.

Os principais riscos para execução é a falta de recursos humanos e financeiros para realização do mesmo.

A entrega será executada por meio da fonte de recurso Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	213.187,37	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	213.187,37	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

A principal dificuldade para execução financeira da entrega foi falta de recursos humanos e financeiros para realização, sistema não foi desenvolvido.

10.9.2. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

O Plano de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PAAES) é um instrumento de planejamento das ações de saneamento básico para a implantação gradual de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos, incluindo o diagnóstico atual do setor, os programas, ações e metas adequadas para a universalização desses. A entrega será executada pela Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há programação para o ano de 2021, apenas para 2022.

A entrega será executada por meio das fontes de recursos Operações de crédito externas (IPF). Não houve execução financeira no período, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - Operações de crédito externo	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

O projeto está em fase de preparação dos instrumentos necessários para a contratação da Consultoria. A atualização do Marco Regulatório do Saneamento pode ocasionar um novo atraso nas etapas que envolvem o planejamento do PAAES que foram revisadas de acordo com a nova legislação.

10.10. Iniciativa 621.1.10 - Expansão da infraestrutura para o adequado manejo de águas pluviais. Entrega 934-Sistema de drenagem implantado (número absoluto)

A iniciativa inclui a implantação, expansão ou melhoria do sistema composto por estruturas e instalações nas vias urbanas destinadas ao escoamento das águas das chuvas, tais como: sarjetas, bueiros, galerias, dentre outras. Esse sistema canaliza a água de modo a reaproveitar e redirecionar o fluxo para tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas, principalmente nas localidades em que possam ocorrer enxurradas e inundações. A entrega se refere ao sistema composto por estruturas e instalações nas vias urbanas destinadas ao escoamento das águas das chuvas, tais como: sarjetas, bueiros, galerias, dentre outras. Esse sistema canaliza a água de modo a reaproveitar e redirecionar o fluxo para tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas, principalmente nas localidades em que possam ocorrer enxurradas e inundações. Poderá ser executada pela Coordenadoria de Saneamento (Cosan) e Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb).

Não há meta programado para o período.

11. Programa Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural (622)

O Programa Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural (622) tem como órgão a Secretaria das Cidades. O objetivo é ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. É composto por 7 (sete) iniciativas e são executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan) e Unidade de Gerenciamento do Programa Águas do Sertão (UGP PAS). Além desta, executam o programa a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB).

Tabela 21 – Iniciativas e Entregas do Programa Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
622.1.01 - Expansão do acesso a abastecimento de água no meio rural.	537-Sistema de abastecimento de água implantado	COSAN/UGP PAS	7	1	14,3%
	1073-Sistema de abastecimento de água ampliado	UGP PAS	0	-	Sem programação
622.1.02 - Qualificação do acesso a abastecimento de água.	538-Sistema de abastecimento de água melhorado	UGP PAS	1	0	0,0%
622.1.03 - Expansão do acesso a esgotamento sanitário.	542-Sistema de esgotamento sanitário implantado	COSAN/UGP PAS	0	-	Sem programação
	1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado	UGP PAS	0	-	Sem programação
	1595-Módulo sanitário implantado	UGP PAS	0	-	Sem programação
622.1.04 - Qualificação do acesso a esgotamento sanitário no meio rural.	543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado	UGP PAS	0	-	Sem programação
	1596-Módulo sanitário melhorado	UGP PAS	0	-	Sem programação
622.1.05 - Promoção do Sistema Integrado de Saneamento Rural.	193-Entidade apoiada	UGP PAS	1	1	100,0%
622.1.06 - Promoção do gerenciamento da política pública de saneamento no meio rural.	467-Projeto apoiado	UGP PAS	1	1	100,0%
	1024-Estudos e projetos realizados	UGP PAS	1	0	0,0%
622.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso para produção agrícola.	1339-Sistema de reuso de água implantado	COSAN/UGP PAS	1	0	0,0%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

11.1. Iniciativa 622.1.01 - Expansão do acesso a abastecimento de água no meio rural.

11.1.1. Entrega 537-Sistema de abastecimento de água implantado (unidade)

A iniciativa consiste na implantação de soluções de abastecimento de água para domicílios em comunidades rurais através de tecnologias sociais de acesso à água, como cisternas de placas, dessalinizadores solares, cisternas de polietileno, sistemas de abastecimento de água simplificado, poços e chafarizes.

A entrega consiste em sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades rurais do Estado do Ceará. São compostos por manancial, adutora, estação de tratamento de água, rede de distribuição, reservatório, ligação de água, estação elevatória, entre outros equipamentos. É executada pela Cosan por meio do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e pela UGP PAS por meio do Programa Águas do Sertão.

Houve a entrega do SAA Integrado de Barra de Santana - comunidades Baião, Sabonete e Barra de Santana no município de Jati.

Por meio do Programa Águas do Sertão não houve nenhuma entrega em 2021 pois os dois sistemas previstos (São José/Palhano e Capim Grosso/Russas) encontravam-se, até dezembro de 2021, em trâmite junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE) com vistas à divulgação do resultado final da licitação.

Por meio do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), encontram-se em execução os Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) Complexo Beleza com execução total de 97,96%; SAA de Gentil com execução total de 93,37%; SAA de Cipó com execução total de 82,41%; SAA de Malhada, com execução de 18,22%; SAA de Palestina do Cariri com 4,35%. Além dessas foi licitada as obras SAA de Quatro Baraúnas. O SAA de Balança em Jati foi entregue no ano de 2019, mas ainda há pendências financeiras.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Operações de crédito externas e Convênios com órgãos federais. A execução financeira foi de 36,42% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	628.738,09	8.011,06	8.011,06	1,27	1,27
48 - Operações de crédito externas	6.203.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - Convênios com órgãos federais	11.745.000,00	6.757.568,61	5.492.587,06	57,54	46,77
Total	18.576.738,09	6.795.579,67	5.500.598,12	36,42	29,61

Fonte: SIMA

Os principais problemas que podem afetar as entregas e a execução financeira do PISF estão relacionados aos processos de licitação, licenciamento ambiental, ligação de energia elétrica por parte da Enel e readequação dos projetos para adequar às exigências do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Sobre os dois SAA implantados previstos no âmbito do Programa Águas do Sertão, (São José/Palhano e Capim Grosso/Russas), os primeiros processos de licitação foram fracassados, e no segundo semestre de 2021 foram abertos os novos certames, o que ocasionou o atraso nas referidas contratações.

11.1.2. Entrega 1073-Sistema de abastecimento de água ampliado (unidade)

A entrega consiste em sistemas de abastecimento de água que se integram a sistemas já existentes. Devem ser enquadradas como ampliação, ações que gerarem novas ligações. São compostos por manancial, adutora, estação de tratamento de água, rede de distribuição, reservatório, ligação de água, estação elevatória, entre outros equipamentos.

Não há meta prevista para o ano de 2021, apenas para 2022.

Os processos para iniciar as licitações estão em andamento, como preparação de termos de referências, editais, solicitação de licenças, entre outros. Porém, por conta do atraso da assinatura do contrato de empréstimo, prevista para 2018, que ocorreu apenas em jun/2019, todos os processos que dependiam deste ato atrasaram.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Cota-parte do fundo de participação dos estados e Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	15.162,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	146.162,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

A principal dificuldade para execução financeira dá-se por conta do atraso da assinatura do contrato de empréstimo para a execução do Programa Águas do Sertão, os processos licitatórios foram postergados, portanto não foram programadas entregas/metras para o ano de 2021.

Além disso, constam R\$ 15.162,00 de emendas parlamentares não utilizadas.

11.2. Iniciativa 622.1.02 - Qualificação do acesso a abastecimento de água. Entrega 538-Sistema de abastecimento de água melhorado (unidade)

A iniciativa consiste na otimização ou manutenção de sistemas de abastecimento de água existentes que não geram ampliação do número de ligações totais. As intervenções visam redução de perda e melhoria da qualidade de água ou da prestação do serviço.

A entrega Sistema de abastecimento de água que sofreu intervenção, visando redução de perdas e melhoria da qualidade de água ou da prestação de serviço sem incremento de ligações totais. Inclui,

portanto, a adoção de inovação tecnológica (por exemplo, painéis solares, equipamentos de cloro, etc.) com o objetivo de reduzir custos, aumentar a resiliência e a eficiência operacional dos sistemas. É executada por meio da UGP PAS.

A meta para o ano de 2021 era entregar 1(um) Sistema de Abastecimento melhorado, mas não houve entregas no período.

O processo licitatório referente a obra do SAA da Comunidade de Curupati, no município de Jaguaribara, foi concluído em setembro/21, com Ordem de Serviços emitida em novembro. A obra se encontra com 12% de execução física.

A entrega será executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	165.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	1.015.000,00	253.590,27	0,00	24,98	0,00
Total	1.260.000,00	253.590,27	0,00	21,49	0,00

Fonte: SIMA

A dificuldade para execução financeira foi por conta do atraso no início das obras do SAA da Comunidade de Curupati, no município de Jaguaribara, devido a pendências para a emissão da Licença de Instalação (LI).

11.3. Iniciativa 622.1.03 - Expansão do acesso a esgotamento sanitário.

11.3.1. Entrega 542-Sistema de esgotamento sanitário implantado (unidade)

A iniciativa apoiará a construção de estruturas de saneamento local - kits sanitários domésticos (Módulos Sanitários Domiciliares - MSD) ou unidades de tratamento para módulos sanitários existentes - nas comunidades rurais. Além disso, a iniciativa incluirá a implantação de sistemas de esgotamento sanitário.

A entrega se refere à implantação de sistemas de esgotamento sanitário que não se integram a sistemas já existentes. São compostos por coletor tronco, estação de tratamento de esgoto - (ETE), estação elevatória, rede coletora, poços de visita, emissário, interceptor, ligações prediais, entre outros equipamentos. No âmbito da Secretaria das Cidades a entrega poderá ser executada pelo Programa Águas do Sertão, uma vez que o Projeto Ceará III finaliza em dezembro 2022 e todas as entregas relacionadas à esgotamento sanitário foram entregues.

Vale ressaltar que o Programa de Saneamento Rural Ceará III tem como objetivo a implantação de soluções individuais e coletivas de esgotamento sanitário nas áreas de atuação dos Sistemas Integrados de Saneamento Rural na bacia de Banabuiú (SISAR BBA) e na bacia do Baixo e Médio Jaguaribe (SISAR BBJ). Regista-se que no ano de 2018, registra-se por meio do Programa Ceará III, o projeto de implantação de kits sanitários nos municípios de Russas e Jaguaruana, com a seguinte realização: beneficiamento de 1.340 habitantes com a implantação de 394 Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSDs), sendo 239 MSDs nas localidades de Peixe e Sítio Pau D'Arco, em Russas (Região 14 - Vale do Jaguaribe), beneficiando 813 habitantes; e 155 MSDs nas localidades de Borges e Jiqui, em Jaguaruana (Região 4 - Litoral Leste), beneficiando 527 habitantes. Este produto foi executado por

meio da SCidades em parceria com a Cagece.

Além das entregas dos Módulos sanitários, o Projeto Ceará III contemplava as ações de construção das sedes do SISAR de Russas e Quixadá, bem como aquisições de equipamentos para fortalecimento da infraestrutura e logísticas dessas entidades

Não houve entrega prevista para 2021, apenas para 2022.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Operações de crédito externas e Convênios com órgãos internacionais. A execução financeira foi de 51,60% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80 - Convênios com órgãos internacionais	2.007.000,00	1.044.883,60	1.044.883,60	52,06	52,06
Total	2.025.000,00	1.044.883,60	1.044.883,60	51,60	51,60

Fonte: SIMA

Os recursos do Projeto Ceará III foram aplicados na construção da Sede do SISAR de Quixadá e SISAR de Russas, bem como, na aquisição dos equipamentos e tubulações para os mesmos desde de 2020.

11.3.2. Entrega 1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado (unidade)

A entrega consiste em sistemas de esgotamento sanitário que se integram a sistemas já existentes. Devem ser enquadradas como ampliação e ações que gerarem novas ligações. São compostos por coletor tronco, estação de tratamento de esgoto, estação elevatória, rede coletora, poços de visita, emissário, interceptor, ligações prediais, entre outros equipamentos. Será executada por meio da UGP PAS.

Não houve entrega prevista para 2021, apenas para 2022.

Os processos licitatórios não foram iniciados. Com o atraso na assinatura do contrato de empréstimo, decidiu-se priorizar as ações relacionadas ao abastecimento de água.

A entrega será executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Houve dificuldade para execução financeira, pois com o atraso na assinatura do contrato de empréstimo, decidiu-se priorizar as ações relacionadas ao abastecimento de água. Assim, os processos licitatórios para ampliação de sistemas de esgotamento sanitário não foram iniciados.

11.3.3. Entrega 1595-Módulo sanitário implantado (unidade)

A entrega dos módulos sanitários (MDS) completos correspondem a sanitários com vaso sanitário com uso de água, tanque de água, lavanderia, lavatório, chuveiro, caixa de inspeção e tratamento, utilizando tanque séptico. Será executada por meio da UGP PAS.

Não há entrega prevista para 2021.

Os processos licitatórios não foram iniciados, devido ao atraso na assinatura do contrato de empréstimo, decidiu-se priorizar as ações relacionadas ao abastecimento de água.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Houve dificuldade para execução financeira, pois os módulos sanitários previstos no âmbito do Programa Águas do Sertão, com o atraso na assinatura do contrato de empréstimo, decidiram-se priorizar as ações relacionadas ao abastecimento de água. Assim, os processos licitatórios para ampliação de sistemas de esgotamento sanitário não foram iniciados. Como não houve programação de metas para o ano o recurso previsto não foi necessário.

11.4. Iniciativa 622.1.04 - Qualificação do acesso a esgotamento sanitário no meio rural.

11.4.1. Entrega 543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado (unidade)

Será realizada uma ação piloto com famílias que desejem fazer melhorias nos módulos sanitários existentes, usando microcrédito através do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF). Os MDS completos incluem vaso sanitário com uso de água, tanque de água, lavanderia, lavatório, chuveiro, caixa de inspeção e tratamento, utilizando tanque séptico.

A entrega consiste em Sistema de esgotamento sanitário que sofreu intervenção, visando melhoria da qualidade do efluente sanitário ou da prestação de serviço, sem incremento de ligações totais.

Não há entregas previstas para o ano de 2021.

Os processos licitatórios para a execução dessas obras não foram iniciados. Houve atraso na assinatura do contrato de empréstimo e, portanto, todos os processos que dependiam deste ato atrasaram. Com isso, estão sendo priorizadas as ações relacionadas a água.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas. Não

houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Houve dificuldade para execução financeira, pois os sistemas de esgotamento sanitários melhorados, previstos no âmbito do Programa Águas do Sertão, com o atraso na assinatura do contrato de empréstimo, decidiu-se priorizar as ações relacionadas ao abastecimento de água. Como não houve programação de metas para o ano o recurso previsto não foi necessário.

11.4.2. Entrega 1596-Módulo sanitário melhorado (unidade)

Esta entrega visa melhorias em módulos sanitários, que incluem vaso sanitário com uso de água, tanque de água, lavanderia, lavatório, chuveiro, caixa de inspeção e tratamento, utilizando fossa séptica.

Não há entregas previstas para 2021.

Os processos licitatórios para a execução dessas obras não foram iniciados. Houve atraso na assinatura do contrato de empréstimo e, portanto, todos os processos que dependiam deste ato atrasaram. Com isso, estão sendo priorizadas as ações relacionadas a água.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - Operações de crédito externas	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Houve dificuldade para execução financeira, pois os módulos sanitários melhorados, previstos no âmbito do Programa Águas do Sertão, com o atraso na assinatura do contrato de empréstimo, decidiu-se priorizar as ações relacionadas ao abastecimento de água. Como não houve programação de metas para o ano o recurso previsto não foi necessário.

11.5. Iniciativa 622.1.05 - Promoção do Sistema Integrado de Saneamento Rural. Entrega 193-Entidade apoiada (unidade)

Trata-se de uma iniciativa para o fortalecimento do modelo de gestão SISAR, devendo prover assistência técnica para preparar e capacitar seus integrantes para assumirem essas novas funções. Adicionalmente, o INSTITUTO SISAR deve ser fortalecido e capacitado. Esta iniciativa visa provocar o resgate da cidadania, o empoderamento da comunidade, o fortalecimento do associativismo, a educação ambiental e sanitária são os principais desafios no componente socioambiental. A forma de abordagem pode variar de acordo com o público alvo e da obra a ser implantada, bem como a definição dos temas e a metodologia deverão considerar as experiências anteriores de outros

programas já executados no meio rural e com foco na universalização do saneamento.

A entrega consiste em fornecer apoio técnico e institucional a entidades relacionadas ao Saneamento Rural. É executada por meio da Secretaria das Cidades pela UGP PAS e pela Cagece.

Em 2021 houve apoio técnico e institucional fornecido pela Secretaria das Cidades e Cagece ao SISAR.

Foram realizados treinamentos de operadores, apoio nas assembleias das associações e articulação com as Prefeituras Municipais.

Está previsto a contratação de uma consultoria para dar apoio técnico às entidades que está em processo de elaboração do Termo de Referência, Edital e Orçamento, bem como a assinatura do Contrato de Doação LAIF - Latin American Investment Facility. A Pré-Qualificação da Licitação Pública Internacional foi encaminhado para análise e posterior divulgação, prevista para Jan/2022.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Operações de crédito externas e Convênios com órgãos internacionais. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - Operações de crédito externas	1.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80 - Convênios com órgãos internacionais	1.505.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.910.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

A Consultoria de Fortalecimento do SISAR será financiada por meio do Contrato de Doação LAIF, que só foi assinado em outubro de 2021. Portanto, a primeira fase do processo licitatório da Consultoria (Pré-Qualificação) encontrava-se no final do ano de 2021 em atividades preparatórias.

Além disso, outra ação de fortalecimento do Modelo de Gestão SISAR é o subcomponente de Pequenas Melhorias, a ser financiado por meio de recursos do contrato de empréstimo. O subcomponente não foi iniciado, pois até o final do ano de 2021 a UGP PAS encontrava-se em alinhamento junto ao Banco KfW quanto aos critérios técnicos para execução das pequenas melhorias.

11.6. Iniciativa 622.1.06 - Promoção do gerenciamento da política pública de saneamento no meio rural.

11.6.1. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade)

Esta iniciativa consiste em incentivar a melhoria da gestão institucional dos diversos programas que atuam no meio rural, contribuindo inclusive para a integração da política de saneamento rural, coordenada pela Secretaria das Cidades em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Recursos Hídricos. Caberá a esta iniciativa a elaboração de estudos, projetos, sistemas. Acerca deste último, tem-se destaque o SIASAR (Sistema de informações em água e saneamento).

O projeto apoiado refere-se aos contratos de serviços prestados pela gerenciadora e/ou supervisora dos projetos, bem como, a elaboração de estudos, projetos e sistemas.

Em janeiro de 2021 foi contratada a Gerenciadora do Programa Águas do Sertão.

Em relação ao SIASAR, o sistema deverá aumentar seu escopo no decorrer da implementação do Programa Águas do Sertão - PAS, pois serão levantados todos os municípios que serão beneficiados pelo mesmo. Portanto, tendo em vista os atrasos ocorridos no processo licitatório supracitado, a previsão para contratação para o SIASAR deverá ocorrer somente em 2022.

Os recursos executados no período são relacionados à contratação da Gerenciadora do Programa, por meio de recursos do banco alemão KfW.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas. A execução financeira foi de 58,23% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
80 - Convênios com órgãos internacionais	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	4.004.000,00	2.622.693,72	2.272.693,72	65,50	56,76
Total	4.504.000,00	2.622.693,72	2.272.693,72	58,23	50,46

Fonte: SIMA

As causas para baixa execução financeira foram relacionadas as consultorias financiadas por meio do Contrato de Doação LAIF, sofreram atrasos pois o contrato de doação só foi assinado em outubro de 2021. Sobre os recursos oriundos do contrato de empréstimo, os primeiros pagamentos da Gerenciadora do Programa Águas do Sertão só foram iniciados no segundo semestre de 2021.

11.6.2. Entrega 1024-Estudos e projetos realizados (unidade)

A entrega refere-se a estudos e projetos voltados para a implantação ou ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no meio rural.

No período de janeiro a dezembro/2021 não houve entrega, pois, os produtos dependem das licitações.

O processo licitatório para contratação de empresas para elaboração dos projetos está finalizado. Aguardando formalização contratual. O primeiro edital que contempla seis municípios está em fase de contratação. O segundo edital com mais quatro municípios em fase de resultado final. O terceiro e o quarto Editais de projetos para reabilitação de SAA foi encaminhado em novembro/2021 e deverá retornar para a secretaria para correção no orçamento e demais peças técnicas. Previsão de retorno para a PGE até o início de fevereiro/2022. O pacote cinco e seis de projetos está em conclusão da fase interna e deverá ir para a PGE em fevereiro/2022.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - Operações de crédito externas	606.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	606.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Os processos licitatórios para contratação de empresas para elaboração dos projetos sofreram atrasos, pois a licitação do primeiro lote de projetos teve o seu resultado divulgado, no entanto, uma empresa entrou com recurso no Tribunal de Contas do Estado e no Tribunal de Justiça questionando a cláusula de Volume Anual de Negócios presente no Edital. O processo de contratação está parado aguardando uma decisão do TCE sobre a solicitação em questão. Tal problemático afetou o andamento dos demais pacotes de projetos.

11.7. Iniciativa 622.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso para produção agrícola. Entrega 1339-Sistema de reuso de água implantado (unidade)

A iniciativa visa à implantação de soluções de tratamento de água de reuso. A entrega se trata da adequação de um sistema existente ou construção de um novo sistema para o tratamento da água de reuso, incluindo aquisição de equipamentos, obras, serviços de engenharia, entre outros.

Não houve entrega no período.

Foi planejada a entrega do Centro de Reuso no município de Aquiraz pela Coordenadoria de Saneamento. Apesar de ter sido firmado contrato com a empresa que executaria a obra, após assinatura do contrato para a construção, tendo em vista as dificuldades de comunicação com a contratada, a Cagece teve que rescindir o referente contrato, iniciando assim um novo processo licitatório. Houve ainda um ajuste na revisão do PPA para o ano de 2022. Nesse reajuste, foi identificado que o Centro de Reuso de Aquiraz, também foi informado no Programa de Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana. Dessa forma, não há previsão de entrega no ano de 2021.

A entrega poderia ser executada por meio das fontes de recursos de Convênios com órgãos federais e Operações de crédito externas. Não houve execução financeira no período, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	900.585,54	0,00	0,00	0,00	0,00
48 - Operações de crédito externas	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	905.585,54	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Conforme descrito acima, a principal dificuldade para não ocorrer execução financeira foi o planejamento em outro programa orçamentário.

12. Programa Matriz energética do estado do Ceará (711)

O Programa Matriz energética do estado do Ceará (711) tem como órgão Gestor a Secretaria da Infraestrutura (Seinfra). O objetivo do programa é promover a segurança e eficiência energética, com expansão da produção e incentivo ao consumo racional da energia disponível no Estado. É composto por 12 (doze) iniciativas das quais apenas 1 (uma) será executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa Águas do Sertão (UGP PAS).

Tabela 22 – Iniciativas e Entregas do Programa Matriz energética do estado do Ceará – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
711.1.04 - Implantação de tecnologias de energias renováveis no meio rural.	1566-Projeto de energia renovável implantado	UGP PAS	0	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

12.1. Iniciativa 711.1.04 - Implantação de tecnologias de energias renováveis no meio rural. Entrega 1566-Projeto de energia renovável implantado (unidade)

Esta iniciativa inclui estudos, projetos e aquisição de tecnologias visando a redução dos custos em energia, de forma a desonerar o custo de manutenção dos sistemas de abastecimento de água no meio rural, como a implantação de painéis solares.

A entrega consiste na implantação de projetos de sistemas de energia renováveis (solar, eólicas, etc) tendo por objetivo promover a geração e aumento da renda da população rural. O objetivo é implantar painéis solares nas estações de tratamento de água no meio rural visando reduzir os custos para operacionalização do sistema. Será executada por meio da UGP PAS.

Não há meta prevista para o ano de 2021.

Há previsão de implantação como Projeto Piloto na localidade de São Felipe no município de Brejo Santo no ano de 2022.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - Operações de crédito externas	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Como não houve programação de metas para o ano o recurso previsto não foi necessário.

13. Programa Revitalização de áreas urbanas degradadas (722)

O Programa Revitalização de áreas urbanas degradadas (722) tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades. Tem como objetivo melhorar as condições socioambientais da população nas áreas urbanas degradadas. É composto por 6 (seis) iniciativas e 5 (cinco) foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Revitalização de áreas degradadas – RMF (COREV) e da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (CODUR). A Secretaria da Saúde (SESA) também colaboram com as execuções do programa por meio do Projeto Distrito de Inovação em Saúde do Porangabussu.

Tabela 23 – Iniciativas e Entregas do Programa Revitalização de áreas urbanas degradadas – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
722.1.01 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Maranguapinho.	175-Dragagem executada	COREV	-	-	Sem programação
	45-Área urbanizada	COREV	3	0	0,0%
722.1.02 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Cocó.	175-Dragagem executada	COREV	2,4	2,39	99,6%
	45-Área urbanizada	COREV	1	0	0,0%
722.1.03 - Requalificação Urbana da Comunidade Dendê.	45-Área urbanizada	COREV	-	-	Sem programação
722.1.04 - Expansão do conhecimento técnico-científico sobre a degradação de áreas urbanas.	425-Plano elaborado	CODUR	1	0	0,0%
722.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de revitalização das áreas degradadas.	467-Projeto apoiado	COREV	1	1	100,0%
722.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.	45-Área urbanizada	COREV	2	0	0,0%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

13.1. Iniciativa 722.1.01 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Maranguapinho.

13.1.1. Entrega 175-Dragagem executada (unidade).

A iniciativa consiste na retirada das ocupações irregulares na área de proteção ambiental, melhorando as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco. Promove a delimitação dessa área, com uma via paisagística e com a recuperação socioambiental do Rio. Além de realização da desobstrução das calhas para controle de cheias, com de serviços de dragagem, limpeza do leito e definição da calha considerando as vazões de 20 anos de recorrência.

A entrega se refere à Dragagem do Rio Maranguapinho no trecho compreendido entre a Av. Fernandes Távora e a Barragem Maranguapinho. É executada por meio da COREV.

Em 2020 foram concluídos os serviços de dragagem nos 9km previstos.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos provenientes do FECOP e Convênios com órgãos federais. A execução financeira foi de 100,0% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	66.139,20	66.139,20	66.139,20	100,0	100,0
10 - Recursos provenientes do FECOP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	66.139,20	66.139,20	66.139,20	100,0	100,0

Fonte: SIMA

13.1.2. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).

A entrega Área Urbanizada do Rio Maranguapinho compreende a implantação de via paisagística com ciclovia e áreas de esporte e lazer (praça) nos trechos: Trecho II (Av. Senador Fernandes Távora à Av. Osório de Paiva), Trecho III A, margem direita (Av. Osório de Paiva à Av. Jardim Fluminense), Trecho IIIB - Av. Jardim Fluminense ao 4º Anel Viário, Trecho IV, margem direita (4º Anel viário até as proximidades da Barragem Maranguapinho e Trecho Zero, margem direita (Av. Mister Hull à Av. independência).

Estava prevista a entrega de 3 trechos, mas não foi concluída nenhuma área no período.

A obra de Urbanização do Trecho II, margem direita não foi concluída em 2021, como previsto, pois houve implantação de Areninhas em parceria com a Casa Civil, em áreas de praças, o que gerou necessidade de revisão dos projetos dessas praças, ocasionando alteração na planilha da obra, resultando em aditivo o que findou atrasando a execução da obra como um todo.

A obra de Urbanização do Trecho IIIB também não foi concluída em 2021, pois ocorreu interferência, em alguns trechos, de obra de saneamento da Prefeitura, que está atrasou a execução.

Já a obra Urbanização do Trecho IIIA - Av. Osório de Paiva à Av. Jardim Fluminense foi paralisada em janeiro/21. A Secretaria não prorrogou prazo de execução e a SOP irá concluir esse Trecho, conforme solicitado pelo Governador.

Até o final de 2021, os trechos obtiveram o seguinte desempenho:

- Executado 99,68% da obra de urbanização do trecho II Margem Direita - Av. Senador Fernandes Távora à Av. Osório de Paiva;
- Executado 27,60% da obra de urbanização do trecho II Margem Esquerda - Av. Senador Fernandes Távora à Av. Osório de Paiva, iniciado em maio/2021;
- Executado 69,93% da obra de urbanização do trecho IIIA - Av. Osório de Paiva à Av. Jardim Fluminense. Obra paralisada em janeiro/21. A Secretaria não prorrogou prazo de execução. A SOP irá

concluir esse Trecho, conforme solicitado pelo Governador.

- Executado 97,76% da obra de urbanização do trecho IIIB - Av. Jardim Fluminense ao 4º anel viário;
- Executado 32,50% da obra de urbanização do trecho ZERO - Av. Mister Hull à Av. independência.
- Executado 56,25% da obra de Urbanização do Trecho IV, Margem Direita - Anel Viário à Barragem Maranguapinho.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro, Recursos provenientes do Fecop e Convênios com órgãos federais. A execução financeira foi de 81,49% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
46 - Operações de crédito internas	390.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - Recursos ordinários	13.832.358,44	10.846.326,74	10.657.951,96	78,41	77,05
82 - Convênios com órgãos federais	27.429.382,75	20.700.375,21	20.700.375,21	75,47	75,47
10 - Recursos provenientes do Fecop	22.000.000,00	20.073.445,16	18.708.591,81	91,24	85,04
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	1.386.292,00	1.364.313,38	1.364.313,38	99,71	99,71
Total	65.020.033,19	52.984.460,49	51.431.232,36	81,49	79,10

Fonte: SIMA

Apesar de ocorrer um bom desempenho nas fontes de recursos, não houve execução financeira da **fonte 46 – Operações de crédito internas** destinada ao pagamento de Indenização de Benfeitorias a Famílias Afetadas pelas Obras de Requalificação do Projeto Rio Maranguapinho (CPAC). Esses recursos não foram utilizados, pois a Caixa (agente financiador) aguarda a prestação de contas de uma parcela anterior que não foi possível ser encaminhada, por falta do documento de Imissão na posse já que a desapropriação corre nas vias judiciais.

13.2. Iniciativa 722.1.02 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Cocó.

13.2.1. Entrega 175-Dragagem executada (unidade).

A iniciativa consiste na retirada das ocupações irregulares na área de proteção ambiental, melhorando as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Cocó em situação de alto risco. Promove a delimitação dessa área com uma via paisagística e a recuperação socioambiental do Rio, além da desobstrução da calha para controle de cheias com serviços de dragagem, limpeza do leito e definição da calha considerando as vazões de 20 anos de recorrência.

A entrega consiste na Dragagem do Rio Cocó no trecho compreendido entre a BR 116 e Av. Paulino Rocha e trecho do encontro do Rio com a Av. Raul Barbosa com o Canal da Aerolândia à Av. Engenheiro Santana Junior.

No período de janeiro a dezembro de 2021, foram executados 2,39 km de dragagem do Rio Cocó, totalizando 6,77 km dragados desde o início da obra, o que equivale a 100% de execução total dos

serviços.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Operações de crédito internas. A execução financeira foi de 99,43% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
46 - Operações de crédito internas	6.993.224,00	6.953.609,06	6.438.032,68	99,43	92,06
00 - Recursos ordinários	621.900,00	618.450,10	448.928,59	99,45	72,19
Total	7.615.124,00	7.572.059,19	6.886.961,27	99,43	90,44

Fonte: SIMA

Não houve entraves na execução financeira.

13.2.2. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).

A entrega se refere à Urbanização das margens do Rio Cocó compreendendo implantação de via paisagística com ciclovia e áreas de esporte e lazer (praça) nos trechos: Trecho I (Av. Presidente Costa e Silva à Av. Val Paraíso), Trecho II, margem direita, entre a Av. Costa e Silva e Av. Paulino Rocha, Trecho II, margem esquerda (Av. Dep. Paulino Rocha à Av. Pompílio Gomes), Trecho Zero, margem Direita (Av. Val Paraíso à Barragem Cocó) e Trecho III, margem esquerda (Rua José Albino à Av. Dep. Paulino Rocha.

A meta seria concluir uma área no período, mas não houve conclusão de trechos em 2021.

Foi executado 71,14% do Contrato com o Consórcio PB/MEMP para a urbanização das margens do Rio Cocó no trecho II - margem direita (entre Av. Costa e Silva e Av. Paulino Rocha) e margem esquerda (Av. Costa e Silva à Av. Pompílio Gomes). A obra foi paralisada no final de dezembro de 2020, pois a Secretaria das Cidades resolveu não prorrogar o prazo de execução do contrato com o Consórcio PB/MEMP e este foi rescindido. O Governador decidiu que a Superintendência de Obras Públicas (SOP) irá concluir a obra, que corresponde ao restante da margem direita do Trecho II. Contratada no final de setembro/21, a Empresa DOMO para execução da obra de urbanização do Trecho II Margem esquerda, entre Av. Paulino Rocha e Av. Pompílio Gomes, serviços iniciados em 14 de outubro/21, estando com 11,73%.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro, Recursos provenientes do Fecop, Convênios com órgãos federais e operações de crédito internas. A execução financeira foi de 64,88% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	3.078.254,35	347.471,20	347.471,20	11,29	11,29
46 - Operações de crédito internas	1.252.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 - Recursos provenientes do Fecop	16.130.000,00	12.480.505,62	10.568.371,18	77,37	66,52
00 - Recursos ordinários	1.933.245,15	1.702.028,96	1.702.028,96	88,04	88,04
Total	22.393.499,50	14.530.005,78	12.617.871,34	64,88	56,35

Fonte: SIMA

A fonte 46 era para ser utilizada na execução da Via de Proteção ambiental no Trecho III margem esquerda, porém não houve tempo hábil para iniciar a obra pois foi necessário requerer Licença Ambiental à Semace por se tratar atualmente do Parque do Cocó, portanto não ocorrendo execução dessa fonte.

Quando a fonte 82, sua baixa execução deveu-se ao fato da decisão em Dez/2020 de não dar continuidade a obra do Trecho que a PB/MEMP estava fazendo e repassar para a SOP utilizando recursos próprios do Tesouro Estadual.

13.3. Iniciativa 722.1.03 - Requalificação Urbana da Comunidade Dendê. Entrega 45- Área urbanizada (unidade).

A iniciativa consiste na implantação de infraestrutura e abertura de ruas de forma a possibilitar a circulação de veículos e serviços urbanos nas áreas já consolidadas, na área de intervenção definida no Projeto Dendê.

A entrega consiste na urbanização de áreas na Comunidade do Dendê compreendendo pavimentação e/ou alargamento de vias existentes, construção de novas vias e passeios, praças e galerias de drenagem, a ser implantada em duas etapas, a 1ª etapa numa área de 19,22 ha (da Baixada até a Rua do Comércio) e a 2ª etapa numa área de 18,37ha (da Rua do Comércio até o limite sul da Comunidade).

Não houve programação para 2021.

A obra de urbanização da comunidade Dendê encontra-se com 29,57% executado. As obras de Saneamento Básico de responsabilidade da CAGECE foram paralisadas em 2019 devido à rescisão do contrato com a empresa Inco. Foi feita dispensa de licitação do SES em 16/09/2019, contemplando a Rua do Coqueiro, Rua do Gelo, Rua Valdir Sá, Vila Cadete, Travessa Coqueiro, Travessa Camões e Compais.

A empresa CONSSOL iniciou as obras relativas à dispensa de licitação da CAGECE, somente em janeiro/2020 e foram concluídas em novembro/20. O restante das vias foram objeto de nova licitação realizada em outubro/20, tendo como vencedora a CIVIL Engenharia, que vem executando desde março/21, de forma satisfatória.

As obras de Urbanização das Vias e da CAGECE são interdependentes, executadas por empresas diferentes, o que complica a compatibilização dos serviços.

O Projeto de Urbanização e Sistema Viário está sendo atualizado, revisando as afetações das unidades habitacionais, visando reduzir a quantidade de desapropriações que atrasam sempre o cronograma das obras.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro, Recursos provenientes do Fecop e Operações de crédito internas. A execução financeira foi de 71,28% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	920.742,12	655.499,50	655.499,50	71,19	71,19
10 - Recursos provenientes do Fecop	6.500.000,00	4.493.979,43	4.366.260,10	69,14	67,17
46 - Operações de crédito internas	2.500.000,00	1.921.593,65	1.921.593,65	76,86	76,86
Total	9.920.742,12	7.071.072,58	6.943.353,25	71,28	69,99

Fonte: SIMA

Devido a pandemia provocada pela Corona vírus, ocorreu diminuição no ritmo das negociações de desapropriação dos imóveis afetados, impossibilitando a aplicação dos recursos da fonte 10-Fecop e da Fonte 00-Recursos ordinários, de forma satisfatória.

13.4. Iniciativa 722.1.04 - Expansão do conhecimento técnico-científico sobre a degradação de áreas urbanas. Entrega 425-Plano elaborado (unidade).

A iniciativa Expansão do conhecimento técnico-científico sobre a degradação de áreas urbanas corresponde ao desenvolvimento de pesquisas, estudos e planos visando à recuperação de áreas urbanas degradadas nas regiões metropolitanas do Estado.

A entrega contempla a elaboração de Plano Integrado de Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas e de Regularização Fundiária (PIRF) para as áreas degradadas e Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) dos municípios das regiões metropolitanas do Estado. É executada pela Secretaria das Cidades por meio da Codur.

Para 2021, não há previsão de elaboração plano. Apesar de ter sido informada a meta de 1 (um) plano elaborado, esta foi feita de forma errônea durante o planejamento.

Em 2020 foi entregue o Plano Integrado de Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas e de Regularização Fundiária (PIRF). A entrega foi executada através de um Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDCO), em parcerias com a Funece/UECE e Iplanfor.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro. Não houve execução financeira no período (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	362.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	362.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Esse recurso foi uma sobra do que foi executado com a Descentralização de crédito em Parceria com a Funece /UECE e Iplanfor. Foi realizado a anulação do recurso para que se pudesse ser utilizado em outra área.

13.6. Iniciativa 722.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de revitalização das áreas degradadas. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade).

A iniciativa promoção do gerenciamento da política pública de revitalização das áreas degradadas permitirá a execução dos serviços de apoio técnico e operacional ao desenvolvimento da política.

Encontra-se em execução os serviços de apoio e operacional à política pública de revitalização das áreas degradadas, mediante a contratação de colaboradores terceirizados e do Contrato de Gestão.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro. A execução financeira foi de 92,85% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	11.331.061,57	11.202.807,23	11.202.807,23	98,87	98,87
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	2.150.000,00	1.968.757,21	1.968.757,21	91,57	91,57
Total	13.481.061,57	13.171.564,44	13.171.564,44	97,70	97,70

Fonte: SIMA

13.7. Iniciativa 722.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).

A iniciativa se refere à implementação da primeira etapa do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de novas tecnologias e práticas mais efetivas na promoção e atenção à saúde, estruturar campo de experimentação em saúde integrado a ações de inovação urbana, econômica e social, promover o desenvolvimento socioeconômico inclusivo da população.

A entrega Urbanização da Lagoa de Porangabussu e entorno, com inserção de areninha, quadra polivalente, 2 academias ao ar livre, ciclofaixa, guarderia para esporte náutico e pesca, anfiteatro ao ar livre, saneamento, sistema de segurança, banheiros públicos, requalificação de vias, passeios e áreas verdes; e execução das obras e instalações do primeiro módulo do Projeto Executivo Urbanístico e Complementares de Requalificação da Infraestrutura do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.

Foi programada a entrega de 2(duas) áreas urbanizadas no período, mas não foram iniciados os trabalhos para a realização do mesmo conforme demanda da SESA.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Em acordo com o Governador do Estado ficou decidido que a obra passaria ser executada pela Superintendência de Obras Públicas – SOP que já deu início aos processos licitatórios para realizar a



obra de urbanização.

Somado a isso, em tratativas com a Secretaria da Saúde – SESA e Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, foi identificado que a entrega se adequava melhor ao Programa de Promoção da Requalificação Urbana (341) e no momento da revisão do PPA, no final do ano de 2021, a iniciativa foi excluída do atual programa (722) e adicionada ao (341) a ser executada unicamente pela SOP.

14. Programa Resíduos Sólidos (726)

O Programa Resíduos Sólidos tem como órgão Gestor a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e o objetivo é reduzir os impactos negativos da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente e sobre a saúde humana. É composto por 4 (quatro) iniciativas executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II).

Tabela 24 – Iniciativas e Entregas do Programa Resíduos Sólidos – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2021		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
726.1.01 - Qualificação da gestão de resíduos sólidos no âmbito regional e municipal.	1509-Assessoria realizada	UGP II	3	2	66,7%
	1721-Manual técnico disponibilizado	UGP II	-	-	Sem programação
726.1.02 - Expansão dos serviços de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos.	1496-Central de Tratamento Implantada	UGP II	1	0	0,0%
	1722-Unidade de Tratamento Implantada	UGP II	20	7*	35,0%
	475-Projeto elaborado	UGP II	-	-	Sem programação
726.1.03 - Expansão da atividade econômica da reciclagem.	1725-Catador beneficiado	UGP II	1.320	0	0,0%
726.1.04 - Promoção dos serviços de apoio técnico e operacional para o desenvolvimento urbano.	467-Projeto apoiado	UGP II	3	3	100,0%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA). *Registro de entrega de 3 CMR de Russas, Limoeiro e Morada Nova no ano de 2020 e não registrado no sistema naquele ano.

14.1. Iniciativa 726.1.01 - Qualificação da gestão de resíduos sólidos no âmbito regional e municipal.

14.1.1. Entrega 1509-Assessoria realizada (unidade)

A iniciativa se refere à qualificação dos processos e dos instrumentos consiste na elaboração normas, procedimentos, estudos, capacitação da equipe técnica municipal para a implementação da política de gestão integrada e consorciada de resíduos sólidos.

A entrega refere-se à prestação de assessorias às equipes municipais por meio de eventos para elaboração de leis, decretos, manuais de procedimentos, voltados para gestão financeira, administrativa, jurídica de consórcios, bem como para implantação e operação de modelos

tecnológicos da gestão integrada de resíduos sólidos. É executada pela UGP II.

Em 2021 a Secretaria das Cidades assessorou os consórcios da Região Metropolitana de Sobral e da Região Central do Cariri.

Atividades de caráter continuado e não-orçamentário. Trata de assessoria aos consórcios intermunicipais para gestão de resíduos sólidos nos quais a SCIDADES possui projetos em implantação.

Para o consórcio da Região do Vale do Jaguaribe, não houve atividades específicas de janeiro a dezembro/2021.

Para o consórcio da Região Metropolitana de Sobral, houveram reuniões de atualização da nova equipe gestora do CGIRS-RMS sobre o projeto, em geral, e os instrumentos de controle e gestão entre eles e a Secretaria.

Já em relação ao COMARES-UC (consórcio da região central do Cariri), foram desenvolvidas atividades de organização institucional, articulação para aprovação do terceiro aditivo ao contrato de consórcio público em todas as Câmaras Municipais (exceto em Juazeiro), planejamento anual, reuniões e atualização da nova equipe gestora do consórcio e dos municípios em relação ao projeto de estruturação da concessão do manejo de resíduos em curso.

Também foi realizada audiência pública para atualizar o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Cariri, além de participação na retomada da elaboração do PDUI da região.

A entrega poderia ser executada por meio das fontes de recursos de Tesouro. Não houve execução financeira (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

14.1.2. Entrega 1721-Manual técnico disponibilizado (unidade)

A entrega consiste em elaboração de manuais técnicos que contenham estratégias, orientações, procedimentos para a implementação da política de gestão integrada de resíduos sólidos nos municípios e consórcios.

Não houve entregas no período.

Estes manuais foram inseridos no Plano de Trabalho do Termo de Colaboração 001/CIDADES/2018 que estava sendo executado pela FASSTEF e fora encerrado em 2020. Em 2021 não houve entrega e ainda não houve execução, embora tenhamos discutido a recontração destes produtos com o NUTEC. As principais dificuldades se referem ao recente encerramento do Termo, sendo assim estamos reavaliando a melhor estratégia para contratação da elaboração destes manuais. Iniciamos a discussão junto com a SEMA para elaborarmos esse material de forma direta em um primeiro

momento.

14.2. Iniciativa 726.1.02 - Expansão dos serviços de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos.

14.2.1. Entrega 1496-Central de Tratamento Implantada (unidade)

A iniciativa consiste na oferta de estudos técnicos e projetos executivos, bem como a implantação de infraestruturas e equipamentos de tratamento de resíduos sólidos urbanos e recuperação de áreas degradadas por lixões.

Entende-se por central de tratamento de resíduos sólidos implantada a estrutura destinada a aterro sanitário, tratamento de resíduos de saúde, resíduos orgânicos, oriundos da construção civil e outras formas de aproveitamento dos resíduos. É executada pela Secretaria das Cidades por meio da UGP II.

No ano de 2021 estava prevista a entrega da Central de Tratamento de Resíduos do município de Limoeiro do Norte (Região 14), no entanto não houve entrega.

A obra encontra-se paralisada, com 38,38 % de execução física. O Contrato Nº 005/CIDADES/2018 foi rescindido e se encontra em curso novo processo licitatório, para conclusão das obras remanescentes da CTR de Limoeiro do Norte - Concorrência Pública Nacional Nº 20200003.

No mês de Junho/21, a licitação encontrava-se em fase de habilitação/inabilitação das propostas.

No mês de Julho/2021, foi enviado à Comissão Central de Concorrências (CCC) da PGE-CE o Parecer Técnico referente à análise dos documentos de habilitação das empresas/consórcio participantes do processo licitatório.

No mês de Agosto/2021, a CCC enviou à SCidades as Propostas Comerciais para análise e emissão de Parecer Técnico.

Nos meses de Setembro e Outubro de 2021 as Propostas Comerciais recebidas foram analisadas pela Comissão de Avaliação para a elaboração do Parecer Técnico.

No mês de Novembro/2021 foi encaminhado à CCC/PGE o Parecer Técnico após análise das Propostas Comerciais e publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) o Aviso de Resultado Final das Propostas Comerciais (DOE de 24/11/2021).

No mês de dezembro de 2021, foi formalizado o Contrato nº 034/Cidades/2021, entre a Secretaria das Cidades e a empresa CG Construções Ltda, para a execução das obras remanescentes da CTR de Limoeiro do Norte e suas ETRs.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Operações de crédito externas. A execução financeira foi de 3,78% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	516.309,00	27.110,86	27.110,86	5,25	5,25
48 - Operações de crédito internas	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	716.309,00	27.110,86	27.110,86	3,78	3,78

Fonte: SIMA

Tendo em vista que a Ordem de Serviço (OS) foi assinada no dia 04/03/2022, justifica-se a baixa execução no orçamento planejado, sendo pago apenas as Taxas e Licenças Ambientais.

14.2.2. Entrega 1722-Unidade de Tratamento Implantada (unidade)

A entrega se refere à unidade de tratamento de resíduos sólidos implantada para executar pelo menos uma das seguintes etapas do processo: triagem, segregação, reciclagem, compostagem e armazenamento de resíduos sólidos urbanos. É executada pela Secretaria das Cidades por meio da UGP II.

Em 2021 foram entregues 4 Centrais Municipais de Reciclagem nos municípios de Cariré, Forquilha, Massapê e Senador Sá (Região 11), correspondendo a 20% da meta.

- 1) CMR Cidades-Polo (6 unidades): Execução de 100%. Em 2019 foram entregues as 03 Centrais Municipais de Reciclagem (CMR) em Sobral (cidade polo da região do Vale do Acaraú). Em 2020 foram finalizadas as CMR dos municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova - cidades Polo do Vale do Jaguaribe – registradas no SIMA apenas no ano de 2021.
- 2) CMR Vale do Acaraú - 16 unidades nos municípios: Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Pacujá, Santana do Acaraú, Senador Sá, Reriutaba, Varjota e Pires Ferreira. No mês de dezembro de 2021, foram entregues as CMRs de Cariré, Forquilha, Massapê e Senador Sá.
- 3) CMR Vale do Jaguaribe - 08 unidades nos municípios: Alto Santo, Ererê, Iracema, Palhano, Potiretama, Quixeré, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte. No mês de dezembro de 2021, encontram-se em fase de finalização as obras das 5 CMRs que estão sendo construídas: Ererê, Iracema, Potiretama, Quixeré e São João do Jaguaribe.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Operações de crédito externas. A execução financeira foi de 46,71% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	3.210.000,00	2.416.879,89	2.416.879,89	75,29	75,29
48 - Operações de crédito internas	8.328.039,00	2.972.031,78	2.288.794,44	35,69	27,48
Total	11.538.039,00	5.388.911,67	4.705.674,33	46,71	40,78

Fonte: SIMA

A baixa execução da fonte 48 – Operações de Crédito internas – BID foi devido ao encerramento do Programa de empréstimo e grande parte das obras do Vale do Acaraú passaram a ser executadas com recursos do tesouro estadual.

14.2.3. Entrega 475-Projeto elaborado (unidade)

A entrega consiste na elaboração de solução para manejo e tratamento de resíduos sólidos urbanos de consórcios municipais a partir de estruturação jurídica, tecnológica e econômico-financeira para futura concessão e projetos executivos de engenharia para implantação de infraestrutura e equipamentos de triagem e tratamento de resíduos sólidos urbanos. É executado por meio da Cosan.

Em 2021 não estava programada a entrega de nenhum plano.

No período de janeiro a dezembro/2021 houve a entrega do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica Financeira e Ambiental (EVTEA) com e sem o município de Juazeiro do Norte, inclusive a sua aprovação pela Assembleia do Consórcio COMARES-UC. Além disso, ocorreram diversas reuniões virtuais e definições sobre aspectos importantes do projeto. A execução encontra-se com um percentual de 67%. Para ir à consulta pública e posterior licitação, o projeto de concessão aguarda a aprovação do projeto de lei pela Câmara Municipal de Juazeiro do Norte e a apreciação pelo Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas (CGPPP) - SEPLAG.

Houve execução financeira de todo recurso disponível, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	21.789,59	21.789,59	21.789,59	100,0	100,0
82 - Convênios com órgãos federais	756.490,99	756.490,99	756.490,99	100,0	100,0
Total	778.280,58	778.280,08	778.280,58	100,0	100,0

Fonte: SIMA

O entrega é não-orçamentária, todavia estava previsto a devolução de um recurso para Funasa decorrente do Contrato para Implantação de aterro sanitário dos municípios de Icó e Milagres, nas fontes Tesouro e Convênios com órgãos federais (OGU).

14.3. Iniciativa 726.1.03 - Expansão da atividade econômica da reciclagem. Entrega 1725-Catador beneficiado (unidade)

A iniciativa consiste na redução de resíduos dispostos em aterros sanitários ou em lixões, reduzindo os impactos ambientais gerados, além de gerar emprego e renda para a categoria de catadores, otimizando o mercado de reciclagem.

A entrega consiste no assessoramento da categoria de catadores com a finalidade de promover melhoria de qualidade de vida destes, incentivando-os a produzirem de forma associada, fomentando a inclusão destes na cadeia produtiva da reciclagem de resíduos sólidos. É executada por meio da UGP II.

Para 2021 estava prevista entrega de 1.320 catadores beneficiados, mas não houve entrega no período.

No período de janeiro a dezembro/2021 não houve execução física nem financeira. Preparamos alguns processos de contratação para execução de atividades que podem ser realizadas considerando as restrições de aglomeração em decorrência da pandemia. Após a realização de uma chamada de

Manifestação de Interesse, estamos preparando a licitação para aquisição de computadores e equipamentos para doação às associações beneficiadas. Também estamos aguardando a assinatura do Acordo de Cooperação com o IFCE para realizar a análise de mercado de recicláveis. Foi concluído o aditamento de prazo do projeto junto ao Ministério da Cidadania, dando prazo para conclusão das atividades iniciadas antes da pandemia.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Convênios com órgãos federais. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	944.972,47	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - Recursos ordinários	8.306,54	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.003.279,01	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Não houve execução financeira porque a maior parte das atividades exigiam presença física e aglomeração, motivo pelo qual não foram relicitadas e executadas durante a pandemia.

14.4. Iniciativa 726.1.04 - Promoção dos serviços de apoio técnico e operacional para o desenvolvimento urbano. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade)

A iniciativa irá permitir a execução dos serviços de Apoio Técnico e Operacional à Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais do Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.

O projeto apoiado refere-se aos contratos de serviços prestados pela gerenciadora e/ou supervisora dos projetos.

Em 2021 foram realizadas as atividades de gerenciamento e supervisão de projetos no Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe, bem como nas atividades de apoio técnico operacional à UGP II em Fortaleza.

O serviço de consultoria se faz necessário a fim de atuar de forma integrada com a UGP II no apoio a preparação de todas as informações no contexto do gerenciamento e acompanhamento do Programa, assim como, no assessoramento ao planejamento e controle geral dos projetos; pelo registro e controle administrativo e fiduciário (aquisição e desembolso); pelo controle e registro das movimentações financeiras; pelo acompanhamento técnico e ambiental, no que diz respeito às obras e consultorias; e pelo monitoramento e avaliação do Programa conforme Regulamento Operacional do Programa.

O Gerenciamento do Programa conta no período com 1 (um) Especialista em Infraestrutura Urbana no acompanhamento ao Componente I (Melhoria da Infraestrutura Urbana); 1 (um) Especialista em Meio Ambiente para o Componente IV (Preparação de Projetos e Estudos Técnicos); 1 (um) Especialista Administrativo-Financeiro responsável pelas atividades orçamentárias e financeiras junto aos sistemas do Governo do Estado, bem como junto ao BID. Além disso, a apoio ao gerenciamento conta com 1 (um) Apoio Técnico-Administrativo que dá suporte administrativo a toda a UGP II e 1 Motorista para conduzir os profissionais dos Componentes aos Vales do Acaraú e do Jaguaribe para acompanhar a execução dos contratos.

O Programa conta também com Serviços Especializados de Supervisão e Assessoria Técnica à Secretaria das Cidades para Implantação das Obras de Infraestrutura do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Vale do Jaguaribe / Vale do Acaraú, através do Contrato nº 029/CIDADES/2016. A execução e vigência desse contrato terminou no dia 30 de outubro de 2021, com 96% de execução física. O serviço especializado de supervisão e assessoria técnica na implantação das obras de infraestrutura do Programa se faz necessária a fim de garantir que as obras e serviços sejam conduzidas de acordo com as normas, regulamentos e leis, em especial as que dizem respeito às questões socioambientais, seguindo os projetos executivos das obras, as normas técnicas, instruções, especificações vigentes e complementares ou particulares que constem ou venham constar do projeto por força das adequações efetivamente aprovadas pela UGP. A Supervisão é realizada nos municípios contemplados pelo Programa Cidades II, tanto no Vale do Acaraú como no Vale do Jaguaribe.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Operações de crédito externas. A execução financeira foi de 61,84% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	4.881.000,00	3.557.251,35	3.557.251,35	72,88	72,88
48 - Operações de crédito internas	2.805.000,00	150.096,00	150.096,00	5,35	5,35
Total	7.686.000,00	3.707.347,35	3.707.347,35	48,24	48,24

Fonte: SIMA

A baixa execução da fonte 48 – Operações de Crédito internas – BID foi devido ao encerramento do Programa de empréstimo e grande parte das obras do Vale do Acaraú passaram a ser executadas com recursos do tesouro estadual.